

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
– PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS

**A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO
INTEGRADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UMA FORMAÇÃO
HUMANA, INTEGRAL, POLITÉCNICA E OMNILATERAL**

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS

**A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO
INTEGRADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UMA FORMAÇÃO
HUMANA, INTEGRAL, POLITÉCNICA E OMNILATERAL**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira.

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa.

A599f Anjos, Jefferson Nascimento dos.

A formação empreendedora social no ensino técnico integrado : práticas educativas na busca de uma formação humana, integral, politécnica e omnilateral / Jefferson Nascimento dos Anjos. – 2022.

176 f. : il.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, 2022.

Orientação : Prof^o D.r Alysson André Régis Oliveira.

1. Formação humana integral – ensino técnico integrado. 2. Prática educativa. 3. Empreendedorismo social. I. Título.

CDU 377:005.342(043)

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS

**A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO
INTEGRADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UMA
FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL, POLITÉCNICA E
OMNILATERAL**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 17/02/2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba – IFPB
(Orientador)

Professor Doutor Airton José Vinholi Júnior
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS
(Examinador interno)

Professora Doutora Emannelle Arnaud Almeida
Instituto Federal da Paraíba – IFPB
(Examinador interno)

Professora Doutora Tânia Maria de Andrade
Instituto Federal da Paraíba – IFPB
(Examinadora externa)

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS

**A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO
INTEGRADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UMA
FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL, POLITÉCNICA E
OMNILATERAL**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 17/02/2022

COMISSÃO EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink, reading 'Alysson André Régis Oliveira'.

Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba - IFPB
(Orientador)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Airton José Vinholi Júnior'.

Professor Doutor Airton José Vinholi Júnior
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS
(Examinador interno)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Emmanuelle Arnaud Almeida'.

Professora Doutora Emannuellê Arnaud Almeida
Instituto Federal da Paraíba - IFPB
(Examinador interno)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Tânia Maria de Andrade'.

Professora Doutora Tânia Maria de Andrade
Instituto Federal da Paraíba - IFPB
(Examinadora externa)

**JOÃO PESSOA – PB
2022**

Dedico este trabalho a todos os professores da Educação Básica do Brasil. Em um país que nega sua história, estes são os verdadeiros heróis e quase nunca são reconhecidos por seus feitos. A vocês, deixo minha admiração e respeito.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de imensa felicidade, eu gostaria de agradecer aos meus familiares, em especial às mulheres de minha vida, minha mãe (dona Gerlane) e minha filha (Yasmin). Estendo os agradecimentos aos demais familiares e amigos, que, na medida do possível, me proporcionaram o suporte espiritual, o aconchego e o afeto necessários para seguir em frente.

Agradeço aos meus colegas de trabalho (professoras, diretoras, equipe técnica e de zeladoria), por todo o suporte nos momentos em que mais precisei de ajuda, pelas palavras de apoio e incentivo durante essa árdua jornada.

Agradeço a todos meus educandos. Estes não poderiam ficar jamais de fora deste agradecimento, pois é por eles e para eles que busco sempre estar me qualificando, aprimorando meus saberes didáticos e metodológicos, na busca incansável de sempre ser um profissional, um professor, digno de confiança e admiração. Sem a existência deles, nada disso teria sentido.

Abro agora um parágrafo mais que especial para agradecer profundamente aos meus amigos e colegas de mestrado – a sala 13, como intitulamos nossa turma – representados aqui na figura do nosso ilustre presidente Jailson Oliveira da Silva. Agradeço pelo apoio nas horas de agonia e desespero, pelas mãos amigas na escuridão, por nunca me permitirem abandonar a jornada, pelas parcerias em trabalhos e pesquisas, pela amizade sincera que levarei para sempre. Sem essas pessoas especiais, eu não teria conseguido seguir até o fim. São verdadeiros anjos enviados para me salvar nos momentos de incerteza.

Agradeço profundamente a todos os meus professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), por nos apresentarem o melhor deles, conduzindo-nos, mesmo atravessando todas as adversidades que tivemos nesse período nebuloso de nossa história, pelos caminhos da ciência, sem nunca nos abandonar. Estendo meus agradecimentos a todos os professores que passaram por minha história até aqui, eles são mais que heróis, são minhas fontes de inspiração contínua, que me fazem ter esperança em dias melhores para a educação brasileira.

Este parágrafo eu dedico aos docentes e discentes do Curso Técnico Integrado de Contabilidade do IFPB. Em especial às professoras Mestre Jaiane Padilha Oliveira e Mestre Rachel Costa Ramalho Vasconcelos, docentes responsáveis, em distintos momentos, pelo componente curricular, e à professora Doutora Marcella Braga Tavares Dutra, coordenadora do

curso de Contabilidade. Obrigado pela confiança, por todo o apoio, pela paciência. Sem a contribuição de vocês, essa pesquisa não seria nada além de meras palavras ao vento.

Há uma pessoa, muito querida, que foi muito solícita conosco, abriu-nos as portas de sua casa, mas quis o destino que não pudéssemos concretizar nossa parceria nesse momento. Mesmo sem termos prosseguido com nossa parceria, eu gostaria de deixar eternamente registrada a minha gratidão a Gero, presidente da Associação Recreativa, Cultural e Artística (ARCA), localizada no bairro da Ilha do Bispo. A pandemia impossibilitou nossa parceria nesse momento, mas outros momentos surgirão. Obrigado por tudo.

Uma outra pessoa à qual preciso externar minha gratidão é à minha terapeuta, Gabriela Sá. Sem dúvidas, uma figura fundamental nesse processo. Houve momentos em que a minha ansiedade já se tornara insuportável, mas a terapia me oxigenou, me trouxe de volta à vida e me ajudou a me entender melhor. Obrigado!

Agradeço também aos queridos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa desta pesquisa. As professoras doutoras Emannelle Arnaud Almeida e Tânia Maria de Andrade (ambas do IFPB) e ao professor doutor Airton José Vinholi Júnior (IFMS). Muito obrigado pelas contribuições e direcionamentos, as suas críticas sinceras contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa e nos levaram ao êxito no trabalho.

Por último, e de forma mais que especial, quero agradecer profundamente ao meu orientador, uma pessoa maravilhosa, mais um anjo na minha vida, o Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira. Não tenho palavras que possam expressar minha gratidão, por sua paciência, por sua insistência, pelos ensinamentos, por não desistir e acreditar em mim quando nem eu mesmo mais acreditava. A caminhada foi longa, árdua e muito cansativa. O senhor poderia simplesmente ter lavado as mãos e me deixado de lado, mas a sua generosidade é algo que não se encontra todo dia. Obrigado, do fundo do meu coração e me desculpe por tudo! Nunca conseguirei pagar o que fez por mim... Obrigado!

“O saber se faz através de uma
superação constante. O saber
superado já é uma ignorância”
(Paulo Freire).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de análise e tratamento dos dados da pesquisa.....	35
Figura 2 – Recorte das recomendações sugeridas por especialistas consultados pela GEM para melhoria nas condições de empreendedorismo no Brasil.....	73
Figura 3 – Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio existentes no IFPB – <i>Campus</i> João Pessoa.....	79
Figura 5 – Provocações realizadas junto aos discentes durante a palestra.....	93
Figura 6 – Pergunta inicial realizada no início da palestra.....	94
Figura 7 – Atividade de avaliação da Oficina.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recorte das diferenças entre empreendedores comuns e sociais.....	65
Quadro 2 – Características do Empreendedores Sociais.....	66
Quadro 3 – Disponibilidade dos planos de curso no Portal do Estudante – IFPB.....	79
Quadro 4 – Ementas referentes ao componente curricular Empreendedorismo dos cursos técnicos integrados do IFPB, <i>Campus</i> João Pessoa-PB.....	81
Quadro 5 – Objetivos contidos nos planos de ensino do componente curricular Empreendedorismo dos cursos técnicos integrados do IFPB, <i>Campus</i> João Pessoa – PB.....	82
Quadro 6 – Roteiro das oficinas temáticas de empreendedorismo social.....	92
Quadro 7 – Novas concepções dos discentes sobre empreendedorismo social após oficina.....	96
Quadro 8 – Últimos questionamentos acerca do produto educacional.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas dos discentes quanto às finalidades de um Empreendimento Social.....	97
Gráfico 2 – Identificação de exemplos de empreendimentos sociais.....	98
Gráfico 3 – Características de um empreendimento social.....	99
Gráfico 4 – Pesquisa de satisfação referente à oficina.....	100
Gráfico 5 – Importância das oficinas temáticas como estratégia de ensino na visão dos discentes.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Congresso Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAA	Escolas de Aprendizes Artífices
EM	Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Técnica
ES	Empreendedorismo Social
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP	Instituto de Educação da Paraíba
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PNE	Plano Nacional da Educação
PROEJA	Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TTE	Taxa de Empreendedorismo Total
UAG	Unidade Acadêmica de Gestão

ANJOS, Jefferson Nascimento Dos. **A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL, POLITÉCNICA E OMNILATERAL**. 2022. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022).

RESUMO

Visando contribuir com a retomada da educação como ferramenta de luta contra a desigualdade, esta pesquisa tem o objetivo de implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica e omnilateral, junto aos discentes do Curso Técnico Integrado de Contabilidade do IFPB, *campus* João Pessoa, Paraíba, com vista a uma formação empreendedora de caráter social, mediante oficinas temáticas educativas. Para alcançar tal objetivo, algumas conjecturas precisaram ser adotadas, como a análise dos planos de curso dos componentes curriculares voltados ao empreendedorismo dos cursos integrados do IFPB, assim como o levantamento de informações acerca de noções de educação empreendedora junto aos discentes e docentes do componente curricular de Empreendedorismo do Curso Integrado de Contabilidade da mesma instituição, por meio de entrevistas semiestruturadas. O trabalho ainda apresenta um breve resgate histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, partindo de sua gênese até os seus dias atuais, discutindo seus conceitos, princípios, fundamentos e finalidade, além de dissertar sobre práticas educativas, pautadas sobre os conceitos de formação humana integral, politécnica ou omnilateral. Finalmente, esta pesquisa se debruça sobre as características do empreendedorismo social, conceituando-o e diferenciando-o do empreendedorismo comum ou empresarial, além de trazer discussões sobre como tais modalidades podem influenciar na formação humana integral dos indivíduos. As discussões teóricas fomentadas acima serviram de base para a elaboração de um produto educacional que fora aplicado na forma de oficinas temáticas junto aos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB, tendo como pano de fundo práticas educativas baseadas numa formação humana integral, politécnica ou omnilateral.

Palavras-chave: Formação Humana Integral. Empreendedorismo Social. Práticas Educativas.

ANJOS, Jefferson Nascimento dos. **SOCIAL ENTREPRENEURSHIP TRAINING IN INTEGRATED TECHNICAL EDUCATION: EDUCATIONAL PRACTICES IN THE SEARCH OF HUMAN, INTEGRAL, POLYTECHNIC AND OMNILATERAL TRAINING.** 2022. 176f. Dissertation (Master in Professional and Technological Education) – Federal Institute of Paraíba, João Pessoa, 2022).

ABSTRACT

Aiming to contribute to the resumption of education as a tool to fight inequality, this research aims to implement educational actions, within a perspective of integral, polytechnic and omnilateral human education, with the students of the Integrated Technical Course of Accounting of the IFPB, campus João Pessoa, Paraíba, with a view to an entrepreneurial training of a social nature, through educational thematic workshops. To achieve this objective, some conjectures had to be adopted, such as the analysis of the course plans of the curricular components aimed at entrepreneurship of the integrated courses of the IFPB, as well as the collection of information about the notions of entrepreneurial education with the students and teachers of the curricular component. of Entrepreneurship of the Integrated Accounting Course of the same institution, through semi-structured interviews. The work also presents a brief historical review of Vocational and Technological Education in Brazil, starting from its genesis to the present day, discussing its concepts, principles, foundations and purpose, in addition to lecturing on educational practices, based on the concepts of human formation. integral, polytechnic or omnilateral. Finally, this research focuses on the characteristics of social entrepreneurship, conceptualizing it and differentiating it from common or business entrepreneurship, in addition to bringing discussions about how such modalities can influence the integral human formation of individuals. The theoretical discussions promoted above served as a basis for the development of an educational product that was applied in the form of thematic workshops with students of the Integrated Accounting Course of the IFPB, having as a background educational practices based on an integral, polytechnic or omnilateral human formation.

Keywords: Integral Human Formation. Social Entrepreneurship. Educational Practices.

SUMÁRIO

1	ABRINDO DIÁLOGO.....	17
1.1	A TRAJETÓRIA DO AUTOR.....	17
1.2	APRESENTANDO O TEMA EM DISCUSSÃO.....	21
1.3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
1.3.1	Caracterização da pesquisa.....	26
1.3.2	Universo e amostra.....	29
1.3.3	Instrumento de coleta de dados.....	31
1.3.4	Estratégia de coleta de dados.....	33
2	A TRAJETÓRIA DA EPT NO BRASIL: DOS ESTIGMAS DE SUA GÊNESE DUALISTA À TRAVESSIA PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL.....	37
2.1	A GÊNESE DA EPT E A DUALIDADE EDUCACIONAL.....	37
2.2	A TRAVESSIA – DA DUALIDADE EDUCACIONAL À BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL.....	43
3	FORMAÇÃO INTEGRAL: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA DE UM INDIVÍDUO EMANCIPADO.....	46
3.1	EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	46
3.2	FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL E A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS.....	51
3.2.1	O Trabalho como princípio educativo.....	56
4	EMPREENDEDORISMO SOCIAL.....	59
4.1	OS EMPREENDEDORISMOS: DOS CONCEITOS AO SENSO COMUM....	59
4.1.1	Empreendedor social.....	64
4.2	EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL.....	70
4.3	O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NOS PLANOS DE ENSINO VOLTADOS AOS COMPONENTES CURRICULARES DE EMPREENDEDORISMO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFPB – <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA, PARAÍBA.....	76
4.3.1	Análise dos planos de ensino.....	78
5	PRODUTO EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO, AÇÃO E RESULTADOS.....	87
5.1	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	88
5.1.1	A elaboração – identificando os conceitos e traçando os caminhos pedagógicos.....	89
5.1.2	A aplicação – trabalhando os conceitos pedagógicos.....	92
5.1.3	A avaliação – mensurando o poder de comunicação.....	94
6	CONCLUSÃO.....	103
6.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	107

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	111
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – DISCENTES.....	139
APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – DOCENTE.....	141
APÊNDICE D - RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	143
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	148
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	151
APÊNDICE G - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	154
APÊNDICE H - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	157
ANEXO A - PLANOS DE ENSINO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS IFPB DISPONÍVEIS NO PORTAL DO ESTUDANTE....	165

1 ABRINDO O DIÁLOGO

1.1 A TRAJETÓRIA DO AUTOR

Antes das discussões referentes a este trabalho, preciso me apresentar, para que os leitores possam entender melhor os “porquês” da escolha da temática desta pesquisa, conhecendo um pouco da minha trajetória enquanto filho, estudante, pai, pesquisador, professor e os impactos desta trajetória de vida em minha formação enquanto ser humano.

Em primeiro lugar, chamo-me Jefferson Nascimento dos Anjos, nascido em 01 de dezembro de 1989 (o Dia Mundial de Combate à AIDS), sendo natural de uma cidade chamada Santa Rita, que fica na região metropolitana de João Pessoa, capital da Paraíba.

De infância simples e fruto do primeiro namoro de minha mãe, tive uma criação exclusivamente materna, mesmo conhecendo e tendo contato frequente com meu pai (atualmente). Minha mãe solteira, uma mulher negra, umbandista, lésbica e pobre, não mediu esforços para que nada nunca faltasse para mim e minha irmã mais nova.

Dona Gerlane Nascimento fez de tudo para que tivéssemos a melhor educação possível, sem nunca nos deixar perder um dia sequer de aula. Mesmo com pouca formação, ela entendia que esse era o único meio de sairmos daquela condição de pobreza, portanto, sempre nos cobrava para que fôssemos os melhores na escola, não sendo tolerado ser só mais um na multidão.

Mesmo com tantas cobranças (muitas das vezes, severas ao extremo), eu não poderia jamais me queixar de minha mãe, só tenho a agradecer por toda essa cobrança, pelo seu amor e sacrifício incondicionais. O meu “pai” sempre foi muito “sazonal”, tanto quanto a chuva no sertão, e me visitava algumas vezes em anos. Confesso que a falta da figura paterna, por muitos anos, foi um obstáculo que tive que superar sozinho, com a ajuda de familiares e de amigos que tenho como irmãos.

A minha trajetória de vida é marcada por mudanças, considero-me uma espécie de “nômade”, tendo morado em vários lugares diferentes dentro do perímetro da grande João Pessoa e cidades vizinhas. Além de Santa Rita, minha terra natal, morei em João Pessoa, no bairro da Ilha do Bispo, na adolescência, onde conheci o universo dos projetos de caráter social e emancipatório desenvolvidos por Organizações não Governamentais – ONGs.

Depois, migrei para uma outra cidade vizinha, chamada Bayeux. Lá morei por um tempo, e foi onde conheci aquela que viria a ser minha esposa e mãe de minha única filha. Logo após

o casamento, retornei a João Pessoa, indo morar no bairro do Ernesto Geisel, onde resido até a data de publicação desta pesquisa.

Essas mudanças fizeram com que minha história dentro da educação e muito da minha personalidade enquanto ser humano fossem fruto da interação entre diferentes escolas, processos e grupos sociais.

Desde muito novo, fui inserido nos grupos sociais, como as comunidades religiosas diversas das quais participei, das evangélicas e católicas, até nos cultos afros, por influência de minha mãe. Esta trajetória, rica em diversidade, fez-me crescer tolerando e respeitando todas as manifestações religiosas, além de ter alicerçado meu caráter.

Contudo, o momento mais significativo dentro da minha formação humana, sem sombra de dúvidas, ocorreu a partir de um convite para participar de um grupo de adolescentes e jovens no período em que morei no bairro da Ilha do Bispo, João Pessoa, Paraíba.

Nesse grupo, composto por meninos e meninas adolescentes da comunidade, comecei a construir minha concepção de mundo. Lá aprendemos a respeitar a diversidade existente em nossa sociedade. Conhecemos, vivenciamos e compreendemos os nossos direitos e deveres enquanto cidadãos e passei a me enxergar como um sujeito capaz de transformar meu próprio destino e contribuir com a sociedade a minha volta.

Este grupo não se limitava a ações dentro da comunidade, interagindo com outros grupos de adolescentes espalhados pela cidade de João Pessoa e cidades vizinhas. Participamos de ações sociais, como a criação de uma rádio e uma biblioteca comunitárias, além de participarmos de manifestações sociais da cidade e de ações de capacitação profissional por meio de parcerias com órgãos do Governo (Municipal, Estadual e Federal) e empresas privadas.

Neste mesmo período, também comecei minha trajetória como agente de educação, primeiramente por meio das ações de intervenção junto às escolas do bairro mediante palestras desenvolvidas pelos jovens do grupo e, posteriormente, com a minha entrada no curso normalista do Instituto de Educação da Paraíba – IEP.

Sempre muito dedicado, nunca repeti de ano na educação básica e tornei-me um professor polivalente aos dezoito anos de idade, concluído no IEP, escola de Ensino Normal, curso integrado ao Ensino Médio, no ano de 2009.

Foi um período de muito aprendizado e de muitas experiências. Por intermédio do magistério, pude estagiar em quase todos os níveis da educação básica, partindo da educação infantil nas creches, passando pelo Ensino Fundamental I (turmas de 1º ao 5º ano) e encerrando no primeiro ciclo da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Estas experiências me fizeram refletir sobre o meu papel na sociedade e me levaram ao desejo de, um dia, retribuir, por meio do magistério, tudo o que um dia me foi ofertado nas instituições públicas de ensino.

Isto porque, com exceção dos primeiros anos do Ensino Fundamental, período em que frequentei algumas escolas particulares pequenas de bairro, sempre fui discente de instituições públicas, o que inclui o Ensino Médio integrado e os estágios, o que me permitiu ter um olhar de dentro e de fora destas instituições com maiores detalhes.

Em 2008, já imerso no mundo do magistério e mesmo antes de concluir minha formação como Professor Polivalente, prestei vestibular (antigo PSS da Coperve – Comissão Permanente de Vestibulares da Universidade Federal da Paraíba) para o curso de Geografia, Licenciatura e Bacharelado, sendo aprovado para aquele mesmo ano.

A ideia era seguir a carreira de professor, aprofundando-se no componente curricular que mais me agradava e agrada até hoje, a Geografia. Mesmo com a decepção de encontrar um curso um tanto defasado em sua matriz curricular, foi na Geografia que aprofundei minha visão sobre o mundo real.

Começou ali minha paixão pela dinâmica das relações sociais. Durante o curso, deparei com a leitura de autores como Karl Marx, Yves Lacoste e Milton Santos. Foi quando li “O Capital” e “A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, que comecei a entender toda a dinâmica cruel do capital e a importância das relações de poder, passando a enxergar qual era meu lugar no mundo.

Tornei-me adepto da corrente da Geografia Crítica, o que me fez, mais uma vez, repensar o meu papel frente aos desafios da sociedade atual.

Mas nem tudo foram flores no curso de Geografia: o encantamento pela geografia crítica me afastou de uma outra corrente geográfica pertencente ao currículo do curso, a Geografia física. Foram anos de debates e confrontos com os professores sobre a importância de se debater esta corrente, que na minha visão, estaria ultrapassada.

Nesse meio tempo, tive dúvidas sobre minha caminhada dentro da Geografia e prestei outros vestibulares, agora já na forma de Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Materiais), sendo aprovado em todos. Contudo, o amor pela dinâmica social e pela docência prevaleceu e resolvi terminar o curso de Geografia, pois necessitava obter mais conhecimentos didáticos oriundos de uma Licenciatura e fechar o ciclo.

Em 2014, tive a oportunidade de efetivar tudo que aprendi ao longo dos anos. Motivado pela chegada da minha filha, Yasmin Victória, ansioso para pôr em prática todo o referencial teórico adquirido até ali, e acreditando ter potencial para ajudar a transformar a vida de outras

crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, prestei concurso público para o cargo de Professor Polivalente de Ensino Fundamental I, no município de João Pessoa, sendo aprovado e tomando posse em fevereiro de 2015.

Esta aprovação deu um novo ânimo e sentido a minha vida. Antes disso, prestava serviço de porteiro em um prédio residencial para financiar as contas da família, agora tinha a oportunidade de pôr à prova tudo o que havia aprendido durante anos de formação.

Quando assumi a portaria, ainda era discente de graduação na Geografia, sendo assim, assumi o cargo com o diploma de professor polivalente adquirido no IEP. Assim que assumi minha primeira sala de aula, passei a estudar mais e focar no aprimoramento das minhas práticas pedagógicas, buscando qualificar-me cada dia mais, sempre em busca de ser um exemplo para meus educandos, pois entendia que, assim como minha vida foi transformada pela educação, a deles também poderia ser transformada, visto que muitos enfrentam uma realidade muito parecida com as que eu tive em minha infância.

Acontece que a teoria não é fácil de se aplicar. Mudanças significativas requerem tempo, dedicação e empenho de todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. As ações não podem se limitar ao ambiente escolar e devem transcender os muros da escola e chegar até a comunidade.

Percebi, logo no meu primeiro ano de atuação, que esta não seria uma tarefa simples. Por mais boa vontade e formação que um professor possa ter, ele precisa de apoio. Encontrei um ambiente com pouca disposição dos agentes de educação e que se organiza para satisfazer as políticas definidas pela Secretaria de Educação, não para desenvolver soluções voltadas ao enfrentamento aos problemas do processo de educação encontrados no nosso dia a dia.

Depois de muito diálogo, iniciamos um processo gradual (e lento) de mudanças no processo de ensino-aprendizagem (que hoje foi gravemente afetado pela pandemia que assolou o mundo em 2020), e estamos colhendo pequenos frutos, aperfeiçoando processos e interagindo mais com a comunidade escolar.

Percebi que, para ajudar nesse processo, precisaria de uma qualificação mais robusta, obtendo mais arcabouço teórico que embasasse todas estas propostas de mudança. Foi neste momento que conheci o programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado na Paraíba pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Ao estudar o edital, percebi que este mestrado seria uma divisão de águas na minha vida e na minha carreira acadêmica. Seu caráter emancipador, sua proposta de execução (não priorizando apenas os conhecimentos teóricos, como também a criação e a aplicação de

produtos educacionais interligando o mundo do trabalho e a educação dentro de uma perspectiva de educação humana e integral), motivaram-me a sair da minha zona de conforto e fazer parte deste universo.

No primeiro ano (2018), fiz a prova de acesso e fiquei na lista de espera. Foram horas de estudo e aprofundamentos, mas tinha certeza de que, no ano seguinte, eu conseguiria e, realmente, consegui.

De repente, vi-me de volta à vida de discente, trabalhador e pai, o que não é fácil. Passada a euforia da aprovação, tinha agora um desafio árduo: desenvolver um projeto de pesquisa em Educação Profissional, sem conhecer aquele universo de forma empírica, sem ter a identificação como profissional ou discente de uma instituição de ensino tecnológico/profissionalizante (o ensino integral ofertado no IEP tinha características diferentes do ofertado nos IFs). O desafio estava lançado. Sabia que seria difícil, mas nenhuma vitória na vida vem sem esforço.

Partindo do desenrolar dos componentes curriculares, passei a conhecer meu orientador, o Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira. Cheguei para ele com uma ideia de projeto baseado no que havia consultado em seu Currículo Lattes, tendo sido minha atenção chamada por um fato: a identificação com as causas sociais. Assim, por intermédio deste ponto em comum, começamos a pensar em nossas ações nesse projeto.

Conversamos, debatemos diversas vezes e realizamos inúmeras mudanças até que resolvemos buscar uma maneira de contribuir com a formação integral dos discentes da instituição, por meio da elaboração de um projeto de caráter emancipatório e que fosse ligado à trajetória de vida relatada neste capítulo.

Assim, nascia um projeto que, primeiramente, visava fazer conexões entre os discentes do IFPB com comunidades carentes mediante ações sociais pautados pela temática do empreendedorismo social. Contudo, as restrições da pandemia da COVID-19 atrapalharam as ações de conexão e interação, fazendo com que o projeto perdesse sentido.

O projeto foi, então, adequado ao atual momento da humanidade, deixando as conexões para outra oportunidade, focando nos processos de ensino-aprendizagem dos discentes do instituto. Não foi uma decisão fácil, se for considerada a minha identificação com os movimentos sociais, mas foi uma decisão necessária, visto que os objetivos do trabalho não seriam alcançados dentro do cenário apresentado. Esta nova perspectiva será apresentada com melhor clareza na seção seguinte desta pesquisa.

1.2 APRESENTANDO O TEMA EM DISCUSSÃO

O presente trabalho nasce das inquietações de um jovem professor, que já teve sua trajetória descrita na seção anterior. Estas inquietações versam sobre a qualidade da educação oferecida aos jovens deste país.

Vivemos em uma sociedade totalmente refém do modelo de produção capitalista, que, desde o seu surgimento, é criticado devido a sua capacidade de gerar desigualdades dentre as estratificações sociais.

A educação é uma das armas mais eficazes no combate às desigualdades sociais, contudo, os interesses do capital acabaram por tomar essa ferramenta de luta para si, fazendo da educação um instrumento de reprodução do próprio capital.

Galvão (2007, p.171) nos lembra que “a educação passou a ser o fator por excelência para o desenvolvimento e o progresso dos indivíduos e das nações”, sendo sua principal finalidade “formar para o trabalho, [e] formar para a cidadania burguesa”.

De fato, este é o discurso mais associado à educação e difundido pela velha máxima de que devemos estudar para ter um bom futuro, que sempre é amplamente difundida pelos pais e professores. Mas será que esta é a única finalidade da educação, formar indivíduos preparados para o mercado de trabalho?

Revisando a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, constatamos que a finalidade da educação definida por esta, em seu Capítulo III, Artigo 205 nos diz que o trabalho não é a única finalidade da educação, mas que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

É importante observar que o trecho que fala sobre as finalidades da educação brasileira não se resume ao preparo para o mercado de trabalho, mas também para “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988, p.123)”.

Esta ideia é reforçada também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que trata das finalidades da educação em seu Artigo 2º, afirmando que a educação “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.8)”.

Esse desenvolvimento pleno da pessoa para o exercício da cidadania não vem sendo prioridade dentro do modelo de educação adotado pela sociedade burguesa. Ao se apoderar do

sistema educacional como estratégia de reprodução de si mesmo, o modo de produção capitalista criou

[...] um sistema educacional classista e que, assim, separe trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, ou seja, uma escola que forma seres humanos unilaterais, mutilados, tanto das classes dirigentes como das subalternizadas (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p.1059).

As reflexões acerca das contradições geradas pelo modo econômico de produção capitalista e a busca por mecanismos que ajudem a educação a sair desse paradoxo, juntamente com a tentativa de proporcionar uma educação humana integral, politécnica ou omnilateral, foram os principais fatores que motivaram a produção deste trabalho. Esse conjunto de ações, segundo Galvão (2007, p.171) “ao mesmo tempo, reproduz e transforma a sociedade”.

Neste trabalho, buscamos desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem, que pudessem contribuir com a formação plena e cidadã dos discentes, por meio de formações empreendedoras sociais, que foram desenvolvidas de forma integrada à prática educativa, por meio de ações educativas e dentro de uma perspectiva de educação humana, integral e politécnica.

Para isso, precisamos revisitar as origens e revelar um pouco da história da Educação profissional e Tecnológica (EPT). Assim, poderá ser traçada uma análise paralela dos objetivos que estavam atrelados à gênese da EPT no Brasil com o atual cenário nacional.

Neste mergulho, trazemos os objetivos de ensino de cada uma das várias fases da EPT, bem como as diversas nomenclaturas adotadas pelas escolas e instituições responsáveis por tal modalidade no Brasil ao longo dos anos.

Ainda estudamos as concepções de formação empreendedora e empreendedorismo, partindo de sua terminologia primária, o “empreender”, e suas variações. Neste percurso, vimos, desde suas concepções no âmbito do senso comum, segundo o qual o ato de empreender pode ser visto como sinônimo da busca por uma renda, por subsistência ou por melhoria das condições de vida, por meio do trabalho, sendo oriundo de um esforço próprio e da criatividade individual e visando apenas ao lucro. Até as concepções de empreender associadas a uma abordagem social e emancipatória.

Sendo assim, buscamos explorar formas de empreender que fossem além das caracterizadas pela individualidade dos empreendedores comuns. Buscamos elevar o patamar das discussões, incluindo, no debate, iniciativas de ações por meio da coletividade em busca de uma verdadeira transformação social.

O aprofundamento destas discussões sobre o empreendedorismo social, que traz uma visão do empreendedorismo como uma ferramenta de emancipação social, deu-se pela busca de construirmos um produto educacional pautado por uma concepção de educação humana, integral e omnilateral.

Desta forma, trazemos, nesta pesquisa, um debate acerca das práticas educativas que podem ser utilizadas na busca por uma educação humana, integral ou omnilateral. Buscamos, assim, demonstrar as contradições históricas geradas por um sistema de educação dualista, visando apontar iniciativas que procurem acabar com tal dualidade.

Nesta parte da pesquisa, apresentamos possibilidades de rompimento da educação com as concepções do capitalismo, fazendo com que a educação assuma seu papel de agente transformador da sociedade e cumpra com suas finalidades descritas nas Leis que regem a educação brasileira, a saber: proporcionar o pleno desenvolvimento do ser humano e seu preparo para o exercício da cidadania, e não somente formar mão de obra para o mercado de trabalho.

Para melhor identificarmos os problemas e buscarmos propostas de ações educativas que visassem à solução destes, realizamos um recorte dos cursos que gostaríamos de trabalhar, dentro do universo acadêmico do IFPB, *campus* João Pessoa, Paraíba.

O resultado deste recorte nos levou aos cursos pertencentes à Unidade Acadêmica de Gestão (UAG), que fossem destinados ao Ensino Médio Integrado ao Técnico e que dispusessem de componente curricular destinados à temática do empreendedorismo. Assim, chegamos a dois cursos: Contabilidade e Eventos, sendo o Curso Integrado de Contabilidade o escolhido para a realização da pesquisa. Os critérios desta escolha serão descritos com mais detalhes na seção destinada à metodologia desta pesquisa.

Construído o referencial teórico e realizado o recorte dos participantes da pesquisa, restava buscar respostas para a seguinte pergunta: que ações educativas, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, poderiam ser implantadas junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, *Campus* João Pessoa, Paraíba, a fim de proporcionar a estes uma formação empreendedora de caráter social e emancipatório?

Da necessidade de resposta para tal problemática, surgiu o objetivo principal desta pesquisa, que é implantar ações educativas, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, *Campus* João Pessoa, com vistas a uma formação empreendedora de caráter social e emancipatório.

Mas, para atingir este objetivo principal, outros objetivos, mais específicos, precisaram ser alcançados, dentre eles: a) analisar o plano de ensino da disciplina (empreendedorismo ou formação empreendedora) dos cursos técnicos integrados do IFPB, campus João Pessoa, ressaltando a abordagem sobre o empreendedorismo social; b) avaliar o entendimento da temática empreendedorismo social trazida por um docente e pelos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, Campus João Pessoa; c) formatar um ciclo de oficinas sobre formação empreendedora social, de caráter emancipatório, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral; d) aplicar as oficinas educativas sobre a temática do empreendedorismo social junto aos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB, *Campus* João Pessoa; e) identificar as relações existentes entre as práticas educativas das oficinas e o processo de formação dos sujeitos envolvidos.

As discussões teóricas levantadas por esta pesquisa serviram de base para alcançar tais objetivos, assim como a investigação de campo e a análise documental. Todos esses processos culminaram na elaboração de um produto educacional que buscou levar até os discentes participantes desta pesquisa, uma ação educativa pautada em uma perspectiva de formação humana integrada, politécnica ou omnilateral.

Este produto educacional foi elaborado a partir das concepções de empreendedorismo trazidas pelos próprios discentes e tentou apresentar aos mesmos uma nova visão do empreendedorismo, com um viés social, coletivo e transformador, sendo aplicado por meio de um ciclo de oficinas temáticas que contou com a participação dos discentes e da docente responsável pelo componente curricular de empreendedorismo.

Devido à natureza aplicada de seu produto educacional, esta pesquisa vem a se justificar pela necessidade de implementação de ações educativas práticas, com bases nas concepções de formação humana integrada, politécnica ou omnilateral, que busquem contribuir com uma sociedade mais justa, onde as diferenças sociais sejam diminuídas e os indivíduos consigam alcançar sua formação plena, contribuindo, assim, com a busca da superação do sistema dualista presente na educação básica brasileira.

Mesmo que essa realidade pareça ser utópica, esta pesquisa pôde contribuir por meio destas ações educativas de forma prática, como também, pelo incentivo a outras ações futuras. Além disso, o presente estudo traz contribuições no âmbito do levantamento do debate teórico acerca dos empreendimentos sociais como lócus da formação social e da emancipação dos sujeitos, mediante o desenvolvimento de ações socioeducativas.

Concluimos, ainda, que esta pesquisa se justificou também por trazer contribuições para o IFPB, dentro de um ponto de vista institucional e pedagógico, que serão de grande valia, à

medida que se abre um leque de possibilidades de ações educativas a partir da temática dos empreendimentos sociais, dentro de uma perspectiva de uma educação humana integral dos discentes.

Além disso, as ações educativas trabalhadas junto à turma de contabilidade do *Campus* João Pessoa, Paraíba, podem ser ampliadas e aplicadas às demais turmas do IFPB que contenham o componente curricular voltado ao ensino por meio do empreendedorismo, possibilitando a formação humana integral, politécnica ou omnilateral aos demais discentes do IFPB, como também de toda a Rede Federal de Ensino.

Por fim, esta pesquisa também contribuiu para o crescimento e a consolidação do ProfEPT enquanto programa de pós-graduação, ao ponto que, desta pesquisa, surgiram diversos aspectos que podem ser estudados, debatidos e aperfeiçoados em pesquisas futuras, além dos trabalhos acadêmicos que podem ser derivados da mesma, gerando conhecimento e conteúdo de consulta em eventos e espaços de divulgação científica voltados ao debate de assuntos destinados à EPT.

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

1.3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa desenvolveu-se sob uma perspectiva de natureza aplicada, pois tem o objetivo de obter soluções para os problemas enfrentados por uma demanda da sociedade, por meio da elaboração e aplicação de um produto educacional junto aos sujeitos envolvidos nesta.

A pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35).

Para identificar os problemas que seriam frutos de análise desta pesquisa, primeiro precisávamos identificar quais eram estes e, para tal, elaboramos instrumentos de levantamento de dados específicos e uma investigação dos documentos voltados ao planejamento das atividades desenvolvidas nas salas de aula, os planos de ensino dos cursos do Ensino Médio Integrado do *Campus* João Pessoa, Paraíba.

Analisamos, assim, as principais necessidades encontradas em meio aos sujeitos participantes da pesquisa, dentro de uma abordagem qualitativa, visando à compreensão e à busca de soluções dos problemas educacionais identificados.

A justificativa da escolha de uma abordagem qualitativa em detrimento da quantitativa deve-se ao fato de que a “pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.31). Além disso, “se preocupar com aspectos da realidade que não podem ser quantificados”, dando margem para uma maior aproximação do pesquisador com o objeto de estudo (FONSECA, 2012, p.20).

Isto significa que tal pesquisa não teve a intenção, em momento algum, de tabular os problemas por esta encontrados, muito menos fazer uso de dados estatísticos para definir recortes de igual natureza. Visou, sim, sempre identificar os problemas, buscando-lhes soluções a partir do aprofundamento dos debates e da sugestão de ações práticas, pois, numa pesquisa quantitativa, os dados não nos permitem aprofundamento da compreensão dos fenômenos estudados, tampouco exigem uma maior proximidade do pesquisador com o objeto de estudo, aspectos que serão fundamentais nesta pesquisa. Portanto, não se fez necessária, pois não foi de interesse desta pesquisa traçar um perfil mais detalhado acerca das características que definem os participantes dela, mas sim identificar os aspectos sociais e metodológicos encontrados no recorte de estudo que pudessem ser observados, analisados e aperfeiçoados, na busca por uma educação mais humana integral.

Portanto, a pesquisa qualitativa, ao preocupar-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais, com enfoque na “compreensão e explicação da dinâmica social”, contemplou os objetivos propostos por esta pesquisa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

De forma mais clara e objetiva, pressupõe-se que o presente estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com o intuito de fomentar uma melhor análise das necessidades oriundas dos participantes desta, desenvolvendo, assim, soluções para os problemas encontrados.

Com base em seus objetivos, esta pesquisa classifica-se como sendo exploratória, à medida que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.35).

Sobre a pesquisa exploratória:

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p.41).

Entende-se ainda, além de ser exploratória, esta pesquisa tem caráter descritivo, pois “exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.35). Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p.37).

O fato de ser uma pesquisa exploratória e descritiva se justifica pelo fato de que, mesmo que esta pesquisa tenha se dedicado a explorar uma temática pouco explorada pelas produções acadêmicas direcionadas à EPT, o empreendedorismo social, a descrição e o debate de conceitos já consolidados também foram necessários, tais como a educação humana, integral e omnilateral, como também o traçado histórico da EPT no Brasil.

Quanto aos procedimentos, a referente pesquisa fez uso de pesquisas bibliográficas, mesmo havendo limitação quanto “à busca de informações em livros e outros meios de publicação” (RODRIGUES, 2017, p.43), tendo tal procedimento se tornado indispensável para a busca de embasamento teórico capaz de sustentar os argumentos propostos.

Também foram utilizados procedimentos de pesquisa documental, a fim de se investigar a legislação antiga e atual que fundamentaram e ainda fundamentam as bases da EPT no Brasil, mediante o levantamento de acervos eletrônicos em portais oficiais do Governo, tais como os planos de ensino dos cursos que contêm componentes curriculares voltados ao empreendedorismo.

Para Rodrigues (2017, p.45), o documento “é uma fonte material de informações”, independente se este se constitui no papel ou não. Sendo assim, devido às restrições de acesso aos locais onde se encontram estes documentos em sua forma física, utilizamos as vias digitais, como citado no capítulo anterior, para analisarmos as informações contidas nos planos de ensino dispostos no portal do discente do IFPB.

A referente pesquisa se desenvolveu, ainda, por meio da pesquisa de campo, que se caracteriza

[...] pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa que é imprescindível para a realização desta pesquisa, pois, sem tal procedimento não haveria como se caracterizar as investigações, nem como coletar os dados necessários para desvendar o problema da pesquisa (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37).

Esta pesquisa de campo foi feita, também, pelos meios digitais. Ela se justificou pela necessidade de levantamento de informações prévias junto aos participantes desta pesquisa. Tais informações levantadas durante o campo serviram de subterfúgios para a elaboração do produto educação oriundo deste trabalho.

1.3.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa, ou seja, “o conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo, e a amostra, ou população amostral” (ALVES, 2005, p.60), foi composto pelos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB e pelo corpo docente responsável pelo componente curricular voltado ao ensino de empreendedorismo, que neste curso é chamado de Formação de Empreendedores.

A escolha do universo desta pesquisa deu-se em função de uma ordem sistemática que serviu de sustentação para o tratamento dos resultados obtidos ao fim deste trabalho.

Para isso, foi necessária a utilização de alguns critérios, tais como a exaustividade, a representatividade, a homogeneidade, a pertinência e a exclusividade descritas por Bardin (1977, p. 96) como regras fundamentais para a constituição de um *corpus*, ou seja, “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”.

Dentre tais critérios de escolha, destacamos a pertinência para a pesquisa, pois os produtos educacionais desenvolvidos por intermédio do ProfEPT destinam-se, também, à aplicação junto aos discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Outro critério diz respeito à exaustividade, que se fez valer pela escolha do local de desenvolvimento dos cursos. Buscamos desenvolver o produto educacional junto a um curso oriundo da Unidade Acadêmica de Gestão (UAG), pois, deste centro, advêm os docentes que ministram as disciplinas de empreendedorismo nos diversos cursos integrados do IFPB.

Também pesou, como fator predominante para esta escolha, o fato de que o acesso aos docentes e coordenadores da UAG ocorreria de forma mais dinâmica, visto que o Professor Doutor Alysso Régis é membro da UAG. Esta facilidade se justificou devido às intempéries causadas pela pandemia da COVID-19, motivo pelo qual, devido à necessidade de distanciamento social, todos os contatos tiveram que ser realizados via telefone, *e-mails* e aplicativos de mensagens. Sendo assim, buscamos não deixar nenhum elemento de fora da pesquisa (sejam os planos de ensino, os discentes ou os docentes).

Dentro da UAG, tínhamos dois cursos que se enquadravam dentro do primeiro critério estabelecido para o desenvolvimento desta pesquisa (ser um curso técnico Integrado), o curso de Contabilidade e o curso de Eventos, que faz parte do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Resolvemos utilizar um novo critério na escolha da turma, sendo este a disponibilidade de acesso ao plano de curso do componente curricular voltado ao ensino de empreendedorismo destes cursos no portal do estudante do IFPB. Como veremos com detalhes nos capítulos seguintes, o componente curricular voltado ao ensino de empreendedorismo do curso integrado de Eventos não dispõe deste documento no portal do estudante, ao mesmo tempo em que o componente curricular semelhante, do curso de Contabilidade, disponibiliza este documento no portal do estudante. Visto isto, resolvemos, por meio destes critérios de exclusividade, desenvolver a pesquisa junto a uma amostra da turma de Contabilidade.

Contudo, é importante frisar que tal pesquisa poderia ser desenvolvida, também e com igual êxito, junto aos discentes do Curso Técnico Integrado de Eventos (PROEJA), visto seu caráter formador, fundamentado sob seus objetivos de trazer uma educação humana, integral ou omnilateral aos indivíduos participantes.

Portanto, a escolha pelo curso de Contabilidade, em detrimento do curso de Eventos, deu-se exclusivamente pela disponibilidade de acesso ao plano de ensino do componente curricular voltado ao ensino de empreendedorismo, sem qualquer discriminação pela idade dos discentes ou pela modalidade de ensino.

Devido às adversidades oriundas da pandemia de COVID-19, um novo arranjo metodológico precisou ser adotado pelo IFPB, e as aulas passaram a ser ministradas de maneira remota, tendo momentos síncronos (e com participação não obrigatória por parte dos discentes) e assíncronos (por meio das plataformas de ensino a distância do próprio IFPB), o que trouxe uma nova dificuldade na coleta de dados de sondagem junto aos discentes, como também se mostrou como um desafio para a aplicação do produto.

Expostas as adversidades sanitárias e vista a amplitude do universo da pesquisa, resolvemos que tal pesquisa analisasse uma amostra não probabilística, intencional, por acessibilidade e conveniência dos sujeitos presentes dentro deste universo.

A intenção de trabalhar uma amostragem não probabilística deu-se pelo fato de esta ser “um tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra.” (OLIVEIRA, 2011, p.30-31).

Isto significa que, por se tratar de uma pesquisa de análise qualitativa e devido às anormalidades ocasionadas pela pandemia, não se poderia ter precisão de quantos seriam os sujeitos envolvidos nesta, dependendo, assim, da contribuição e disponibilidade dada por cada indivíduo à pesquisa.

O que poderíamos precisar seria que a amostra, preferencialmente, deveria ser composta por discentes que cursassem ou que fossem cursar (naquele ciclo) o componente curricular voltado ao empreendedorismo, dentro do curso técnico integrado de Contabilidade do IFPB, assim como o(s) docente(s) responsável(is) pela turma.

Isto se deve ao fato de que precisaríamos das impressões iniciais quanto à temática, tanto para fundamentar o produto educacional, quanto para analisar os resultados oriundos da aplicação do PE ao final do projeto.

Com vistas à organização da análise a ser feita posteriormente e baseados nos critérios de representatividade, estimamos uma amostra a ser utilizada na pré-análise que fosse superior a 10% do número de discentes matriculados no componente curricular de Formação Empreendedora, do curso Integrado de Contabilidade, (que, na ocasião, era composto por um total de 32 discentes), alcançando, assim, uma representatividade significativa, além da docente responsável pelo referido componente curricular.

A amostra conseguiu alcançar a meta estabelecida, tendo um total de quatro discentes participantes das entrevistas (ou seja, 12,5% da turma), além da docente responsável pelo componente curricular naquele momento.

Já a aplicação da amostra foi destinada aos discentes participantes das aulas síncronas em tempo real e por meio de arquivo de vídeo, disponibilizado pela docente do componente curricular, aos discentes que, porventura, não puderam participar do momento síncrono.

Sendo assim, a amostra ao qual o produto fora destinado de forma síncrona correspondeu a pouco mais de 15% dos discentes matriculados naquele componente curricular, contando com a presença de oito discentes. Os demais discentes, tiveram acesso ao conteúdo gravado por intermédio das plataformas de ensino virtual do IFPB, de maneira assíncrona. Este movimento contou com o auxílio da docente do componente curricular de empreendedorismo, que realizou a postagem nas plataformas digitais e alertou os discentes faltosos sobre a existência do material.

1.3.3 Estratégias e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada, como citado anteriormente, através de uma pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB e à docente responsável pelo componente curricular, com base nos critérios de homogeneidade, segundo os quais “os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes” (SANTOS, 2012, p.

385). Além da análise dos planos de ensino dos componentes curriculares voltados a ensino de empreendedorismo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFPB, que disponibilizavam tal documento para consulta na página do estudante da instituição.

As entrevistas junto aos discentes possibilitaram uma sondagem acerca dos conhecimentos e necessidades deles sobre a prática do empreendedorismo e suas concepções de empreendedorismo social. Além disso, buscamos entender as impressões dos discentes quanto aos processos de ensino nos quais estavam inseridos.

Já a entrevista junto à docente teve como objetivos conhecer sua formação e a ligação desta com o componente curricular de empreendedorismo, esmiuçar o plano de ensino em profundidade e debater suas estratégias metodológicas junto à turma. Com isso, buscamos identificar as possibilidades de intervenção junto aos discentes, a fim de proporcionar a aplicação do produto educacional proposto por esta pesquisa de forma integrada aos processos de ensino e com maior possibilidade de êxito.

A análise dos planos nos permitiu ampliar o olhar sobre as práticas de ensino do empreendedorismo que vinham sendo trabalhadas juntos aos discentes da instituição, nos diversos cursos integrados.

As entrevistas tornaram-se os instrumentos de coleta de dados mais adequados para esse levantamento, pois se tratava de um “meio de comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa” (FONSECA, 2012, p.36).

Trata-se, ainda, de

[...] uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação (GERHARDT *at al* 2009, p. 65).

Além disso, as entrevistas puderam ser desenvolvidas com total segurança sanitária, sem que fossem necessários o contato direto entre o entrevistador e os entrevistados, sendo realizadas através de videochamadas em aplicativos de celular dotados de métodos de segurança e criptografados. As entrevistas foram armazenadas em HDs externos, para evitar vazamentos, trazendo mais segurança para os dados dos participantes.

As entrevistas foram semiestruturadas previamente, apresentando uma série de perguntas, conforme um roteiro preestabelecido, o qual foi aplicado junto a todos os entrevistados, sem alteração do teor ou da ordem das perguntas, com exceção da entrevista

destinada à docente, diferente do roteiro destinado aos discentes. Isto se deu para que pudéssemos comparar as diferenças e as semelhanças entre as respostas dos vários entrevistados (FONSECA, 2012).

Ressaltamos que este roteiro guiou, mediante perguntas específicas, o tema das entrevistas, “mas a forma como os temas [foram] produzidos ao longo da conversa, o modo como as perguntas [foram] formuladas e a ordem pela qual [apareceram] os temas e as perguntas não [foram] fixados previamente” (FONSECA, 2012, p.68 – grifos nossos). Isso porque cada entrevistado reagiu de forma diferente ao ser confrontado com as perguntas. Alguns com maior entusiasmo, outros, com menor, gerando, assim, em algumas das entrevistas, perguntas fora do roteiro semiestruturado, mas sem fugir da temática principal deste.

Por meio da análise das entrevistas, obtivemos subsídios suficientes para o desenvolvimento das temáticas abordadas no produto educacional, pois as entrevistas permitiram, conforme preconiza Fonseca (2012, p. 37) uma “maior sinceridade de expressão, adequada para obter informações de indivíduos mais complexos e emotivos, ou para comprovar os sentimentos subjacentes a sua opinião.”.

Tais entrevistas foram aplicadas entre 03 e 07 de novembro de 2021, com apoio da docente responsável pelo componente curricular de empreendedorismo, que disponibilizou e intermediou o contato com os discentes, além de disponibilizar os *links* de acesso às entrevistas mediante *e-mails* e/ou aplicativos de troca de mensagens *online*.

1.3.4 Estratégias de Tratamento dos Dados

A estratégia utilizada para a apreciação dos dados coletados foi a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Tal escolha justificou-se por esta possuir “duas funções básicas: função heurística – aumenta a prospecção à descoberta, enriquecendo a tentativa exploratória e função de administração da prova – em que, pela análise, buscam-se provas para afirmação de uma hipótese” (OLIVEIRA, 2011, p.46).

Trata-se, portanto, de uma técnica que “consiste em classificar os diferentes elementos do texto em diversas categorias, segundo determinados critérios selecionados pelo pesquisador [ultrapassando, assim] as incertezas sobre o real conteúdo da mensagem” apresentada nas entrevistas (FONSECA, 2012, p.72).

Para Bardin (1977), a organização da análise de conteúdo se dá por diferentes fases, distribuídas em uma ordem cronológica tripla. Estes “polos cronológicos” são, segundo Bardin (1997, p. 95): “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Santos (2012, p.385) sintetiza a pré-análise como sendo a fase na qual

[...] o material é organizado, compondo o corpus da pesquisa. Escolhem-se os documentos, formulam-se hipóteses e elaboram-se indicadores que norteiem a interpretação final, porém é fundamental observar algumas regras: (i) exaustividade, sugere-se esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte; (ii) representatividade, preocupa-se com amostras que representem o universo; (iii) homogeneidade, nesse caso os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem coletados por meio de técnicas iguais e indivíduos semelhantes; (iv) pertinência, é necessário que os documentos sejam adaptados aos objetivos da pesquisa; e (v) exclusividade, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria.

Bardin (1977, p.95) nos diz que:

Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final.

Estas missões descritas por Bardin foram alcançadas com a delimitação da amostra da pesquisa, a análise dos planos de ensino, a definição dos objetivos a serem alcançados com o desenvolvimento do produto educacional e a elaboração e a aplicação dos instrumentos de coleta de dados (que seguem os indicadores do referencial teórico desta pesquisa), além da avaliação do produto educacional, que trouxeram subsídios para a interpretação da viabilidade do produto educacional e para sua eficácia.

A exploração do material, feita por meio do contato inicial com os documentos da pesquisa, o que Bardin (1977) chama de “leitura flutuante”, deu-se por intermédio das transcrições das entrevistas (APÊNDICE C), transformando dados brutos em material elaborado. Assim, pudemos reafirmar os objetivos propostos por esta pesquisa. Também mediante a codificação dos dados coletados neste processo, enumeramos as unidades temáticas de registro como regra para a análise do recorte das entrevistas. “Fazer uma análise temática, consiste em descobrir os <núcleos de sentido> que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p.105).

Esta pesquisa buscou, por meio da análise dos dados obtidos nos discursos dos participantes, estudar as concepções destes acerca de temas como Empreendedorismo, Comum e Social, e Formação Humana, Integral e Omnilateral.

Sobre a utilização da análise temática na busca por elucidações desta natureza, Bardin (1977, p.106) afirma:

O tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc. as respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, os protocolos de testes, as reuniões de grupos, os psicodramas, as comunicações de massa, etc., podem ser, e são frequentemente, analisados tendo o tema por base.

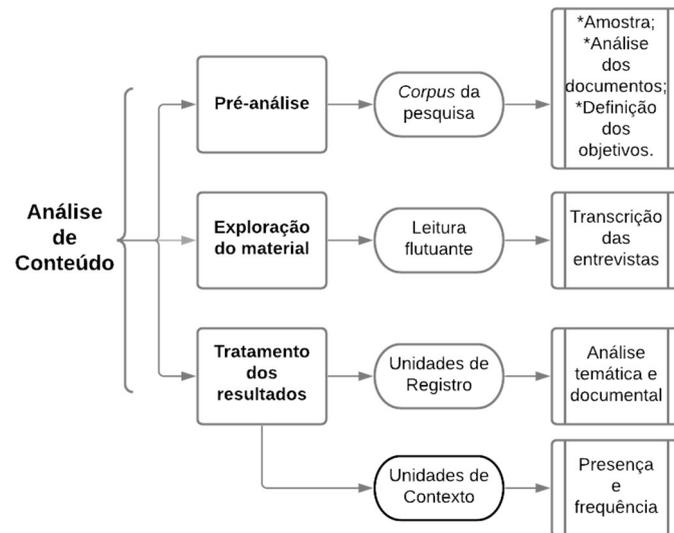
Contudo, analisar tão somente as temáticas não abrangeria a complexidade dos objetivos propostos por esta pesquisa. Devido a isso, também realizamos uma análise dos documentos consultados ou obtidos mediante esta pesquisa. O documento “por vezes serve de unidade de registro, desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida” (BARDIN, 1977, p.107).

A utilização destas duas unidades de registro (temática e documental) deve-se ao fato de que

[...] a unidade de registro existe no ponto de intersecção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos), embora pareça difícil, mesmo existindo recobrimento, procurar fazer-se um recorte de natureza puramente formal, na maioria das práticas, pelo menos na análise temática, categorial e frequencial[...] (BARDIN, 1977, p.107).

A fim de melhor compreender e codificar as unidades de registro (Figura 1), utilizamos de algumas unidades de contexto, tais como a presença ou não de determinados temas nas respostas dos sujeitos da pesquisa, como também a frequência com que determinados termos são citados nas respostas das entrevistas. Para Bardin, “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” desta nos documentos (BARDIN, 1977, p.109).

Figura 1 – Esquema de análise e tratamento dos dados da pesquisa



Fonte: Autoria própria, 2021.

Assim se apresenta o percurso metodológico da referida pesquisa, a ser utilizado em busca do cumprimento dos objetivos propostos ao se desenvolver este trabalho. Nos próximos capítulos, abordaremos o referencial teórico utilizado para a fundamentação epistemológica desta pesquisa.

Nestes capítulos subsequentes, apresentamos, além de um breve histórico da educação profissional no Brasil, algumas outras considerações quanto à educação humana integral, politécnica ou omnilateral de caráter emancipatório, além das definições acerca do empreendedorismo social e suas finalidades.

2 A TRAJETÓRIA DA EPT NO BRASIL: DOS ESTIGMAS DE SUA GÊNESE DUALISTA À TRAVESSIA PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL

2.1 A GÊNESE DA EPT E A DUALIDADE EDUCACIONAL

Abordaremos, neste capítulo, a trajetória da rede técnica federal de ensino no Brasil, analisando desde o contexto histórico do surgimento do ensino técnico federal no Brasil até as bases legais que a fundamentam atualmente.

Para tal, utilizaremos o recorte histórico que parte do surgimento da Escola de Aprendizizes Artífices (EAAs), no início do século XX, até o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), nos anos 2000.

Como dito anteriormente, iniciaremos nossa abordagem a partir do início da história da Rede Técnica Federal de Ensino, que teve sua gênese no início do século XX, com o surgimento da EAAs, tendo estas o objetivo de atender à classe dos menos favorecidos, dando educação profissional às crianças órfãs e pobres desprovidas de boas condições sociais e econômicas.

No momento em que surgiu, por intermédio do extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha, a Educação Profissional, como dito anteriormente, era uma modalidade destinada a proporcionar a seus ingressantes (inicialmente, a discentes do sexo masculino, entre 10 e 13 anos), desvalidos de sorte e de fortuna, uma ocupação (BEZERRA, 2017), ofertando-lhes cursos, como marcenaria, carpintaria e sapataria, entre outros.

O intuito era educar essas crianças por meio do trabalho. Contudo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico desconsideravam a necessidade de uma educação intelectual para esta parcela da população, por não ter um enfoque direcionado à formação de mão de obra voltada para o trabalho.

Dado o estigma de sua criação, a educação profissional no Brasil nasce com o objetivo de reproduzir a dualidade estrutural, uma característica implícita da educação brasileira, em que há distinção entre a educação profissional e a educação propedêutica, sendo esta última voltada à educação intelectual, que somente era ofertada às elites. Sobre esse aspecto, Bezerra (2017, p.56) nos traz a seguinte afirmação:

Criada sob esse estigma, a Rede instituiu formalmente a ‘dualidade estrutural’ da educação brasileira, caracterizada pela oferta de uma ‘formação’ mínima para a parcela da população que vive do trabalho (formação resumida apenas aos conhecimentos necessários para a realização de um ofício exigido pelos empregadores do mercado de trabalho), em oposição a uma formação intelectual, de caráter propedêutico, ofertada nas escolas não profissionais e destinada aos que ingressariam no mercado de trabalho apenas após a conclusão dos seus estudos, normalmente, do Ensino Superior.

Além disso, as EAAs representavam a presença do Governo Federal dentro dos Estados e atendiam, além da prerrogativa inicial de sua criação, aos interesses políticos regionais, visto que a instalação dessas unidades de ensino se dava, prioritariamente, nas capitais dos Estados, e não necessariamente atendiam às demandas necessárias da indústria local.

Muitas das EAAs, contudo, não obtiveram o sucesso esperado quando de suas criações, pois a inexistência de locais de trabalho adequados para a mão de obra que se propunha a se formar e as precárias condições encontradas nos prédios onde se instalaram as EAAs, em sua maioria prédios cedidos por governos estaduais ou municipais, deixaram os cursos muito aquém, culminando em um baixo índice de matrículas e um alto número de evasão, como afirma Bezerra (2017, p.62):

Assim, o alto índice de evasão tornou-se regra na grande maioria das unidades das EAAs. Além das questões estruturais acima mencionadas, diversos outros fatores contribuíam para a alta taxa desistência dos alunos, como a reduzida perspectiva de ingresso no mercado de trabalho dos egressos.

No início da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, as EAAs tiveram sua estrutura reformulada, assim como as demais modalidades de ensino ofertadas. O ensino técnico comercial (profissionalizante) passou a ofertar ensino técnico e propedêutico, contudo, este ainda refletia a dualidade estrutural da educação brasileira, sendo o ensino Secundário e Superior reflexos da elite, restando aos menos afortunados o ensino técnico e primário, beneficiando os interesses das classes dominantes, como aponta Bezerra (2017, p.66) ao discorrer sobre a primeira década de funcionamento das EAAs, apontando que:

A partir das análises realizadas, podemos afirmar que as EAAs, em sua primeira década de funcionamento, constituíram-se de fato em escolas de caráter moral-assistencialista, cujos interesses estavam atrelados às classes dominantes, através do controle social das camadas populares e sua ‘adequada inserção profissional’.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o processo crescente de industrialização que ocorreu em Brasília a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder e da tão conhecida “Revolução de 30”¹, a formação do trabalhador (operário) de forma mais qualificada tornou-se algo necessário, pois havia a necessidade de atender aos anseios deste novo modo de reprodução do capital.

Para tanto, era necessário que ocorressem mudanças profundas na estrutura da Rede Técnica Federal de ensino. A mudança se inicia com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a implementação de reformas estruturais. Dentre as reformas, destaca-se a Reforma Francisco Campos², que reformulou as modalidades de ensino no Brasil, centralizando-as no Governo Federal (BEZERRA, 2017).

As EAAs não mais atendiam às necessidades impostas com todas essas mudanças ocorridas pelas reformas, por isso, passou a ser necessária uma difusão mais rápida (e com um mínimo de qualidade) das novas técnicas de trabalho, garantindo, assim, a continuidade dos ofícios a gerações futuras.

Com isso, no ano de 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, promoveu mais uma alteração nas EAAs, transformando-as em Liceus Profissionais. Apesar das mudanças, os Liceus mantinham a dualidade educacional já existente anteriormente, ao insistir em destinar o ensino técnico às classes menos favorecidas, formação esta ainda diferente da propedêutica. Sobre estas mudanças ocorridas na educação profissional brasileira na década de 1930, Escott e Morais (2012, p.3) apontam:

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, pode-se perceber o desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Até 1932, o curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. Após esses quatro anos, o aluno poderia cursar alternativas de trajetória voltadas exclusivamente para a formação para o mundo do trabalho no nível ginasial, dentre elas, o normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial.

Os Liceus profissionais tinham como destinação promover o ensino de todos os ramos de ensino profissional no país. O Estado passou a ratificar o dualismo educacional no Brasil,

¹ Em 1930, um movimento armado, composto pelos Estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, depôs o presidente da República Federativa do Brasil naquele ano, Washington Luís. Impediu a posse do Presidente eleito Júlio Prestes e empossou o candidato derrotado Getúlio Vargas. Esse movimento, que ficou conhecido como Revolução ou Golpe de 30, pôs fim ao Estado Novo e deu início à Era Vargas.

² Em 1931, o então ministro da Educação e Saúde instituiu a primeira reforma educacional de caráter nacional do país. Dentre as diversas medidas estabelecidas, tivemos a estruturação orgânica dos ensinos fundamental, comercial e secundário.

insistindo, como dito anteriormente, em destinar o ensino profissional às classes menos favorecidas, gerando mão de obra qualificada para as novas indústrias brasileiras.

Isto fica explícito no artigo 129 da Constituição de 1937, que atribuiu o dever de criar e manter escolas de aprendizes para filhos de funcionários, à indústria e aos sindicatos econômicos, além de deixar clara a destinação do ensino profissional (aos menos favorecidos).

Diante das poucas mudanças que ocorreram nas instituições de ensino profissional no Brasil com o surgimento dos Liceus profissionais, em 1942, houve um movimento na tentativa de operar, de fato, uma mudança com o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro, instituindo-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que trazia adequações necessárias, considerando-se as demandas oriundas da industrialização que vinha ocorrendo no país. Estas adequações ficaram conhecidas como Reforma Capanema. Sobre isso, Bezerra (2017, p.74) afirma: “A reforma estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), dando início ao atual ‘Sistema S’, como também trouxe mudanças no ensino secundário.”

Dentre as principais mudanças, destaca-se a divisão do ensino secundário em dois ciclos, o ginásial, de quatro anos, e o “sequencial” subsequente, dividido em duas frentes, a científica e a clássica, tendo os discentes que optar por umas delas.

Mesmo com as medidas da Reforma Capanema, os Liceus profissionais só funcionaram por cinco anos, sendo transformados, posteriormente, em Escola Industriais e Técnicas, visando atender às demandas do Decreto-Lei nº 4.073/42.

Em 21 de fevereiro de 1942, por meio do decreto nº 4.119, estas recém-criadas Escolas Industriais e Técnicas “passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário” (BEZZERA, 2017, p.79). Apesar disso, o caráter dualista continuava caracterizando as divergências entre ensino profissionalizante e ensino propedêutico.

Essa dualidade passa a ser discutida somente em 1950, com o advento da Lei nº 1.076, de 31 de março, que assegurou aos discentes oriundos do primeiro ciclo da educação profissional o direito ao ingresso no segundo ciclo dos cursos clássicos e científicos, mediante aprovação em avaliação específica (BEZERRA, 2017).

Mesmo que o Governo Federal afirmasse que buscava a diminuição da dualidade existente no cenário educacional brasileiro, Ciavatta e Ramos (2011, p.29) alertam:

As Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Senai, em 1942, determinam a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos, associando os currículos enciclopédicos à formação geral como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação. Com a industrialização, acentuou-se, porém, a necessidade de se preparar as pessoas para a produção, predominando a

função profissionalizante desse nível de ensino, apesar da permanente tensão com sua função propedêutica.

A primeira relação existente, de fato, entre formação profissionalizante e possibilidade de continuação dos estudos veio apenas com o aparecimento das Escolas Técnicas Federais, por meio da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dentre as mudanças tratadas na Lei, destaca-se o fato de que “tais instituições passaram a ter autonomia jurídica, didática, administrativa, técnica e financeira” (BEZERRA, 2017, p.90).

Apesar das novas possibilidades de avanço escolar, Bezerra (2017) enfatiza que a educação profissional continuava distante do ensino propedêutico, devendo-se tal realidade à manutenção da condicionante de acesso ao ensino superior apenas aos portadores de diploma de nível técnico, mantendo-se, assim, a dualidade estrutural na educação brasileira.

Um grande avanço no estreitamento da dualidade estrutural na educação brasileira ocorreu durante o governo do presidente João Goulart, que, em 1961, assinou a Lei 4.024, em 20 de dezembro daquele mesmo ano, sendo esta a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB).

Esta Lei se propôs, dentro de suas finalidades, por fim, ao menos formalmente, ao dualismo estrutural na educação brasileira, propondo uma educação que visasse ao desenvolvimento integral dos sujeitos. Bezerra (2017, p.93) revela, ainda, que “o documento manifesta a articulação sem restrições entre os ensinos secundário e profissional por meio da equivalência plena”.

Uma alteração ocorrida na LDB de 1961, no ano de 1971 (durante o Regime Militar), por meio da Lei 5.692, de 11 de agosto, fez com que escolas públicas de 1º e 2º graus passassem a ofertar um eixo de educação especial, além da educação já ofertada antes, buscando integrar a educação técnica/profissionalizante ao segundo grau.

Contudo, a iniciativa não surtiu o efeito esperado, sendo um fracasso, como aponta Bezerra (2017, p.97):

[...] a ‘integração’ entre ensino propedêutico e ensino profissional, como já foi dito, ocorreu de forma compulsória, não havendo inclusive o necessário apoio para a efetivação da proposta que deveria incluir desde a capacitação docente até o orçamento necessário para aquisição dos materiais imprescindíveis para a implantação dos conteúdos profissionalizantes.

O ensino propedêutico ofertado pelas escolas públicas estaduais e municipais de 1º e 2º graus, que antes eram frequentadas pelos filhos das classes dominantes, viu-se, então, esvaziado, num processo de fuga e busca por melhores condições de ensino na rede privada e

nas Escolas Técnicas Federais, agora símbolos de boa educação e formadoras de mão de obra qualificada para a indústria e o comércio.

Isto se deu devido ao fato de que,

[...] para além de crenças ou interesses, é inevitável reconhecer que as dificuldades para a implementação de uma educação mais técnica e pragmática eram imensas, pois a organização de um sistema de ensino nesses moldes exigia grande investimento material, de formação humana, cultural e social, tarefa nada simples para um país com tantas desigualdades regionais e falta de equidade na distribuição dos recursos, uma vez que cada Estado da federação tinha e ainda tem suas próprias peculiaridades, como constitucionalmente cada um tem sua autonomia para organizar os sistemas de ensino. Por isso essa proposição de uma educação para todos, envolveria um processo muito lento e gradual, que exigiria esforço grande de todos e alto investimento das políticas públicas para sua efetivação (QUEIRÓS, 2013, p.21036).

Esse movimento levou a uma inversão da dualidade estrutural escolar, pois as Escolas Técnicas Federais passaram a ser ocupadas pelos filhos da classe média e alta, em busca de melhor qualidade de ensino e boa formação profissional (BEZERRA, 2017).

Este processo ficou conhecido como “dualidade inversa”, definida por Bezerra (2017, p.99) como sendo a “apropriação dos espaços destinados à formação profissional Técnica de Nível Médio pelas camadas da população que não pretendem exercer profissão antes da conclusão do Ensino Superior”.

Em outras palavras, as Escolas Técnicas Federais passam a ser destino de discentes que, teoricamente, não buscavam a qualificação profissional ofertada nestas instituições de ensino. Estes visavam, tão somente, usufruir das melhores condições e qualidade de ensino, gratuito, por estas ofertadas, em detrimento das escolas públicas de 1º e 2º graus, que agora estavam marginalizadas por não se adaptar às novas demandas provenientes das alterações antes citadas, na LDB de 1961.

Este cenário, de invasão das classes dominantes e distanciamento dos discentes “desprovidos de fortuna” (para usar a terminologia de sua gênese), ainda é perceptível no atual momento da Rede Federal de Educação Técnica e Profissionalizante.

Com o surgimento do Sistema Nacional de Educação Tecnológica em 1994, por meio da Lei nº 8.948/94, que extinguiu as Escolas Técnicas Federais, tornando-as Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), surge uma proposta de uma educação paralela à educação propedêutica, colaborando ainda mais com o distanciamento entre estas modalidades de ensino.

Muitas outras mudanças ocorreram ao longo desta história (ainda curta) da EPT no Brasil e sempre foram respaldadas por legislações específicas para cada momento que nossa história enfrentou. Visando adequar a educação técnica aos anseios do mercado, a educação

profissional assumiu um papel pautado no individualismo e na competição entre os indivíduos, baseados nos conceitos de empreendedorismo. Tais características assumiam a prerrogativa de distanciamento e dualidade existente entre educação profissional e educação propedêutica, antes disfarçada.

Ao assumir essa característica de individualismo, a educação profissional perdeu a essência da busca pela melhoria de vida social, motivo pelo qual a rede federal havia sido criada no início do século.

2.2 A TRAVESSIA – DA DUALIDADE EDUCACIONAL À BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, homologada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), reestabeleceu as diretrizes da educação nacional, incluindo o trabalho como elemento final no processo de ensino e aprendizagem. O art.1º, § 2º desta referida lei diz que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996).

Por tratar, contudo, da educação profissional de forma “genérica” (BEZERRA, 2017), a LDB precisou ser complementada por algumas emendas e Decretos, a fim de regulamentar de melhor forma a educação profissional. Sobre este aspecto “genérico” da LDB 9394/96, Ciavatta e Ramos (2011, p.30) fazem as seguintes considerações:

No confronto das forças políticas vitoriosas no Congresso Nacional e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, aprovou-se a Lei nº 9.394/96 cuja tônica não formais a de preparação para o trabalho e sim para a vida, ressaltando uma falsa dicotomia só explicável pelo estigma escravocrata de nossa sociedade. Sob esse ideário, preparar para a vida significaria desenvolver nas pessoas competências genéricas e flexíveis, de modo que elas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo.

A flexibilidade citada por Ciavatta e Ramos (2011, p.30) não era, anteriormente, sinônimo de pluralidade ou diversidade nos conhecimentos, tratando-se apenas de mais uma ferramenta de fragmentação escolar, “centrada na dualidade das classes sociais e do sistema educacional”.

Esta flexibilidade nos currículos da EPT “proporcionaria ao trabalhador oportunidades de se atualizar ou se requalificar por diferentes itinerários formativos, demandados por mudanças na produção e/ou nas situações de emprego” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.30).

A versão inicial da LDB, de 20 de dezembro de 1996, “tratava da EPT nos parágrafos 2º e 4º do artigo 36, quando definia as diretrizes do Ensino Médio e previa a possibilidade de preparação para o trabalho” (AFONSO; GONZALEZ, 2016, p.3). Contava também com o “Capítulo III – Da educação profissional”, que definia de forma simplória os princípios da EPT.

Mudanças foram ocorrendo ao longo dos anos, com a finalidade de os aspectos genéricos citados anteriormente serem revistos. O Decreto nº 2.208 de 17/04/1997 alterava os artigos 36, 39 e 42 da LDB 9.394/96 e definia os objetivos da educação profissional, como também suas formas, articulações, diretrizes e estruturação dos currículos.

Outras mudanças surgiram com a Resolução nº 04/1999, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que definiu os conceitos de competência profissional e habilidades, dentre outras diretrizes para a EPT.

No início no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi possível retornar a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio de forma integrada (BEZERRA, 2017), com a homologação do Decreto nº 5.154 de 23/07/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/1997, definindo as políticas de governo para a EPT.

Redefiniram-se, também “os níveis da educação profissional, suas premissas, as formas de articulação com o Ensino Médio (EM), certificações parciais e diplomas” (AFONSO; GONZALEZ, 2016, p.5), acenando para a possibilidade de uma oferta de ensino integral. Além disso, este mesmo decreto articulou a EPT de nível médio e o EM, podendo este ser de forma integrada, concomitante ou subsequente. Tais medidas buscavam diminuir a dualidade histórica existente entre EPT e EM.

Seguindo na busca pela diminuição da dualidade educacional existente entre EPT e EM, a Resolução nº 01/2005, do Conselho Nacional de Educação (CNE), atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o EM e a EPT de Nível Médio, redefinindo carga horária e nomenclatura dos cursos da EPT.

A Lei nº 11.741, de 16/07/2008, alterou os artigos 37, 39, 41 e 42, além de revogar os parágrafos 2º e 4º do artigo 36 e o parágrafo único do artigo 41 da LDB 9394/9, criando a seção “IV–A – da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, incorporando a EPT na LDB e objetivando, de forma clara, as diretrizes.

Ainda em 2008, surgiram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformando os CEFETs em Institutos Federais. Os IFs surgiram equiparados às Universidades Federais, mas com a diferença de se tratar de

instituições de ensino que iriam além da oferta de educação superior, mas também ofertantes de educação básica e profissional, de caráter pluricurricular e em *multicampi*.

Os IFs surgiram com a proposta de trazer uma educação politécnica e integrada, não apenas por herdar a concepção de ensino integrado dos antigos CEFETs (BEZERRA, 2011), mas também pelas diretrizes que criaram tais Institutos, com o objetivo de não somente atender às demandas de mercado, mas, acima de tudo, formar cidadãos sob uma perspectiva integrada, fazendo um entrelaçamento entre educação profissionalizante e educação propedêutica.

Contudo, é preciso que fiquemos atentos às tentativas de desconstrução dos avanços até aqui conquistados. Não podemos baixar a guarda para aqueles que tentam suprir os interesses do capital e formar cidadãos alienados ou simplesmente “adestrados e embrutecidos”, como nos alerta Bezerra (2011).

A educação profissional passou por diversas transformações desde sua gênese. Tais transformações foram fruto de momentos econômicos de cada ciclo envolvido. De início, tem um caráter mais assistencial, e isso gera um dualismo com a educação propedêutica, dualidade essa que, ainda hoje, procura-se quebrar.

A partir da LDB 9394/96, busca-se sistematizar a modalidade de Educação Profissional e estreitar laços com o Ensino Médio; diversas leis e decretos foram criados e sancionados até que chegasse aos dias atuais, buscando, na EPT, uma educação integral aos seus discentes.

Nos dias atuais, a EPT vem buscando traçar estratégias para levar aos discentes uma educação de caráter emancipador, não apenas tecnicista, como em outros momentos de sua história. Esta educação, transformadora e omnilateral, não se restringe apenas aos muros dos Institutos Federais, ela quebra barreiras e se expande por outros lugares onde a educação acontece.

Nos próximos capítulos, buscaremos mostrar como a EPT pode, mediante o desenvolvimento de práticas educativas pautadas pela temática do empreendedorismo social, promover uma educação humana, integral ou omnilateral aos discentes, de modo que estes sujeitos sejam não apenas apresentados a qualificações técnicas que lhes permitam se inserir no mundo produtivo, mas que também possam adquirir uma sólida formação cidadã, possibilitando-lhes, assim, uma melhor compreensão do mundo e incentivando sua participação dentro de um movimento de transformação da sociedade.

3 FORMAÇÃO INTEGRAL: PRÁTICAS EDUCATIVAS NA BUSCA PELO SUJEITO EMANCIPADO

3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Muito se fala, dentro do senso comum, em uma educação como sendo o meio de se conseguir uma melhor qualidade de vida, tendo uma boa qualificação, para, assim, também se ter um trabalho e com uma boa remuneração salarial no futuro. Esta não é uma afirmativa de todo incorreta dentro do contexto capitalista de produção, visto que pesquisas, como a realizada por Pecora e Menezes Júnior (2014, p.205),

[...] apontam para uma elevação do diferencial de salários entre o trabalho de elevada qualificação (com ensino superior) e baixa qualificação (com ensino médio ou ensino básico) no período de 1992 a 2001, impulsionada pelo aumento da demanda por trabalho qualificado.

Mesmo que tenha havido, “no período de 2002 a 2009, [...] uma pequena diminuição desse diferencial, determinada pela intensificação da oferta relativa de trabalho qualificado que ocorreu durante esse período” (PECORA; MENEZES JÚNIOR, 2014, p.205), não podemos pensar apenas em nos qualificar de forma tecnicista, simplificada e com enfoque direcionado apenas às profissões que pretendemos exercer. Apenas isto não é suficiente para se entender a dinâmica capitalista na qual estamos inseridos e, com isso, termos maior autonomia na busca pela superação das desigualdades sociais.

Parte significativa dos indivíduos não compreende as relações de trabalho existentes dentro do modo de produção capitalista: a exploração da força de trabalho de muitos (em benefício de alguns poucos), que, em troca de uma remuneração (na maioria das vezes, não justa e não condizente com o trabalho desenvolvido), exercem horas de trabalho, tornando-se, assim, trabalhadores alienados. Segundo Iora (2020, p.190), “Marx desenvolveu o conceito de trabalho alienado tomando por empréstimo a categoria trabalho assalariado da economia política articulado ao conceito de alienação proveniente da filosofia”.

Iora (2020, p.191) ainda detalha este processo de forma simples ao afirmar:

Na medida em que cria mercadorias em geral, o trabalho torna-se mercadoria, assim como converte em mercadoria aquele que trabalha. O trabalhador, no processo de trabalho, condensa sua vida no objeto de trabalho, que a suga como se fosse sua. No final do processo de intercâmbio com a natureza, o produto não o pertence, mas, sim, a outro, exercendo um poder autônomo ao produtor.

Pensar um mundo onde não haja mais essa relação abusiva dentro do modo de produção capitalista seja, talvez, uma utopia, e não é isso que queremos discutir aqui. O que pretendemos abordar é uma maneira de possibilitar a implementação de práticas de educação que sejam efetivas e que viabilizem a emancipação dos sujeitos dentro de uma perspectiva integral, seguindo os conceitos de formação politécnica e omnilateral junto aos indivíduos, permitindo-lhes a compreensão do mundo e das contradições do sistema de produção capitalista, segundo o qual “o trabalhador é ele mesmo convertido em mercadoria e, como as demais mercadorias ficam à mercê da lei do valor”, podendo-se, assim, reconhecer sua condição de sujeito alienado, mas buscando estratégias de sair desta condição (IORA, 2020, p.191).

Feita essa ressalva, agora se faz importante frisar que o intuito desta pesquisa

[...] não se trata, pois, de mera [crítica ou] adaptação às mudanças no mundo da produção e do trabalho, tais como adaptar-se à flexibilização produtiva, à “sociedade da incerteza”, às relações de trabalho desregulamentadas, ao empreendedorismo, aos programas breves de aprendizagem, aos programas paliativos de tensão social. Há condições de vida que permeiam as opções das pessoas. E estas passam pela forma histórica como produzem a própria vida. (CIAVATTA, 2014, p.188 – destaque nosso).

Sendo assim, mesmo que “o tema da formação integrada, remetido ao conceito de politecnia, [tenha] sido objeto de polêmica e de divergências quando se trata de pensar a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista” (CIAVATTA, 2014, p. 189), não nos privaremos da ideia de demonstrar, de forma prática, as transformações oriundas deste modelo de formação.

É fato que precisamos ficar atentos ao falar em educação integral dentro de uma concepção politécnica e omnilateral, para que, com isso, não caiamos

[...] em fantasias idealistas, [devido a isto] precisamos partir do reconhecimento de que a formação omnilateral não será plenamente alcançada na sociedade capitalista, pois essa formação requer uma mudança radical de todo o sistema das relações sociais do qual fazemos parte” (DUARTE, 2016, p.102 - destaque nosso).

Entender quais seriam as motivações que impedem uma formação integral, omnilateral de ser plenamente implantada dentro de uma sociedade capitalista é um bom ponto de partida. Para Duarte (2016, p.12 – destaque nosso), “a luta para que a formação dos seres humanos na sociedade atual aproxime-se o máximo possível desse ideal [uma formação omnilateral dos sujeitos] é uma das condições indispensáveis ao processo revolucionário socialista”.

Ao indicar a formação omnilateral como ferramenta de revolução social, Dante (2016) atrela à esta a um status de “ameaça” ao sistema de produção dominante, o capitalismo. E toda ameaça é sempre rechaçada. Esta possível “ameaça” deve-se ao fato de que a luta pela libertação das relações capitalistas de trabalho, uma das pautas da revolução socialista, também é um dos objetivos pretendidos por meio de uma formação omnilateral.

Duarte (2016, p.103) reforça essa relação ao afirmar que, “por um lado, a educação voltada à formação omnilateral é parte da revolução socialista e, por outro, um dos maiores objetivos dessa revolução é a criação das condições de universalização da formação omnilateral”.

Ciavatta (2014, p.188), por sua vez, reforça esta ideia ao afirmar que a luta por práticas educativas, que tenham por base uma formação omnilateral, não é nova, remontando “ao ideário da educação socialista revolucionária que previa a elevação das massas ao nível de conhecimento e capacidade de atuação das elites sempre reservaram para si e seus pupilos”.

Na sequência, a autora nos traz um olhar sobre as dificuldades que devemos encontrar ao tentar alterar o sistema de educação brasileiro, pautado pelas necessidades e demandas do capital ao reiterar que

[...] não se faz a transposição da educação politécnica das sociedades socialistas para um sistema secularmente dominado pelo capital como a educação no Brasil. As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos (CIAVATTA, 2014, p.1997).

Como podemos perceber, mesmo que haja uma eminente necessidade de se ter acesso a um ensino, gratuito e de qualidade, a tentativa de mudança desse paradigma esbarra no poder hegemônico do capital.

Esse controle do capital sobre as práticas educativas ressalta “que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital” teriam “de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital com modo de reprodução metabólica” (MESZÁROS, 2014, p.26).

Meszáros fundamenta sua indagação quando nos afirma:

Os interesses objetivos de classe [a classe dominante] tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes (2014, p26).

Essa afirmação de Meszáros (2014) reafirma o entendimento trazido por Ciavatta e Duarte, de que é uma tarefa utópica fazer uma revolução educacional dentro do sistema capitalista.

O fracasso nas tentativas de mudança na sociedade capitalista deve-se ao fato de “as determinações fundamentais do sistema capitalista serem *irreformáveis*”. Meszáros completa seu pensamento, afirmando que “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*” (2014, p.27, grifos do autor).

Por ser um sistema incorrigível, Meszáros conclui que

[...] procurar margens de *reforma sistemática* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (2014, p.27, grifos do autor).

Estamos diante de uma das contradições descritas por Meszáros (2014), ao propormos a implementação de práticas educativas numa perspectiva de educação humana, integral, mesmo dentro uma sociedade regida pela concepção lógica do capital? Aparentemente, sim.

As soluções para ocorrer o rompimento da educação com as concepções capitalistas não devem ser formais, mas sim essenciais (MESZÁROS, 2014). Isto significa que a mudança não deve ocorrer apenas na esfera institucionalizada da aprendizagem, mas em sua totalidade, seja em espaços formais, informais e não formais, onde as práticas educacionais estão estabelecidas dentro de nossa sociedade.

Sobre a incapacidade de transformação da sociedade por meio apenas das instituições formais de educação, Meszáros entende que

[...] a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções primárias da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental (2014, p.45).

O grande problema das instituições formais de educação na busca por uma educação integral dos indivíduos é sua própria institucionalização, que, por mais autônoma que pretenda

ser, acaba por limitar o desenvolvimento destes, seja por falta de tempo ou por necessidade de se adaptar ao sistema. No fim das contas:

Quer os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, aquedados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas (MESZÁROS, 2014, p. 44).

Um exemplo desta limitação das supracitadas instituições, citado por Meszáros, pode ser identificado na resposta da Docente A (2021), quando perguntada sobre o quanto de contribuições o componente curricular de empreendedorismo, com as diretrizes do atual plano de ensino, poderia agregar à formação humana integral dos discentes. Diante do questionamento, ela expressou uma opinião sincera:

[...] de maneira geral, [o currículo] da disciplina de empreendedorismo, está muito focada na parte lucrativa, na parte de negócios, de você abrir uma empresa. Eu acho que a gente acaba perdendo muita coisa quando a gente reduz o empreendedorismo a apenas lucro. A gente pode conseguir algumas mudanças, de ganhos que vão além do próprio dinheiro. Então eu acho que falta um pouco dessa visão. É uma visão muito tradicional (não sei se usa esse termo), muito clássica do que é empreendedorismo. E eu acho que, principalmente os institutos [federais] que têm essa roupa mais moderna, mais versátil, traçar um caminho mais diferente desse tradicional, desse clássico, que a gente já está acostumado.

Contudo, é importante ressaltar que, antes de desconsiderarmos a educação em espaços formais do processo de transformação da sociedade e taxarmos estes espaços como incapacitados de praticar um modelo de ensino integrado, é preciso compreender que:

O termo integrado remete-se, por um lado, à forma de oferta do ensino médio articulado com a educação profissional; mas, por outro, também a um tipo de formação que seja integrada, plena, vindo a possibilitar ao educando a compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso. Tratando-se a educação como uma totalidade social, são as múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos (CIAVATTA, 2014, p. 198).

Ou seja, por mais que a institucionalização encontrada na educação formal acabe por levar esta a reproduzir os interesses do capital, é necessário que esta busque

[...] recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, omnilateral e de escola unitária [buscando superar] o dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho

intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública (CIAVATTA, 2014, p.197, destaque nosso).

Nesta busca da superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira citado por Ciavatta, devemos ter ciência de que o combater deve ser feito não às escolas, mas sim a “todo o sistema de *internalização*, com todas as dimensões, visíveis e ocultas” da lógica do capital (MESÁROS, 2014, p.47, grifos do autor).

Romper com a lógica do capital dentro do sistema de ensino formal seria ajudar a “construir um ensino médio como um processo formativo que integre as dimensões estruturantes da vida, trabalho, ciência e cultura, [e que] abra novas perspectivas de vida para os jovens e concorra para a superação das desigualdades entre as classes sociais” (CIAVATTA, 2014, p. 198 – destaque nosso).

Sendo assim, aprofundar-nos-emos um pouco mais nas ideias de uma formação humana, integral ou omnilateral nos espaços formais e institucionalizados de ensino, como também fora dele, tendo o trabalho como princípio educativo, isto porque a “apropriação do saber articulada ao mundo do trabalho [é] essencial para o trabalhador” compreender o mundo e, assim, superar as desigualdades sociais (Kuenzer, 1989, p.21 – destaque nosso).

3.2 FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL E A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

A escola, principal local de atuação da educação formal, é vista como uma instituição capaz de potencializar o trabalho na visão dos “críticos da ‘teoria do capital humano’, uma vez que consideram que a educação é funcional ao sistema capitalista, não apenas ideologicamente, mas também economicamente, enquanto qualificadora da mão de obra (força de trabalho) (SAVIANI, 1994, p.147), proporcionando, assim, a ascensão social dos indivíduos dentro do modelo capitalista de mercado, vendendo a ideia da prosperidade.

Esta ideia é “vendida” aos indivíduos desde o início de sua educação formal. Segundo ela, os indivíduos podem se capacitar e buscar melhores condições no mercado de trabalho futuro.

Acontece que, para Meszáros (2014, p. 44), esta é uma armadilha do sistema capitalista, que busca “assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema”, fazendo que, com o isso, os indivíduos tracem como metas particulares a reprodução dos modos operacionais do próprio capital.

A educação não pode nem deve limitar-se apenas a esse fim, muito menos ficar restrita aos espaços formalizados de educação. Mais que isso, a educação deve libertar os sujeitos das amarras de seus opressores.

É necessário romper com a ideia de educação formulada pela classe burguesa, que entende ser “preciso um mínimo de instrução para os trabalhadores e este mínimo é positivo para a ordem capitalista, mas, ultrapassando esse mínimo é em contradição com essa ordem social” (SAVIANI, 1994, p.160).

Se, para a sociedade capitalista, o saber é meio de produção, sendo esta uma sociedade baseada na “propriedade privada dos meios de produção [portanto] exclusivo da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas” (SAVIANI, 1994, p. 160 – destaque nosso), é nosso dever buscar por uma educação de qualidade, de forma integral e dentro dos princípios da omnilateralidade.

A busca por uma educação integral, dentro do modo de sistema capitalista, é uma ideia que tende a ser combatida pelas classes dominantes, visto que, para a sociedade capitalista, “se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia” (Saviani, 1994, p.160).

Logo, se “o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os estudantes passam a ser proprietários de meios de produção” (SAVIANI, 1994, p.160), o que representa uma ameaça à hegemonia intelectual das elites.

A burguesia, mesmo temendo a perda do controle hegemônico, como dito antes, disponibiliza educação para as classes menos favorecidas, gerando o que Saviani (1994) chamou de *contradição do processo escolar*, pois:

Quando a sociedade capitalista tende a generalizar a escola, esta generalização aparece de forma contraditória, porque a sociedade burguesa preconizou a generalização da educação escolar básica. Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, tornam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 1994, p. 159).

Na busca pela superação de tal contradição, é preciso ter uma prática educacional, na qual o trabalho seja o princípio educativo, e não a sua finalidade. É preciso que os indivíduos tenham total entendimento do real conceito de trabalho, pois:

[...] o que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal à medida que necessita produzir continuamente sua própria existência. É o que diferencia o homem dos animais: os animais têm sua existência garantida pela natureza e, por consequência, eles se adaptam à natureza. O homem tem de fazer o contrário: ele se constitui no

momento em que necessita adaptar a natureza a si, não sendo mais suficiente adaptar-se à natureza. Ajustar a natureza às necessidades, às finalidades humanas, é o que se faz pelo trabalho (SAVIANI, 2003, p 132 – 133).

O trabalho, mencionado por Saviani (2003), não corresponde ao trabalho no âmbito da produção capitalista, visto como “força de trabalho despendida pelo trabalhador, mercadoria especial e única capaz de acrescentar ao valor produzido um valor excedente” [o salário] (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 50), mas sim “no sentido absoluto de produção de bens, valores de uso ou serviços, tanto no plano material como imaterial, toda atividade humana [que] produz algo e, neste sentido, é produtiva” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 50).

Este trabalho é um elemento intrínseco à própria existência humana, uma vez que, para existir, o ser humano precisa exercer alguma força de trabalho. Como princípio educativo, dentro de um paradigma de educação integral, ele se torna necessário pelo fato de que “o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos é um processo que envolve a totalidade da vida humana, o que significa que ele não pode se limitar ao âmbito da educação escolar” (DUARTE, 2016, p.103).

Mesmo a escola estando marcada pelas contradições do capitalismo, esta “não é uma instituição inerentemente burguesa e alienante” (DUARTE, 2016, p. 104), portanto, deve participar deste processo, mas de forma renovada, visto que “a perspectiva da formação omnilateral coloca para a escola a exigência de igual valorização do trabalho com as ciências da natureza e da sociedade, com as artes e com a filosofia” (DUARTE, 2016, p. 108), deixando de lado o ensino fragmentado e elevando, assim, a possibilidade de emancipação dos sujeitos.

Para Freire (2002), esta emancipação ocorre quando o sujeito oprimido liberta-se da ação dos seus opressores, sem a este oprimir. Libertar seria o mesmo que humanizar, e, dentro desta perspectiva teórica, tal humanização só é de fato alcançada a partir do momento em que “o oprimido se engaja na luta por libertar-se, superando seus condicionamentos históricos e sociais, de maneira que possa fazer uso de sua liberdade plenamente” (OLIVEIRA; DIAS, 2017, p.2).

É importante salientar que o processo de libertação dos oprimidos não é sempre fácil e aceito de forma pacífica por estes. Esta libertação significa a expulsão da sombra acolhedora dos opressores e “exigiria deles [os oprimidos] que ‘preenchessem’ o ‘vazio’ deixado pela expulsão [da sombra dos opressores] com outro ‘conteúdo’ — o de sua autonomia” (FREIRE, 2002, p. 32, grifos do autor).

Portanto, a libertação não é algo doado, mas sim conquistado pelos oprimidos por meio da superação da situação opressora. Freire (2002, p.33) revela ainda que, para esta superação da condição de oprimido ocorrer, este deve apoderar-se do “reconhecimento crítico, a “razão” dessa situação, no intuito de que, por meio de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais.”

O homem teme a liberdade, mesmo quando a realidade é posta a sua frente. O sistema opressor traz acomodações, e o homem se vê envolto em questões dialéticas, como as apontadas por Freire (2002, p.34):

Sofrem uma dualidade que se instala na “interioridade” do seu ser. Descobrem que, não sendo livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo são o outro introjetado neles, como consciência opressora. Sua luta se trava entre serem eles mesmos ou serem duplos. Entre expulsarem ou não o opressor de “dentro” de si. Entre se desalienarem ou se manterem alienados. Entre seguirem prescrições ou terem opções. Entre serem espectadores ou atores. Entre atuarem ou terem a ilusão de que atuam na atuação dos opressores. Entre dizerem a palavra ou não terem voz, castrados no seu poder de criar e recriar, no seu poder de transformar o mundo.

É quando o homem perde esse medo de sair da sombra de seus opressores que alcança sua autonomia, sua emancipação. Emancipação, segundo o dicionário Aurélio (1999), é a “ação de ser ou de se tornar independente, livre; independência”, e é justamente isso que ocorre ao ser libertado das sombras de seus opressores: o homem se liberta, torna-se independente, passa a compreender sua realidade e, “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções”. Assim, pode transformá-la e, com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 2014, p. 26).

Mas seria realmente possível alcançar tal autonomia e obter a tão desejada emancipação por meio da educação? Se sim, como fazer isso, se sabemos que o ensino formal (aquele praticado nas escolas) é, por diversos fatores, inclinado aos desejos do capital? Não seria a educação mais um dos limitadores da conquista da autonomia dos sujeitos? Estas questões podem ser respondidas a partir da análise da intencionalidade da educação, pois, quando empregado o modelo de educação voltado para a autonomia e a libertação dos sujeitos, proposto por Freire (2002), vemos que este transcende

[...] além da solidificação das bases da educação popular, a construção e implementação de programas de alfabetização que surgiram com as análises e críticas de situações existentes, em particular, ao analfabetismo, buscando a superação desse quadro com ações culturais para a liberdade. Essas ações libertadoras de Freire

efetivaram programas junto a setores marginalizados – os oprimidos – visando à superação existencial da situação de dominado. (CAMPOS; PAIXÃO, 2018, p. 60).

Para Freire (2014, p.22), a raiz da educação é o fato de o homem consistir em um ser inacabado e ter a consciência deste estado, o que lhe permite uma busca constante por autorreflexão:

Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: Quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca.

O homem deve ser sujeito da sua própria educação, e não o contrário. Deve buscar, pela educação, conhecer-se mais. Mas não temos como nos conhecermos melhor, sem conhecer os outros a nossa volta, os nossos semelhantes. Por isso, Freire (2014) enfatiza que esta busca não deve ser uma busca solitária, mas uma busca em comunhão. Este caráter comunitário fica expresso quando Oliveira e Dias (2017) explicam o que vem a ser uma transformação dentro da perspectiva Freireana:

Transformar, na perspectiva freireana, ganha significado de práxis, atividade humana que integra dialeticamente ação e reflexão, que modifica o mundo dos homens, voltando-se a eles, modificando-os. No entanto, a transformação da realidade é possível aos sujeitos de maneira coletiva, uns com os outros, por meio do diálogo, pois diferentes homens e mulheres mediados por um mundo comum são capazes de pronunciá-lo e modificá-lo conjuntamente. (p. 4)

É esta transformação que necessita ocorrer de dentro para fora nas instituições de ensino. Para tanto, faz-se necessária uma ampliação das discussões sobre a atual realidade da educação brasileira, isto porque, para encontrar “uma alternativa que conduza para a emancipação humana é preciso superar as práticas e compromissos hegemônicos e propor um novo caminhar, que possibilite a chegada em outra forma de sociabilidade” (SILVA; FLACH, 2017, p. 718).

A reestruturação da escola, que foi propositalmente preconizada pela sociedade burguesa, levou à generalização da educação escolar básica brasileira.

Sobre esta base comum, ela [a sociedade burguesa] reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 1994, p. 156).

Para realizar esta reestruturação, organizou-se o ensino dentro de uma perspectiva humana, integral, realizando “avanços na compreensão da relação entre escola e trabalho, e particularmente, na adoção do trabalho como categoria explicativa e princípio organizador do ensino[...]” (KUENZER, 1989, p. 22). Sobre isso, trataremos de forma mais aprofundada na próxima sessão.

3.2.1 O Trabalho como princípio educativo

Como vimos anteriormente, o sujeito alcança sua emancipação a partir do momento em que se reconhece como sujeito oprimido e passa a buscar sua libertação junto ao seu opressor, sem que como isso o oprima (FREIRE, 2002).

Dentro de uma sociedade neoliberal como o Brasil, o sujeito opressor quase sempre é o próprio capital e suas contradições. A educação torna-se, então, uma ferramenta de busca de luta contra esta situação de opressão e de superação das desigualdades.

Mas de que educação estamos falando? A educação para o trabalho, que serve aos interesses do capital, sendo esta “algo meramente ornamental mas decisivo para o desenvolvimento econômico” (SAVIANI, 1994, p. 151) ao formar mão de obra qualificada ou a educação integrada ao trabalho, pautada dentro de um conceito de “escola unitária que desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos (formação omnilateral) conduzindo-os ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais”? (SAVIANI, 1994, p. 164).

Após toda a discussão levantada até aqui, é evidente que a resposta para a indagação acima se debruce sobre a necessidade de se conquistar uma educação, segundo a qual o trabalho seja o princípio educativo, não apenas a sua finalidade. Mesmo que não possamos, atualmente,

[...] materializar a politécnica e a escola unitária em seus sentidos plenos para todos, imediatamente [...] ainda é possível e necessário plantar – e cuidar para que cresçam – as sementes da formação humana integral, politécnica, unitária, aproveitando-nos das contradições do sistema capital (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 1070).

É na escola “com base no princípio educativo do trabalho, onde está o germe do ensino que poderá elevar a educação da classe operária [oprimidos] bastante acima do nível das classes superior e média [opressores]” (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 1070 - destaques nossos).

E o trabalho enquanto princípio educativo “remete à relação entre trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por

meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2009, p. 408).

Isto consiste em aproximar o trabalhador de seu próprio fazer, levando este a um estado de consciência sobre o que produz e qual o valor social do produto do seu trabalho. De posse dessa consciência, o trabalhador liberta-se de seu estado de alienação frente ao seu opressor, o que possibilita a busca por uma troca mais justa entre o valor do produto e o valor do trabalho, visto que, “nas sociedades capitalistas, a transformação do produto do trabalho de valor de uso para valor de troca, apropriado pelo dono dos meios de produção, conduziu à formação de uma classe trabalhadora expropriada dos benefícios da riqueza social e dos saberes que desenvolve” (CIAVATTA, 2009, p. 415).

Essa apropriação injusta do valor de troca (trabalho *versus* transformação do produto do trabalho) por partes dos donos dos meios de produção (capitalistas) gerou a criação de uma extrema desigualdade econômica no Brasil, que

[...] obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, visando complementar a renda familiar ou até a autossustentação, como baixíssima escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional, engordando as fileiras do trabalho simples, mas contribuindo para a valorização do capital (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 1071).

Tal desigualdade econômica gerada pela apropriação do valor de troca pela classe burguesa é “concretizada na dualidade estrutural, [a qual] expressa o velho princípio educativo humanista tradicional, que previa a necessidade de formar dirigentes e trabalhadores em escolas com objetivos distintos” (KUENZER, 1989, p. 22).

O início da superação desta condição de desigualdade começa com a formação humana integral nas escolas, tendo o trabalho como princípio educativo. Para Ciavatta (2009, p. 415):

A introdução do trabalho como princípio educativo na atividade escolar ou na formação de profissionais para a área da saúde, supõe recuperar para todos a dimensão do conhecimento científico-tecnológico da escola unitária e politécnica, introduzir nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista, os direitos do trabalho e o sentido das lutas históricas no trabalho, na saúde e na educação.

Por maior que seja o desafio, Moura (2013, p.715) entende que:

A realidade socioeconômica brasileira, exige, do ponto de vista teórico e ético-político, conceber e materializar um tipo de ensino médio que garanta uma base unitária para todos, fundamentado na concepção de formação humana integral, omnilateral ou politécnica, tendo como eixo estruturante o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

É preciso realizar o que Moura (2013) chama de *travessia* entre o ensino historicamente precarizado, caracterizado pela dualidade educacional no Brasil e pelos ideais do neoliberalismo, que buscam formar a classe trabalhadora apenas para o trabalho, procurando emancipar os filhos da citada classe e assumindo a educação humana integral como norteadora da formação de todos, não apenas dos filhos da burguesia.

Contudo, Kuenzer (1989, p. 23) alerta para que não sejamos ingênuos ao pensar em uma mudança radical nas raízes da divisão que se instaurou nas escolas. Para esta autora, necessitamos “iniciar o processo que culminará nesta superação, para o quê um passo importante será assegurar a todos o acesso a um saber que até agora foi apropriado por uma minoria, a qual, não por coincidência, não é a classe trabalhadora”.

Nos próximos capítulos, apresentaremos uma proposta de ação educativa, norteadada pela crítica histórico-social das relações de trabalho dentro do sistema capitalista, que visa auxiliar no processo de travessia entre a educação fragmentada até uma formação humana, integral ou omnilateral, possibilitando, assim, que os filhos da classe trabalhadora libertem-se da condição de oprimidos e possam, mediante uma educação estruturada por meio do trabalho enquanto princípio educativo, tornarem-se cidadão críticos, conscientes e emancipados.

Essa proposta de ação educativa descrita no último parágrafo encontra, no empreendedorismo social, as bases conceituais que possibilitam a crítica ao modelo de empreendedorismo comum, amplamente estimulada pelo neoliberalismo e vendida como a salvação de todos os males econômicos da atualidade, mostrando possibilidades de uma formação humana, integral ou omnilateral, em que o trabalho coletivo seja princípio norteador do processo de ensino.

Portanto, vamos primeiramente entender o fenômeno do empreendedorismo, discutir suas formas de manifestação e comparar o perfil de cada indivíduo dentro de distintas modalidades de atuação. Ainda analisaremos como vem se desenvolvendo a educação empreendedora nos cursos técnicos integrados do *campus* João Pessoa do IFPB e, posteriormente, com base em diferentes análises e fatores, desenvolver nossa ação educativa na forma de produto educacional.

4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

4.1 OS EMPREENDEDORISMOS: DOS CONCEITOS AO CENSO COMUM

Antes de iniciarmos uma busca pela idealização do que seria um empreendedor social, é preciso que, inicialmente, façamos um resgate dos conceitos de empreendedorismo e empreendedor comum, além de identificar o que seria uma atividade empreendedora.

Com isso, buscamos ter arcabouço teórico suficientemente apropriado para confrontar as dicotomias e identificar as semelhanças encontradas dentro das características destes conceitos e contrapô-los com os conceitos de empreendedorismo social e empreendedor social.

Traremos também as impressões obtidas por meio de entrevistas com alguns discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB, a respeito da temática empreendedorismo. Além da análise dos planos de curso de componentes curriculares voltado0s ao ensino de empreendedorismo outros cursos técnicos integrados da instituição.

Quanto aos conceitos, podemos mencionar que tal termo detém diversos significados, tendo sofrido algumas modificações ao longo do tempo. A princípio, utilizaremos a definição de empreendedor descrita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, segundo o qual os empreendedores são

[...] pessoas, necessariamente donos de negócios, que buscam gerar valor por meio da criação ou expansão de alguma atividade econômica, identificando e explorando novos produtos, processos e mercados; Atividade empreendedora: é a ação humana empreendedora que busca gerar valor, por meio da criação ou expansão da atividade econômica, identificando novos produtos, processos e mercados; e Empreendedorismo: é o fenômeno associado à atividade empreendedora (IBGE, 2019, p. 14).

A definição descrita pelo IBGE (2019) mostra que a visão de empreendedorismo que é difundida pelos órgãos oficiais é a do empreendedorismo enquanto atividade econômica que busca a geração de lucro por meio da criação de novos produtos ou expansão de negócios. Os indivíduos são, portanto, donos de um negócio e buscam obter lucros financeiros.

Esta ideia é compartilhada por parcela significativa da população. Conseguimos observar isso analisando a resposta dos discentes que nos concederam entrevista. Quando indagados sobre quais seriam suas concepções sobre empreendedorismo, muitos se referiram à ideia de indivíduos que gerem negócios em busca de lucros financeiros. Foi o caso do Discente A (2021) que diz: “Pra mim empreendedorismo é uma forma da pessoa enxergar suas próprias

qualidades. Ela tem uma maior liberdade, maior criatividade, ela tem mais uma questão individual”.

Já o Discente C (2021) refere-se ao empreendedorismo da seguinte forma: “Pra mim, empreendedorismo é iniciar um negócio em um lugar, uma área, que seja seu ou melhorar alguma coisa de forma individual”.

Percebemos, nas concepções trazidas pelos entrevistados, que estes só conseguem enxergar o empreendedorismo como uma atividade neoliberal, na qual a ação individual se sobressai ao coletivo, não conseguindo, neste momento, uma forma de empreender coletivamente.

Isso corrobora o que afirma Esteves (2011), para quem o empreendedorismo nasce como uma alternativa à falta de empregos. Tal colocação fica evidente, quando o autor sugere:

O conceito de empreendedorismo se estabeleceu como possibilidade frente ao projeto neoliberal e sua consequência irrevogável, a saber, o desemprego estrutural. Este conceito surge advindo do meio empresarial e tenta contornar esta questão, através de uma noção controversa de liberdade dos processos inerentes ao capital e suas consequências, focado, principalmente, no indivíduo e seus esforços pessoais (ESTEVEES, 2011, p. 243).

Mesmo aqueles discentes que conseguem enxergar a ação empreendedora como algo que vise mais que ao lucro individual, perdem-se do discurso (comumente disseminado na sociedade), de que o empreendedorismo nasce de uma vontade individual apenas. É o caso do Discente B (2021), o qual traz a seguinte concepção de empreendedorismo:

Eu acho que empreender é assim, bem amplamente, investir, na maioria das vezes capital, mas também tempo, em uma ideia que você acha que vai gerar algum fruto. Dentre vários frutos que você pode buscar, sem necessariamente ser capital. O empreendedorismo pode não ser só buscando dinheiro.

Mesmo este vislumbrando que o empreendedorismo é uma atividade que pode desenvolver não apenas lucro financeiro, ainda assim, enxerga esta ação como sendo algo individual ao usar um pronome no singular (“você”, por exemplo), e não no plural, ao se referir às motivações para se abrir um empreendimento.

O mesmo ocorre com o Discente D (2021), quando traz esta concepção de empreendedorismo:

Bom, eu acho que empreendedorismo é quando você pega a sua realidade e consegue criar, organizar um negócio. É gerenciar uma coisa com fim de ter um lucro, tipo, não

no sentido de ter um lucro só de dinheiro, mas de outras formas também. É gerar um valor positivo para a sociedade. Acho que na minha concepção é isso.

Os discursos são semelhantes e não se trata de um erro, distante disto. É certo que a atividade empreendedora também pode ser gerada a partir de ideias individuais, mas não somente desse modo, pois temos exemplos de ações coletivas de empreendedorismo. Este talvez seja o ponto de reflexão destes depoimentos.

Também é importante frisar que todos os discentes entrevistados para esta pesquisa haviam acabado de iniciar suas aulas no componente curricular de Empreendedorismo do Curso Técnico Integrado de Contabilidade, portanto, suas respostas podem ter sofrido algum tipo de influência do que fora socializando durante os encontros da turma.

Entretanto, sabemos que o Brasil é um dos países que lideram o *ranking* de empreendedorismo no mundo. Segundo dados do relatório executivo do *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM de 2019, a taxa de empreendedorismo total (TTE) no Brasil, em 2019, foi de 38,7%. O relatório da GEM (2019) indica que:

Em números absolutos, estima-se que haja 53,5 milhões de brasileiros (18-64 anos) à frente de alguma atividade empreendedora, envolvidos na criação de novo empreendimento, consolidando um novo negócio ou realizando esforços para manter um empreendimento já estabelecido (p.10).

Esses dados revelam que mais de um terço dos brasileiros adultos eram empreendedores em 2019, indicando um alto índice de pessoas que buscam, por meio do empreendedorismo, conseguir condições de sobreviver em nosso país.

Tal indicativo pode nos revelar reflexos do momento social e econômico brasileiro, com uma alta taxa de desemprego nos meios formais e crescimento exponencial da pobreza, acarretando incertezas sobre a capacidade e a qualidade de geração de renda nos indivíduos e alimentando a ideia, romantizada pelo neoliberalismo econômico, sobre o individualismo como forma de superação das intempéries da vida, na forma de empreendedorismo.

Os sujeitos que foram, de alguma maneira atingidos pelos problemas econômicos e sociais impostos pelo sistema capitalista, veem-se convidados a buscar outras formas de gerar sua própria renda por meio do empreendedorismo. Pois “o conceito de empreendedorismo na contemporaneidade da sociedade de mercado é exatamente esta associação entre ação empreendedora e uma adaptação do trabalhador à nova ordem do capital” (ESTEVEES, 2011, p.242).

Esta afirmação de Esteves nos faz retornar à análise do relatório do GEM (2019), segundo o qual a grande maioria das pessoas que optaram pelo empreendedorismo fizeram-no

devido à escassez de empregos (cerca de 90%), mas que “pouco mais da metade deles apontam por empreender, também, por querer ‘fazer a diferença no mundo’ (contribuir para um mundo melhor)” (GEM, 2019, p.12).

Mesmo assim, dos novos empreendedores, apenas 1,6% começou um negócio com a intenção apenas de fazer a diferença no mundo. Quanto a isso, é importante ressaltar que

[...] as maiores taxas de ações empreendedoras não se encontram em países de forças produtivas desenvolvidas, mas em países periféricos, onde há baixa proteção social pública dos Estados nacionais. Ainda se pode notar que, enquanto nos países de alta renda, a motivação para o empreendedorismo é a oportunidade, nos países periféricos, o que motiva iniciativas empreendedoras é a necessidade. O Brasil, por exemplo, conta como um dos países com as mais altas taxas de ações empreendedoras, contudo, essas ações mobilizam-se entre as classes menos favorecidas, dado o alto percentual de desemprego e a frágil proteção social (ESTEVEVES, 2011, p.242).

Os dados apresentados pelo relatório da GEM (2019) não especificam se estes empreendedores (que almejam fazer a diferença no mundo) são empreendedores comuns ou sociais. A interpretação dos dados apresentados, contudo, pode nos ajudar a entender um pouco o perfil dos empreendedores brasileiros, visto que esta é uma pesquisa realizada em âmbito nacional.

Percebe-se que a maioria dos empreendedores brasileiros visam, primeiramente, à garantia do seu sustento, isto porque, “enquanto nos países de alta renda, a motivação para o empreendedorismo é a oportunidade, nos países periféricos [como o Brasil], o que motiva iniciativas empreendedoras é a necessidade” (ESTEVEVES, 2014, p. 242).

Ao observar o perfil dos quase 54 milhões de brasileiros empreendedores em 2019, de acordo com a faixa de renda, constatamos que a maioria se encontra dentre as “duas [menores] faixas de renda, até 2 salários mínimos, [...] um contingente de quase 14 milhões de pessoas envolvidas com atividades relacionadas à criação ou estruturação de novos negócios (empreendedorismo inicial)” (GEM, 2019, p.16).

Isto reflete que, mesmo o Brasil sendo um dos países com maior taxa de empreendedores no mundo, “essas ações mobilizam-se entre as classes menos favorecidas, dado o alto percentual de desemprego e a frágil proteção social” (ESTEVEVES, 2014, p. 242).

A opinião dos discentes entrevistados vem de encontro à realidade demonstrada no relatório do GEM (2019), quando questionados sobre a finalidade de um empreendimento, na visão deles. Estes destoaram um pouco nas suas respostas, mas todos elencaram que a principal finalidade era o sustento pessoal em primeiro lugar.

O Discente D (2021) acredita que a finalidade de um empreendimento é “você ter um lucro [...] não só o lucro monetário [...] ter a capacidade de criar, desenvolver as suas criatividades pra gerar um fim, pra algo”.

O Discente B (2021) acredita que a finalidade de um empreendimento depende do perfil do empreendedor: “[...] às vezes pode ser dinheiro, pode ser colaboração social, pode ser melhoria de vida para outras pessoas, melhoria de vida para si mesmo. Acho que depende de quem está empreendendo de quem é o empreendedor”.

De fato, a finalidade de um empreendimento vai depender muito do perfil do empreendedor ou dos empreendedores. Mas é importante ficar atento ao conceito de empreendedorismo como uma alternativa – controversa – de superação das mazelas do desemprego.

Esteves (2011) aponta para um dos problemas que surgem da atividade empreendedora que se pauta na visão de solução dos problemas econômicos dos indivíduos. Para ele, o foco na individualização das atividades pode levar à frustração dos indivíduos à medida que

[...] a subjetividade pessoal tem valor decisivo para o empreendedor e é de responsabilidade individual qualquer acontecimento no percurso do seu negócio, o que reforça a noção de desemprego vinculada à falha individual do trabalhador, sem levar em conta a realidade contraditória e historicamente produzida (p. 239-240).

O autor ainda aponta uma tentativa de ‘romantização’ da atividade empreendedora pelo meio empresarial, com “o intuito de convencimento do trabalho informal enquanto alternativa social” (ESTEVES, 2011, p.238).

Podemos, então, concluir que:

O empreendedorismo [comum] nada mais é do que um desdobramento da ideologia neoliberal que prega a liberação da economia e a quebra da regulamentação social. A figura do empreendedor foi fundamental na instituição do próprio capitalismo e, retomada agora, reinsere neste modelo o espírito empreendedor que comporta em si uma posição muito sedutora, que conta com a figura do empresário, inovadora, criativa e capaz de prover por si, independentemente das regulações do mercado (ESTEVES, 2011, p.240 – destaque nosso).

Esteves (2011) ainda atenta para as armadilhas trazidas pelo discurso sedutor neoliberal sobre o empreendedorismo, que trata sobre a independência financeira, o crescimento individual e a desvinculação das amarras do trabalho assalariado por parte dos indivíduos, mas que mascara um cenário de desregulação social das relações de trabalho dentro do sistema

capitalista, o que leva à precarização das condições de trabalho e à perda de direitos dos trabalhadores em detrimento das liberdades comerciais.

Dentro deste cenário, Esteves (2011, p. 242-243) nos confronta com a seguinte problematização acerca do conceito de empreendedorismo apresentado por ele:

[...] de que forma o conceito de empreendedorismo, revestido [...] de características que nada mais fazem do que adequar, acomodar e conformar os trabalhadores e trabalhadoras às novas formas de organização do trabalho que incluem sua precarização e a ausência de direitos sociais, pode ser subvertido e atuar como princípio norteador da resistência a essa precarização? (destaque nosso).

A resposta para tal problemática é trazida pelo mesmo autor, estando relacionada com o advento do empreendedorismo social, que “surge como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento, que inclua os aspectos humano, social e econômico, e que seja, portanto, sustentável” (ESTEVES, 2011, p.244).

O empreendedorismo social emerge da necessidade coletiva por meio da figura do empreendedor social, uma “liderança capaz de reunir recursos individuais, privados e coletivos para viabilizar o desenvolvimento e a implantação de soluções aos problemas sociais crônicos” (BOSE, 2012, p.35).

Sendo assim, o empreendedorismo social torna-se uma ferramenta capaz de despertar a emancipação dos sujeitos, como também se revela uma forma de enfrentamento da pobreza e dos problemas sociais no contexto do mundo capitalista. A seguir, entenderemos um pouco mais sobre o perfil do empreendedor social e suas semelhanças e discrepâncias para o empreendedor comum.

4.1.1 O empreendedor social

O empreendedor social traz consigo algumas das características de um empreendedor comum, o que justifica nosso interesse em conhecer os conceitos de empreendedorismo e as características dos empreendedores antes de aprofundarmos o debate sobre empreendedorismo social.

Em linhas gerais, o que diferencia um indivíduo (empreendedor social) do outro (empreendedor comum) são as suas distintas intenções, sendo o empreendedor social um sujeito que preza pela coletividade, não se restringindo à individualidade e à obtenção de lucros somente financeiros.

Dentro dessas semelhanças e disparidades, entendemos que o

[...] termo “empreendedor social” transmite essa mistura de orientações caracterizada pela combinação do objectivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com uma vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio (PARENTE et al., 2011, p. 269, grifos do autor).

Percebemos que o empreendedor social mantém semelhanças com um empreendedor comum, pois ambos são sujeitos que têm habilidades, competências e posturas semelhantes, tais como ter iniciativa, ser participativo, criativo, focado, habilidoso, saber interagir com diversos setores da sociedade, ser profissional, engajado, determinado, entre outros (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, há diferenças no modo de produção, no foco e na finalidade de seus empreendimentos, que são extremamente opostas. Para entender melhor estas diferenças, segue um quadro contendo as principais diferenças existentes entre o empreendedor comum e o empreendedor social, retirado da obra de Oliveira (2004, p.13).

Quadro 1 – Recorte das diferenças entre empreendedores comuns e sociais

Empreendedorismo empresarial	Empreendedorismo social
1- É individual 2- Produz bens e serviços 3- Tem o foco no mercado 4- Sua medida de desempenho é o lucro 5- Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio	1- Coletivo 2- Produz bens e serviços à comunidade 3- Tem o foco na busca de soluções para problemas sociais 4- Sua medida de desempenho é o impacto social 5- Visa respeitar pessoas da situação de risco social e promovê-las

Fonte: Oliveira, 2004.

Ao observarmos as diferenças existentes entre os perfis destes empreendedores, fica evidente que o empreendedor social não é um sujeito individualista, que visa tão somente à expansão de determinada atividade econômica, explorando novos produtos, na busca desenfreada pelo lucro, mas, sim, um sujeito que almeja, por meio da produção de bens e serviços, beneficiar não somente a si, mas também a comunidade de forma geral, trazendo desenvolvimento coletivo e emancipação dos sujeitos.

É este desenvolvimento humano coletivo e igualitário que fundamenta as bases de um empreendedor social. Nas palavras de Esteves (2011, p. 244):

A própria noção de desenvolvimento deve, por princípio, não remeter-se apenas à esfera econômica da organização social; é necessário que desenvolvimento humano, social e econômico sejam articulados entre si, de modo a promover e garantir condições satisfatórias à vida. Isso se complementa se considerarmos que

desenvolvimento social só pode ser pensado em vias de igualdade, ou seja, não há desenvolvimento social em relações desiguais.

Ao nos referirmos ao sujeito empreendedor, adjetivando-o como sendo um agente de transformação social, declaramos que este deverá adotar maneiras socialmente responsáveis nos negócios, buscando formas de financiamento e gerenciamento que acarretem um valor social ao empreendimento, visando, com isso, ao alívio dos problemas sociais existentes (CARMONA *et al* 2018).

Diversos autores afirmam que a categoria dos empreendedores sociais nasce das demandas familiares e da busca por suprir necessidades da comunidade, tendo como foco a sustentabilidade. Podemos, portanto, definir o empreendedor social como “aquele que apresenta um comportamento inovador com o propósito de assegurar o acesso aos recursos para o empreendimento, ao tempo em que cria um valor social para a organização onde atua”. (CARMONA *et al* 2018, p. 401).

O Empreendedorismo Social caracteriza-se por poder se organizar como uma instituição sem fins lucrativos, visando atender às demandas da sociedade, com semelhanças e diferenças das organizações sem fins lucrativos, pois, embora os empreendimentos sociais não visem ao lucro como finalidade, podem, sim, gerar lucros e revertê-los para o seu funcionamento (LAURETT *et al* 2018).

Para ajudar na compreensão e aprofundamento do conceito de empreendedorismo social e no seu papel enquanto instrumento de emancipação dos sujeitos, que nós trataremos na próxima seção deste trabalho, o quadro abaixo traz algumas das principais características de um Empreendedor Social, segundo a visão de alguns autores sobre o tema. Este levantamento teve como base as pesquisas realizadas por Bose (2012).

Quadro 2 – Características do Empreendedores Sociais

Autores	Características
JOHNSON, 2000	São pessoas que percebem onde há uma oportunidade para satisfazer algumas necessidades que o sistema social do Estado não vai ou não pode alcançar e que captam coletivamente os recursos necessários (geralmente pessoas, às vezes, voluntários, dinheiro e premissas) e os usam para “fazer a diferença”.
Drayton (ASHOKA), 2011	O Empreendedor Social aponta tendências e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja por enxergar um problema que ainda não é reconhecido pela sociedade e/ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada. Por meio da sua atuação, ele acelera o processo de mudanças e inspira outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum.

UNIVERSIAKNOWLEDGE@WHARTON, 2005	Um empreendedor social é um tipo diferente de líder social que, entre outros aspectos, aplica soluções práticas a problemas sociais mediante a combinação de inovação, disponibilização de recursos e oportunidade. A inovação do empreendedor social pode estar em um novo produto, serviço ou abordagem para um problema social. E este empreendedor concentra-se principalmente na criação de valores sociais, a despeito de sua empresa ser legalmente constituída como lucrativa ou não; além de se reportar totalmente à entidade à qual serve.
ODARA, 2011	Os empreendedores sociais possuem características distintas dos empreendedores de negócios. Eles criam valores sociais pela inovação, pela força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, destacando-se a sinceridade, paixão pelo que faz, clareza, confiança pessoal, valores centralizados, boa vontade de planejamento, capacidade de sonhar e habilidade para o imprevisto.

Fonte: Adaptado de Bose, 2012.

Por meio da análise do quadro acima, observamos que as características do empreendedor social, embora se distingam dentre alguns dos autores supracitados, não divergem quanto à característica principal, de serem agentes transformadores da realidade social na qual se inserem.

Portanto, dentre as diversas características listadas para definir um empreendedor social, destacamos a que, para nós, aparenta ser uma unanimidade dentre os autores que se debruçam sobre o tema: o empreendedor social tem “o compromisso com o fator social, [que] tende a diferenciar o empreendedorismo social do empreendedorismo tradicional” (LAURETT *et al* 2018, p. 384 – destaque nosso).

Como citado anteriormente, um empreendimento social pode gerar lucro, mas este nunca deverá ser o foco do empreendimento, e sim atender às demandas sociais. “O foco das ações criativas do empreendedor social é outro, e o lucro não é a sua principal finalidade, ou seja, um negócio social gera lucro, mas como um meio para maximizar o impacto social, não como um fim” (ESTEVEES, 2011, p. 244).

Explicitando ainda mais as diferenças de finalidade, motivação e foco entre os empreendedores comuns e os empreendedores sociais, Bose (2012, p. 36) revela:

A diferença entre o empreendedor social e o empreendedor clássico reside na proposição de valor, ou seja, na motivação coletiva e no valor social que orienta sua ação inovadora. Trata-se de uma forma de catalisar a transformação social, indo além

da promoção de pequenas mudanças no curto prazo, orientando o seu foco para os sistemas existentes, objetivando catalisar mudanças mais amplas no longo prazo.

O perfil de liderança vai além de um mero líder comunitário e deve ser visto dentro de uma abordagem tridimensional “imbricadas: individual, organizacional (grupal) e ambiental” (GODÓI-DE-SOUSA *et al*, 2014, p. 35).

O perfil do empreendedor social começa a se desenvolver dentro do aspecto individual, que está relacionado às motivações que levam aquele indivíduo a empreender. Estas motivações variam de acordo com as “necessidades de realização (aprendizagem, compaixão, competência e satisfação profissional), afiliação (relacionamento, estima e valorização) e poder (liderança, racionalização e exibição)” que o empreendedor adquire por meio da interação social com o meio onde está inserido (GODÓI-DE-SOUSA, 2014 *et al*, p. 36).

O sujeito que participa ativamente de ações que visem ao bem-estar comum de um grupo social, que idealiza propostas, mobiliza recursos e toma pra si a figura de líder social é também um empreendedor social, este com um perfil mais associado à dimensão organizacional/ou grupal (GODÓI-DE-SOUSA *et al*, 2014).

Estes empreendedores sociais assumem o papel de liderança do empreendimento social, sendo esta liderança “delineada por valores culturais que estimulam as pessoas em direção aos objetivos compartilhados” pelo grupo e pelo próprio líder, o que leva à criação de “um sentimento de coletividade que permeia o empreendimento e dá coerência às diferentes atividades” (GODÓI-DE-SOUSA, 2014 *et al*, p. 39).

Fechando o eixo tridimensional, temos o empreendedor social consciente da dimensão ambiental no qual o empreendimento social está inserido. Neste ponto, é preciso “considerar que o empreendedor social está em uma sociedade e, por conseguinte, partilha com outros indivíduos uma conjuntura de experiências que podem influenciar seu comportamento e ações” (GODÓI-DE-SOUSA *et al*, 2014, p. 39).

É preciso que o empreendedor social saiba reconhecer os desafios que possam ser encontrados pelo empreendimento social ao longo de sua existência. Pois o empreendedor social irá se deparar “com exigências mercadológicas e sociais que ultrapassam as fronteiras organizacionais, transitam por decisões governamentais, tendências econômicas globais e mesmo pelas necessidades das comunidades locais e regionais” (GODÓI-DE-SOUSA *et al*, 2014, p. 39).

Para o sujeito se tornar um empreendedor social, portanto, não basta apenas ter vontade e boas ideias. É preciso contar com o apoio do grupo, estar intimamente ligado aos propósitos

da comunidade e – mais que tudo – ter conhecimentos de fatores econômicos, jurídicos, socioculturais e políticos suficientes para entender o mundo à sua volta.

É importante compreendermos ainda que o empreendedor social não é um agente de ação filantrópica, que busca desenvolver atividades de assistencialismo ou caridade a determinado grupo. Para Oliveira (2004, p.12-13), antes de definirmos o que viria a ser o Empreendedorismo Social, devemos identificar que este

[...] não é responsabilidade social empresarial, pois esta supõe um conjunto organizado e devidamente planejado de ações internas e externas, e uma definição centrada na missão e atividade da empresa, ante as necessidades da comunidade. Não é uma profissão, pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado; não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços, e muito menos é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os “ajudados”, mas também para os negócios e para a sociedade.

Sobre este ponto, é importante trazer a contribuição dos discentes entrevistados durante a realização desta pesquisa. Quando indagados sobre seu perfil enquanto empreendedores, por meio da pergunta “Você abriria um empreendimento sem fins lucrativos? Justifique sua resposta”, a totalidade das respostas foi afirmativa. Contudo, é preciso ficarmos atentos às justificativas elencadas pelos discentes para fundamentar tal desejo.

O Discente C (2021) diz que só abriria um empreendimento social se tivesse “uma condição financeira muito boa, para conseguir manter”. Instigado a aprofundar-se nesta justificativa, ele complementou, dizendo que, “querendo ou não, um princípio básico pra manter o empreendedorismo social é ter uma condição financeira boa”.

Aqui enxergamos que a concepção deste discente sobre os empreendimentos sociais e, conseqüentemente os empreendedores sociais, confundem-se com o conceito de instituições filantrópicas, mantidas por iniciativas privadas ou doações.

Já o Discente A (2021), quando indagado sobre como ele idealizaria o funcionamento de um empreendimento sem foco no lucro, disse acreditar que existam “várias parcerias por trás. Parcerias beneficentes”. Mais uma vez, encontramos a confusão existente na cabeça dos discentes quanto aos conceitos de empreendedorismo social e filantropia.

Ressaltamos que o perfil de um empreendedor social não pode ser confundido com um espaço de um simples líder comunitário que busca melhorias para sua comunidade.

O empreendedor social é um sujeito que vai “além das necessidades, conhecimentos, habilidades, competências e valores individuais [...] do comportamento grupal/organizacional [também carregando] fatores socioeconômicos, socioculturais e políticos” na composição de seu perfil empreendedor (GODÓI-DE-SOUSA, 2014 *et al*, p. 39).

Vistas as semelhanças e diferenças dos perfis empreendedores dos diferentes indivíduos, agora nos resta desvendar como estas características podem contribuir no desenvolvimento de um empreendimento social e na formação humana integral dos sujeitos envolvidos em seu desenvolvimento.

4.2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A FORMAÇÃO HUMANA, INTEGRAL OU OMNILATERAL

Na visão de Esteves (2011, p.239) a maioria das pessoas de baixa renda enxergam no empreendedorismo “um símbolo da democracia do mercado, refletindo condições de livre iniciativa, ou seja, o empreendedorismo por oportunidade” (ESTEVES, 2011, p 239).

Em contraste com esta realidade, tem se tornado evidente o aumento significativo do número de pessoas que estão em situação de extrema pobreza no Brasil, como demonstra Jiménez (2019) em matéria publicada no portal eletrônico do jornal El País³:

A extrema pobreza subiu no Brasil e já soma 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com até 145 reais mensais. O número de miseráveis vem crescendo desde 2015, invertendo a curva descendente da miséria dos anos anteriores. De 2014 para cá 4,5 milhões de pessoas caíram para a extrema pobreza, passando a viver em condições miseráveis. O contingente é recorde em sete anos da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta do desemprego, os programas sociais mais enxutos e a falta de reajuste de subvenções como o Bolsa Família aumentam o fosso dos mais pobres.

Para os sujeitos que vivem em situação de extrema pobreza, o empreendedorismo individual, apesar de parecer uma solução, em muitos casos não se torna viável, não sendo a melhor alternativa, seja pela falta de recursos financeiros destes indivíduos para iniciar e sustentar um negócio, seja pela falta de capacitação adequada ou outros aspectos.

A estes, sobram alternativas de ações solidárias de geração de renda, para a tentativa de transformação desse cenário. Essas ações de Economia Solidária configuram-se como sendo

³ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html

[...] um modo de produção em que os meios de produção são propriedades coletivas daqueles que trabalham com esses meios. Os empreendimentos de economia solidária podem ser de duas espécies: 1) associações de produtores individuais ou familiares, cujos membros trabalham em seus lotes de terra ou em oficinas, mas que realizam em comum diversas operações, tais como compras de matérias primas, vendas de suas produções, arrendamento de máquinas ou de outros equipamentos de alto custo e de uso esporádico, promoção de pesquisas de mercado, de campanhas publicitárias etc.; e 2) fábricas ou outras estruturas de produção cujos equipamentos são usados simultaneamente, tais como navios, hospitais, laboratórios, redes de distribuição de energia elétrica, hotéis, etc (SINGER; SILVA; SHIOCHET, 2014, p.2).

Este modo de produção pode contribuir para a diminuição das desigualdades, resgatando as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, ao promoverem ações inclusivas e sustentáveis (SINGER; SILVA; SHIOCHET, 2014).

Trata-se, portanto, de uma estratégia de emancipação dos sujeitos, que visa à capacitação das comunidades que se encontram em extrema vulnerabilidade social, com perspectiva em longo prazo, pois

A erradicação da pobreza por meio da economia solidária é um processo que se autoalimenta à medida que a comunidade deixa de ser pobre e resignada e se torna consciente de seu potencial, que só se torna realidade se todos os membros juntarem seus empenhos e criatividade em um esforço contínuo e cada vez mais profícuo (SINGER; SILVA; SHIOCHET, 2014, p. 3).

Os Empreendimentos de Economia Solidária ou Empreendimentos Sociais, mesmo em se tratando de uma ação de iniciativa de autogestão e autorregulação de grupos populacionais, que contém relações sociais democráticas e busca independência do poder público, muitas vezes, necessitam de apoio desse mesmo poder público para “assessoria técnica, formação profissional, abertura de crédito e assessoria para a constituição de bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito, por exemplo, que permitirão à comunidade reinvestir seu excedente” (SINGER; SILVA; SHIOCHET, 2014, p. 3).

Essa característica dos empreendimentos sociais, no âmbito da qual parte dos lucros é reinvestido na melhoria de vida da própria comunidade e seu caráter coletivo, precisa ser mais bem trabalhada junto aos discentes que têm acesso à educação empreendedora. À guisa de exemplo, os discentes entrevistados, quando questionados sobre a viabilidade de existirem empreendimentos que não visassem apenas ao lucro financeiro e sobre como eles funcionariam, deram respostas que, por mais que se esforçassem para incluir a ideia de um empreendedorismo social, confundiam, por vezes, com a ideia de cooperativas produtivas, ou simplesmente ações de filantropia, como já havíamos percebido em outros pontos das entrevistas.

Um exemplo desta confusão de conceitos e finalidades dentre os empreendimentos sociais e as cooperativas reside na fala do Discente B (2021, apêndice D), quando indagado sobre a viabilidade e funcionamento de um empreendimento social:

Eu acredito que por visar o bem-estar coletivo, por não ter um fim individual, acho que desde o princípio deve ser uma coisa coletiva. Então se o objetivo é que todos tenham algum benefício daquele projeto, daquele empreendimento, eu acho que desde o princípio todos devem ter alguma função dentro daquele empreendimento. Então eu acho que um dos grandes exemplos são as cooperativas... várias cooperativas, como as de artesanato, que existem, não sei se você está a par... então eu acho que aquilo é um dos melhores exemplos de como um empreendimento social pode funcionar.

Percebemos o esforço do discente em reforçar o caráter social e comunitário dos empreendimentos sociais, esbarrando, contudo, na falta de conhecimento aprofundado sobre o tema em questão, o que faz com que o entrevistado em questão tente encontrar exemplos que se assemelhem melhor ao que este viu em suas aulas teóricas e pouco aprofundadas sobre o tema.

A Docente A (2021) revela que a educação empreendedora social não é um tema de destaque em seu plano de ensino. Ela destaca: “na disciplina, no plano que eu montei, ele [empreendedorismo social] não tem um destaque especial. Ele está dentro de uma categoria de empreendedorismo, de uma possibilidade de empreender”. Contudo, após nossa interação, ela afirma que pretende incluir tal temática nos próximos planos de ensino.

Não há motivos para o julgamento da docente em questão, pois ela traz consigo resquícios de sua formação acadêmica, que sempre trouxe a ideia de um empreendedorismo neoliberal, pautado pelas oportunidades de crescimento individual. Esta constatação fica evidente quando a professora é questionada sobre o ensino de empreendedorismo na sua formação, afirmando:

[...] tive sim disciplina de empreendedorismo na graduação. Recentemente também cursei em uma especialização, que eu fiz pra área de hotelaria. E no meu ensino médio, regular, público, eu tive algum contato, com algum projeto que eu não lembro, mas eu acho que era alguma coisa do Sebrae, que tinha esse viés de formação empreendedora. Então foi o meu primeiro contato, lá no ensino médio, depois na graduação, em uma disciplina. Na graduação, também, eu participei de um projeto de extensão que é nacionalmente conhecido, que é o movimento Empresa Júnior, que a gente desenvolve várias **ações voltadas para o empreendedorismo comum** (DOCENTE A, 2021, **grifos nossos**).

Ao ser questionada se esta formação extensionista tinha um viés de empreendedorismo social, a Docente A (2021) revela que “não tem o foco social, o foco é mais educacional mesmo, na nossa formação empreendedora” comum.

Mesmo sem ter tido uma formação pautada no empreendedorismo comum, a docente trouxe a temática para a sala de aula, sem aprofundá-la, apenas como uma forma de comparação entre os diversos perfis empreendedores, como evidenciamos em sua resposta. Quando indagada sobre a abordagem do tema em suas aulas, ela revelou:

Sim, eu trouxe alguns conceitos de empreendedorismo, dentre eles o social. Busquei fazer com que os alunos compreendessem a diferença. Tanto que, na primeira aula eu falo também da diferença entre empreendedor e empresário. Muitas vezes a gente acha que pra empreender a gente precisa ter um capital, ter alguma coisa pra abrir uma empresa. Então eu tento desconstruir essa ideia, trazendo o empreendedorismo pra nossa realidade, pro nosso dia-a-dia, no que a gente pode fazer, no que está no nosso alcance, dentro do que se entende sobre empreender (DOCENTE A, 2021).

A necessidade de se aprofundar no despertar do perfil empreendedor nas diversas modalidades de ensino no Brasil, o que inclui a temática do empreendedorismo social, é citada por especialistas consultados pela GEM (2019, p.22), ao enumerarem recomendações para proporcionar “o aperfeiçoamento do ambiente para novos negócios” no Brasil em três distintas áreas.

Segundo eles, “as áreas de intervenção para melhoria das condições para empreender no país” concentram-se nas políticas governamentais (como já fora citado no parágrafo acima), na educação e na capacitação dos indivíduos e no apoio financeiro.

Abaixo, a Figura 2 expõe um recorte das recomendações sugeridas pelos especialistas consultados pela GEM (2019), para a área de educação e capacitação.

Figura 2 – Recorte das recomendações sugeridas por especialistas consultados pela GEM para melhoria nas condições de empreendedorismo no Brasil

Educação e Capacitação	
✓	Maior difusão da educação empreendedora nas escolas, desenvolvendo práticas que estimulem o empreendedorismo infanto-juvenil.
✓	Além da elevação da qualidade da educação, de forma geral, é necessária a inclusão da temática do empreendedorismo nos diferentes níveis do percurso formativo, com início no ensino fundamental e estendendo-se até o ensino de formação superior, em níveis de graduação e pós-graduação. Ao longo dessa formação, os discentes participantes desses programas poderão discernir, de forma mais assertiva, seus interesses e condições objetivas para se tornar um empreendedor ou não.
✓	Promover conscientização para a conversão de early adopters, favorecendo, assim, os negócios focados em diversificação de mercado.
✓	Valorização dos professores como forma indispensável, para a melhoria da educação em todos os níveis e em todos os contextos gerais e específicos relacionados com a temática empreendedora.
✓	Desenvolvimento de iniciativas com foco em aumentar a produtividade geral do país relacionadas à educação da força de trabalho.

Fonte: Relatório GEM, 2019.

Destas medidas, destacamos as duas primeiras dispostas neste quadro. Podemos perceber, no decorrer desta pesquisa, que a educação empreendedora já faz parte do cotidiano

dos cursos integrados do IFPB. Contudo, pela nossa experiência com o ensino público nas demais esferas administrativas do Estado da Paraíba (em nível estadual e municipal – João Pessoa), podemos deduzir que a educação empreendedora ainda está aquém do esperado nestes espaços.

A educação empreendedora social justifica-se pelo fato de o empreendedorismo estar em frequente crescimento no atual cenário econômico e pelo fato de que, a cada dia, o empreendedorismo social conquista uma maior representatividade diante do momento de reestruturação do sistema capitalista. Isto porque a fragilidade dos empregos formais, a frequente desvalorização do capital humano nas grandes e médias empresas e a crescente onda de pessoas migrando para a pobreza extrema no Brasil fazem com que:

Os movimentos e as ações no sentido de desenvolver e divulgar o empreendedorismo se tornam cada vez mais intensas, com ampla construção especialmente no meio acadêmico e editorial, com variada literatura dedicada ao tema, como manuais de administração e gestão de negócios (ESTEVEES, 2011, p. 241).

Diante desta iminente reestruturação do sistema capitalista, da necessidade de investimento em capacitação humana das novas gerações, para que haja um desenvolvimento completo dos indivíduos, tornando estes trabalhadores críticos, com uma visão de coletividade, na busca de transformação do seu meio social, e não apenas individual, levando estes à emancipação enquanto sujeitos, surge a necessidade de mudar

[...] o foco do negócio, que tem nas empresas, sobretudo nas grandes transnacionais e nas grandes instituições financeiras, o seu principal eixo de atuação, para o negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco, e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado (ESTEVEES, 2011, p. 244).

Essa mudança deve começar na formação dos indivíduos, formação esta que deve partir do “pressuposto de que o objetivo a ser alcançado, na perspectiva de uma sociedade justa, é a formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do estado” (MOURA, 2013, p. 705).

A formação para uma sociedade justa, retratada por Dante (2013), esbarra nas contradições da escola, que reproduz os interesses do capital, como enfoque na educação bancária, preparatória para os mais diversos exames, provas e testes, em detrimento de uma formação humana, integral ou omnilateral.

Contudo, independentemente do local de formação, o ser humano necessita ser formado. Acerca dessa necessidade humana de formação e das contradições encontradas pela escola na sua execução, Moura, Lima Filho e Silva (2015, p. 1059) entendem que:

A formação é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações. Dessa forma, não foi essencial, inicialmente, mas um luxo, porque foi concebida para atender aos interesses de uma determinada classe, a dos dirigentes. Por ter em sua gênese esse corte de classe e não da totalidade social, a escola tende a descolar-se da sociedade, ao mesmo tempo em que reflete suas contradições.

Não há espaço para a educação bancária dentro da formação humana, integral ou omnilateral. Os indivíduos não se tornam emancipados ao receber uma formação fragmentada, como encontramos nas escolas atuais. A formação omnilateral prevê a formação de um indivíduo desenvolvido de forma integral, que domine não apenas técnicas, mas que detenha um nível intelectual satisfatório. Quanto a este exposto, Dante (2013, p. 707) compreende

[..] que tanto na formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, como na escola unitária, de Gramsci, não há espaço para a profissionalização *stricto sensu* quando se trata da formação de adolescentes, tendo como referência a autonomia e a emancipação humana. Segundo o pensamento por eles defendido, formar, ainda na adolescência, o sujeito para uma determinada profissão potencializa a unilateralidade em detrimento da omnilateralidade.

Dadas as dificuldades encontradas pela escola, espaço formal de educação, de garantir uma formação omnilateral, integral ou politécnica aos indivíduos, diante de suas contradições e da distante realidade em que a escola se encontra para alcançar esta perspectiva formativa (DANTE, 2013), faz-se necessário pensar em práticas inovadoras de ação educacional na busca pela conexão da escola com a sociedade.

Neste sentido, os empreendimentos sociais surgem como alternativa de instrumento para a transformação social dos sujeitos, pois, ao pensarmos

[...] em empreendimentos sociais, estes caracterizam-se por padrões culturais próprios, baseados em valores como: proximidade, afeição, harmonia e confiança. Desse modo, as práticas inovadoras de atuação desses empreendimentos necessitam ser compartilhadas por todos os atores envolvidos (GODOÍ-DE-SOUSA *et al*, 2010, p. 40).

As inovações sociais trazidas pelo empreendedorismo social contribuem com a busca de uma educação humana integral e omnilateral na medida em que incentivam na “busca de novas formas de pensar, se relacionar, criar estruturas, padrões e conexões em diferentes

dimensões, que agregam valor para todos” os sujeitos envolvidos nesse processo (GODÓI-DE-SOUSA *et al*, 2010, p. 40).

Podemos aliar, a isso, estratégias de ensino que busquem o protagonismo dos discentes, como sugerido pela Docente A (2021) ao trazer ideias para a abordagem metodológica de temáticas ligadas ao empreendedorismo social:

Eu acho que trazer exemplos, iniciativas e mostrar os resultados, acho que seria interessante. Mas pensando também no âmbito de uma disciplina, do empreendedorismo, voltado pra área social, eu acho que seria interessante trabalhar com problemas. Incentivar os alunos a identificarem problemas na própria comunidade deles e com base nesses problemas, estimular que eles criem alternativas para resolverem esses problemas por meio do empreendedorismo social. Eu já, não em empreendedorismo... eu gosto muito dessa ideia de se ensinar através de uma problemática. Eu acho bem bacana, mas eu confesso que encontrei algumas dificuldades, principalmente nessa parte remota. Mas no plano ideal, me parece ser uma ideia bem adequada para se trabalhar com empreendedorismo.

De acordo com o que vimos neste capítulo, fica evidente a necessidade de se buscarem estratégias pedagógicas para um trabalho com a educação empreendedora social nas diversas modalidades de ensino no Brasil (não restringindo tal formação aos IFs). Isto porque, mesmo que, para muitos, o empreendedorismo comum represente uma oportunidade de emancipação individual, esta demanda de investimentos não provém e não gera impactos dentro de um âmbito macroespacial.

Portanto, difundir o ensino dos princípios que norteiam a base dos empreendedorismos sociais dentro dos espaços formais de educação e nas diversas modalidades de ensino, tendo como plano de fundo metodologias ativas pautadas na educação humana integral, politécnica ou omnilateral se faz mais que necessário na atual conjuntura econômica brasileira.

Após discutirmos a relevância da educação empreendedora, de vermos os perfis empreendedores, debatermos sobre a característica emancipatória e a capacidade de transformação da comunidade a sua volta que o empreendedorismo social é capaz de realizar, vamos discutir, no próximo capítulo, as características e fundamentos da educação humana, integral ou omnilateral.

4.3 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NOS PLANOS DE ENSINO VOLTADOS AOS COMPONENTES CURRICULARES DE EMPREENDEDORISMO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA, PB

O IFPB “é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC. Referência em ensino profissional na Paraíba, o IFPB conta com 21 unidades espalhadas em todo o Estado, entre Campus e Campus Avançado” (IFPB, 2021).

Ele está presente em 16 municípios paraibanos, o que corresponde a pouco mais de 7% dos municípios deste Estado, que tem um total de 223 municípios distribuídos em seu território. O IFPB está presente nos principais centros regionais do Estado, nos municípios de Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita, Sousa e Santa Luzia.

É uma instituição de grande abrangência dentro da Paraíba, que “oferece diversos cursos presenciais e a distância, nas modalidades integrado ao ensino médio, subsequente, superior e pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*), além de cursos de Formação Inicial e Continuada. Todos gratuitos” (IFPB, 2021).

Estamos nos referindo a um universo que contém 183 cursos, espalhados pelas 21 unidades no Estado, sendo ofertados nas modalidades citadas anteriormente. Dentre elas, destacamos alguns dos 66 cursos ofertados na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio, modalidade à qual se direcionam os estudos desenvolvidos nesta pesquisa (IFPB, 2021).

A fim de melhor delimitarmos a área de abrangência e simplificar a análise dos planos de ensino, utilizamos um recorte ainda menor que o citado no último parágrafo. Sendo assim, resolvemos analisar os planos de curso dos 12 cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio existentes no *Campus* João Pessoa, Paraíba.

Como ferramenta de busca, utilizamos apenas as informações disponibilizadas no Portal do Estudante, uma aba do site oficial do IFPB onde se encontram informações sobre os cursos ofertados pela instituição, como também outras informações importantes para os futuros e atuais discentes, como também para toda a comunidade que necessite de informações gerais sobre a instituição.

Analisamos os planos de ensino por entendermos que estes são documentos essenciais para o desenvolvimento satisfatório das etapas do processo de ensino-aprendizagem, sendo sua elaboração de fundamental importância para as aulas.

Segundo Libâneo (1994, p. 257):

O plano de ensino é um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano letivo ou semestre. É denominado também de plano de curso ou plano de unidades didáticas e contém os seguintes componentes: justificativa da disciplina em relação aos objetivos da escola; objetivos gerais; objetivos específicos, conteúdo (com a divisão temática de cada unidade); tempo provável e desenvolvimento metodológico (atividades do professor e dos alunos).

Trata-se, portanto, de um esboço geral do caminho que se pretende percorrer durante a duração da disciplina ou componente curricular a ser trabalhado, com base no plano de ensino a partir dos quais se desenvolvem os planos de aula, detalhamentos específicos e sistematizados do plano de ensino, sendo esta mais uma ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento eficaz do processo de ensino-aprendizagem a ser realizado nas aulas.

O planejamento evita que as aulas percam seus objetivos e organização. Isto porque “é na aula que organizamos ou criamos situações docentes, isto é, as condições e meios necessários para que os discentes assimilem ativamente conhecimentos, habilidades e desenvolvam capacidades cognitivas” (LIBÂNEO, 1994, p. 267).

Dada a importância dos planos de curso para o desenvolvimento do trabalho docente, ao definir e delimitar os objetivos a serem alcançados e o caminho metodológico a ser percorrido dentro de um curso ou componente curricular, iremos analisar a seguir os planos de curso dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, *Campus* João Pessoa, Paraíba.

Por meio desta análise, buscaremos conhecer os caminhos metodológicos traçados pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares de empreendedorismo, observando se tais caminhos estão alinhados com uma proposta de ensino pautado na educação humana, integral e omnilateral. Tal análise também buscará identificar a existência, ou não, de encaminhamentos temáticos com viés direcionado ao empreendedorismo social, para que, com isso, possamos propor estratégias de ações metodológicas, buscando incluir a temática mediante práticas educativas que se alinhem, sem a necessidade de mudança aos planos de ensino já existentes, não consistindo objetivo deste estudo propor alterações nos planos citados.

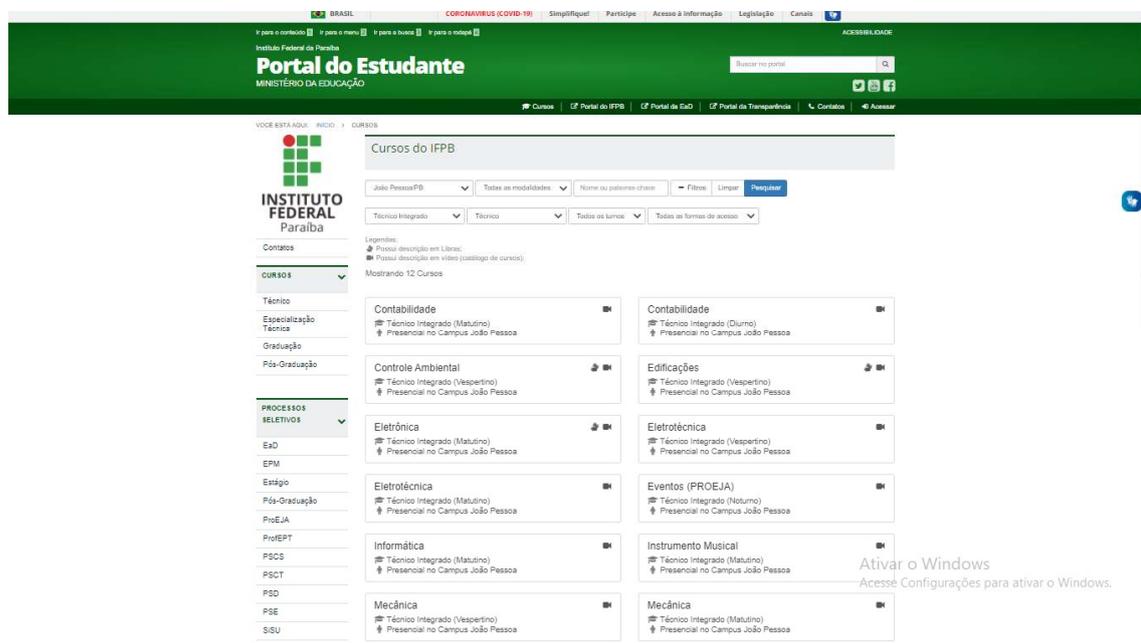
4.3.1 Análise dos planos de ensino

Como exposto anteriormente, realizamos uma busca no site institucional do IFPB, procurando os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do *Campus* João Pessoa, Paraíba. No portal do Estudante, acessamos as abas “cursos > técnicos” e utilizamos os filtros “João Pessoa > todas modalidades > técnico integrado > todos os níveis > todos os cursos”, obtendo o resultado de 16 turmas em 9 cursos sendo ofertados nesta modalidade no *campus*.

Os cursos encontrados no levantamento (Figura 2) foram: Contabilidade (matutino e diurno); Controle Ambiental (vespertino); Edificações (vespertino); Eletrônica (matutino); Eletrotécnica (vespertino e matutino); Eventos (PROEJA – noturno); Informática (matutino); Instrumento Musical (matutino) e Mecânica (vespertino e matutino). Destes, apenas o curso de

Instrumento musical não contém um componente curricular destinado ao empreendedorismo em sua grade.

Figura 3: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio existentes no IFPB – *Campus João Pessoa*



Fonte: www.estudante.ifpb.edu.br, 2021.

Após a identificação dos cursos ofertados na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio, partimos para a avaliação dos seus planos de curso. Logo no início da busca, identificamos que nem todos os cursos disponibilizam um plano de curso que pudesse ser consultado pelos visitantes do portal. A dificuldade de acesso a tais informações vai de encontro à ideia de participação dos discentes no seu processo de aprendizagem como agente atuante de sua própria formação.

Spudeit (2014, p.1) afirma que os planos de ensino já foram uma ferramenta de uso exclusivo do professor, e tal documento era tido como mero organizador das ações dos professores. Contudo:

Atualmente as propostas ressaltam a importância da construção de um processo de parceria em sala de aula com o aluno deslocando o foco da ação docente e do ensino para a aprendizagem, ou seja, o protagonista passa a ser o aluno conforme defendem as teorias construtivistas e sociointeracionistas.

Cientes desta lacuna, listamos abaixo (Quadro 3) os resultados obtidos neste primeiro levantamento.

Quadro 3 – Disponibilidade dos planos de ensino no Portal do Estudante – IFPB

Cursos que disponibilizam o plano de ensino no portal	Cursos que não disponibilizam o plano de ensino no portal
Contabilidade	Controle ambiental
Eletrônica	Edificações
Eletrotécnica	Eventos
Informática	Mecânica

Fonte: Aatoria própria, 2021.

O resultado da busca mostrou-se um tanto preocupante, pois, dos oito cursos integrados analisados, 50% não disponibilizava o plano de ensino para consulta. Contudo, dentre os cursos que o faziam (em anexo), constatamos que Contabilidade e Eletrotécnica dispunham de um mesmo plano de ensino, inclusive, elaborado pelo mesmo docente, quando este ainda lecionava tal componente curricular em meados de 2000.

Percebe-se, portanto, uma desatualização dos planos de ensino dos componentes curriculares relacionados ao empreendedorismo nos cursos técnicos integrados do *campus* João Pessoa, Paraíba. Essa desatualização interfere na objetividade dos planos de ensino, visto que se trata de “um tipo de planejamento que busca a previsão mais global para as atividades de uma determinada disciplina durante o período do curso (período letivo ou semestral) e que pode sofrer mudanças ao longo do período letivo por diversos fatores internos e externos” (SPUDEIT, 2014, p.2).

Mesmo este não sendo o objetivo principal da análise destes planos de ensino, mas sim o levantamento das perspectivas de abordagem do empreendedorismo apontada por estes, é importante ressaltar que, na hora de elaborarem os planos de ensino, “os professores precisam considerar o conhecimento do mundo, o perfil dos discentes e o projeto pedagógico da instituição” (SPUDEIT, 2014, p.2).

Sendo assim, analisamos cada uma das categorias fundamentais de um plano de ensino, descritas anteriormente por Libâneo (1994), que são a justificativa (ou ementa), os objetivos (gerais e específicos), os conteúdos programáticos e a metodologia a serem aplicados no desenrolar das aulas.

Começamos analisando as ementas dos componentes curriculares que dispõem de um plano de ensino no portal do estudante. Segundo Spudeit (2014, p.2):

A ementa deve ser composta por um parágrafo que declare quais os tópicos que farão parte do conteúdo da disciplina limitando sua abrangência dentro da carga horária ministrada. Deve ser escrita de forma sucinta e objetiva e deve estar de acordo com o projeto político pedagógico do curso.

Ao analisarmos as ementas contidas nestes planos, destacamos a do Curso Técnico Integrado de Informática. Esta é a única ementa que aborda o caráter social do fenômeno do empreendedorismo, como também os tipos de empreendedorismo.

Os demais planos (contabilidade, eletrotécnica e eletrônica) seguem uma linha mercadológica, tratando, em suas ementas, o empreendedorismo apenas como um processo neoliberal, com vistas ao desenvolvimento individual dos sujeitos, sem mencionar, em nenhum momento, o caráter social dos empreendimentos.

Abaixo, veremos (Quadro 4) um comparativo das ementas contidas em cada plano de ensino analisado.

Quadro 4 – Ementas referentes ao componentes curriculares destinados ao ensino de Empreendedorismo dos cursos técnicos integrados do IFPB, *campus* João Pessoa –PB

Curso	Ementa
Contabilidade	Conceitos básicos de Empreendedorismo; Planejamento empresarial; Dinâmica empresarial; Perfil de Empreendedor; Instituições de fomento e apoio; Noções de oportunidades de negócios; Metodologias de desenvolvimento de criatividade e de aprendizagem pró-ativa; Qualidade Total; Tributos, Incentivos governamentais, Marcas e Patentes; Noções de Plano de Negócios e Estrutura de Pequenos Negócios.
Eletrotécnica	Conceitos básicos de Empreendedorismo; Planejamento empresarial; Dinâmica empresarial; Perfil de Empreendedor; Instituições de fomento e apoio; Noções de oportunidades de negócios; Metodologias de desenvolvimento de criatividade e de aprendizagem pró-ativa; Qualidade Total; Tributos, Incentivos governamentais, Marcas e Patentes; Noções de Plano de Negócios e Estrutura de Pequenos Negócios.
Eletrônica	A essência do empreendedorismo está na percepção para estudar e destacar o papel dos homens de negócio na sociedade e suas contribuições para o desenvolvimento econômico, quer seja iniciando um negócio, fruto de conhecimentos adquiridos na captação e descoberta de uma oportunidade onde envidará esforços para materializar um empreendimento próprio, que além de construir seu ambiente privado de trabalho, abre as portas para a geração de empregos e contributos tributários. O ambiente de construção ao conhecimento empreendedor começa com a composição do Plano de Negócios, onde podemos aprender como selecionar parceiros empresariais, a importância organizacional da empresa, as oscilações presentes no mercado, a importância de utilizar o agregado de valor trazido por outras áreas do conhecimento científico, como a administração, economia, matemática, estatística, contabilidade, língua portuguesa, etc., além da relação com o marketing, vendas e finanças.
Informática	O fenômeno empreendedorismo e seu impacto social. O empreendedor: capacidades e habilidades psicológicas. Os Tipos de empreendedorismo. A identificação de oportunidades. Noções de Plano de Carreira e Plano de Negócios.

Fonte: <https://estudante.ifpb.edu.br>, 2021.

É nítido que a ementa do curso de Eletrônica é a que mais se afasta do conceito de empreendedorismo social. Ela trilha um caminho do empreendedorismo comum, pautado em objetivos individuais e no atendimento das demandas do capitalismo neoliberal.

Já as ementas de Contabilidade e Eletrotécnica, mesmo que não mencionem de forma direta o caráter social do empreendedorismo, deixa brechas para que tal temática seja introduzida, sem que haja a necessidade de modificação de sua ementa, ao sugerir o conhecimento do perfil empreendedor.

Contudo, essa abertura para a inserção da temática voltada ao empreendedorismo social nas aulas a partir do plano de curso preexistente de Contabilidade e Eletrotécnica se evidencia de forma mais clara ao analisarmos os objetivos contidos nestes planos.

Também se evidencia, com maior clareza, o alinhamento do plano de ensino da Eletrônica com um modelo de empreendimento comum e o alinhamento do plano de ensino da Informática com um modelo de empreendedorismo social.

Vejamos os objetivos (gerais e específicos) de cada curso no (Quadro 5) comparativo abaixo.

Quadro 5 – Objetivos contidos nos planos de ensino do componente curricular Empreendedorismo dos cursos técnicos integrados do IFPB, *campus* João Pessoa –PB

Curso	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Contabilidade	Fomentar o desenvolvimento de novos empreendedores, sintonizados com as novas tendências mundiais, avaliando a situação do emprego e identificando oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa, gerando empreendimentos de alta importância e relevância para a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na área de conhecimento. • Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos. • Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios. • Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de estratégias inovadoras, para a aplicação dos conhecimentos no campo econômico, político e/ou social.
Eletrotécnica	Fomentar o desenvolvimento de novos empreendedores, sintonizados com as novas tendências mundiais, avaliando a situação do emprego e identificando oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa, gerando empreendimentos de alta importância e relevância para a sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na área de conhecimento. • Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos. • Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios. • Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de

		estratégias inovadoras, para a aplicação dos conhecimentos no campo econômico, político e/ou social.
Eletrônica	Orientar o aluno em relação ao poder e importância presentes nos conhecimentos geradores no ambiente de laboratório, o que embasará sua percepção sobre características suas que afloram, e nesta descoberta, podemos compreender a melhor forma de obter melhores resultados em nossa proposta para o mercado ocupacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Como e porque elaborar um plano de negócios; • Como utilizar as ferramentas de gerenciamento; • Descrição da empresa; • O significado da competitividade; • A importância de produzir em conformidade com os anseios do mercado consumidor; • Estudo de mercado e análise estratégica; • Como apresentar uma proposta de financiamento coerente com a necessidade do negócio; • A importância de construir bom relacionamento com fornecedores, parceiros estratégicos e colaboradores; o relacionamento com a Assessoria Jurídica e Contábil; • Entender a forma como é aplicada a carga tributária nas microempresas e empresas de pequeno porte; • A importância do Planejamento como parâmetro de decisões mercadológicas; • A diferença entre um empreendedor ou apenas um comerciante; • O orçamento, como fotografia precisa das flutuações ocorridas durante o exercício contábil; • O significado de assumir riscos calculados.
Informática	Mostrar a importância do fenômeno empreendedorismo nos dias atuais e como ele se tornou imprescindível na sociedade moderna.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer o empreendedorismo considerando distintas abordagens e perfis empreendedores; • Apresentar os diferentes tipos de empreendedorismo; • Explorar o conteúdo da personalidade empreendedora e das capacidades cognitivas do empreendedor, com identificação de ideias e oportunidades; • Elaborar plano de carreira e de negócios.

Fonte: <https://estudante.ifpb.edu.br>, 2021.

Os objetivos gerais dos planos de ensino de Contabilidade, Eletrotécnica e Informática reforçam a ideia de busca por criação de empreendimentos de relevância para o desenvolvimento da sociedade, uma pauta que se alinha à característica principal de um empreendimento social, que é o desenvolvimento social coletivo dos indivíduos, sem ter enfoque em fins lucrativos.

Já os objetivos trazidos no plano de ensino do curso de Eletrônica buscam orientar os discentes a trilharem o caminho do empreendedorismo comum, totalmente à mercê dos interesses do capital e com enfoque único e exclusivo na ascensão financeira individual, sem nenhuma preocupação com o bem-estar social e coletivo da sociedade em geral.

A definição dos objetivos a serem alcançados é de fundamental importância para a elaboração de um plano de ensino, pois “os objetivos englobam o que os discentes deverão conhecer, compreender, analisar e avaliar ao longo da disciplina”. Em outras palavras, eles definem os rumos que a disciplina deverá percorrer (SPUDEIT, 2014, p.3).

Esta tônica se estende ao analisarmos o conteúdo programático dos referidos planos de ensino. “O conteúdo programático deve ser a descrição dos conteúdos elencados na ementa”. É esperado que, em um plano de ensino, os objetivos específicos se alinhem ao conteúdo programático na medida em que “deve estar estruturado em seções (ou módulos) detalhando os assuntos gerais e específicos que serão abordados ao longo da disciplina contemplados dentro da ementa”, o que ocorre nos planos dos cursos de Contabilidade, Eletrotécnica e Informática (SPUDEIT, 2014, p.3).

Os planos de ensino da Contabilidade e da Eletrotécnica (iguais) seguem uma vertente que permite a inserção de temáticas sociais, aliada a uma abordagem mais neoliberal de empreendedorismo. Os eixos “Empreendedorismo” e “Perfil empreendedor” apontados nestes planos deixam a abertura suficientemente oportuna para se implementar o Empreendedorismo social dentro dos tipos de empreendedorismo e descrever o perfil do empreendedor social em contraponto com o perfil do empreendedor comum.

No plano de curso de Informática, temos diversas aberturas para a inserção da temática empreendedora social, já que o conteúdo programático do mesmo aborda temas como “impacto social do empreendedorismo”, “personalidade, motivação e conduta empreendedora”, “tipos de empreendedorismo” e “infraestrutura e inovação”.

Todas estas temáticas citadas acima podem se tornar uma porta de entrada para o desenvolvimento das ideias de empreendedorismo social, mesmo que o conceito em si não seja mencionado diretamente em nenhum dos três planos outrora citados.

Esta abertura não é encontrada no plano de ensino do curso de Eletrônica. Este traz uma certa sistematização das temáticas, com um propósito que lembra o do “aprender a fazer”. Em nenhum dos eixos temáticos sequer é citada a palavra “social”, deixando clara a ideia de sistematização.

Um elemento que não podemos deixar de pontuar é a confusão existente na descrição dos objetivos específicos do curso de eletrônica, que mais se parecem com a descrição de um conteúdo programático, sendo os objetivos descritos ora em formato interrogativo, ora em forma de descrição, sem que se indiquem os reais objetivos propostos para se alcançar o objetivo geral do componente curricular. Esta confusão se configura com um erro estrutural do plano, pois os objetivos “devem ser construídos em forma de frases que iniciam com verbos indicando a ação” (SPUDEIT, 2014, p.2).

Na análise da metodologia indicada nos planos, ficaram evidenciados pontos bastante semelhantes em todos os planos de ensino analisados, tendo nestas a indicação de aulas expositivas, dialogadas e reflexivas e o uso de estudos de caso e dinâmicas de grupo no desenvolvimento das atividades.

Por fim, o que concluímos após a análise dos planos de ensino dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB *campus* João Pessoa, Paraíba, é que necessitam de atualizações, a fim de que se implantem as temáticas de empreendedorismo social e seus impactos junto à sociedade. Contudo, também evidenciamos que, mesmo estando desatualizados, alguns planos apresentam uma abertura para a introdução desta temática, embora de forma introdutória.

Entendemos ainda que, sendo o IFPB uma instituição que busca a formação humana e integral de seus discentes, não deve esta conter, dentre os planos de ensino de seus cursos, ideias que se limitem à reprodução de conteúdo ou que visem tão somente ao desenvolvimento individual mecanizado dos sujeitos, sob uma metodologia arcaica do aprender a fazer, sem que se levem os discentes a reflexões crítico-sociais que respondam a questões como o “por que fazer”, “a quem vai beneficiar” e “quais impactos sociais serão gerados”.

Além do mais, Spudeit (2014, p.3) reitera que “o plano de ensino deve ser norteado pelo perfil do discente que o curso vai formar e também de acordo com as concepções do projeto pedagógico de um curso”. Diante disso, fica a reflexão: qual o perfil de discentes que o IFPB pretende formar? Será que planos de ensino voltados aos modelos de empreendedorismo de vertente mercadológica ajudarão a formar cidadãos emancipados, solidários e com responsabilidade social ou apenas mais indivíduos reféns do capital neoliberal?

Acreditamos que este não é objetivo dos cursos ofertados no IFPB, pois a missão da instituição, apresentada em seu portal, é:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2021).

Portanto, visando contribuir na formação desses cidadãos atuantes, no próximo capítulo desta pesquisa, apresentaremos uma proposta de ação educativa desenvolvida dentro de uma perspectiva de educação humana, integral e omnilateral, que fora desenvolvida junto à turma de Empreendedorismo do Curso Técnico Integrado de Contabilidade do IFPB, *campus* João Pessoa, Paraíba. Tal ação educativa constitui-se de um produto educacional edificado dentro das bases do ProfEPT e desenvolvido em conjunto com o corpo docente responsável pelo componente curricular de empreendedorismo do curso de contabilidade.

5 PRODUTO EDUCACIONAL: PLANEJAMENTO, AÇÃO E RESULTADOS

Antes de descrevermos os passos trilhados na criação do produto educacional pretendido por tal pesquisa, faz-se necessário buscar respostas para os seguintes questionamentos: o que são produtos educacionais e por que a sua elaboração não é uma das tarefas mais simples?

Kaplún (2003, p.46) nos ajuda a entender o que vem a ser um produto educacional e o porquê da complexidade existente em sua elaboração, ao dizer que este se trata de

[...] um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado. Esta definição aparentemente simples tem várias consequências. A que mais nos importa é a que diz que um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido; conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades ou atitudes e etc.

Sendo assim, uma videoaula, uma oficina, uma cartilha ou um livro só podem ser considerados produtos educacionais se estes proporcionarem, facilitarem ou enriquecerem as experiências de aprendizagem para quem deles se servir. Um produto educacional deve proporcionar mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem, por isso, sua criação não é uma tarefa simples.

Além da sua característica de desenvolvedor de uma experiência de aprendizado e mudança, a criação de um produto educacional deve seguir algumas etapas, dentro de alguns critérios, que variam desde a sua elaboração até a sua aplicação. Por isso, devemos ficar atentos a esse percurso.

Kaplún (2003, p.47) afirma que “o processo de produção de um material educativo é uma tríplice aventura: a da criação, a do próprio material e a do uso posterior, que muitas vezes escapa às intenções iniciais e aos cálculos dos criadores”.

Esse processo de produção de um produto educacional é descrito por Kaplún (2003) ao revelar que existem três eixos norteadores que devem ser seguidos no momento de realizar a análise e a construção dos produtos educacionais, considerado pelo autor como materiais educativos ou mensagens educativas. Estes eixos são descritos, em ordem sequencial, como sendo:

a) Eixo conceitual: este eixo refere-se aos estudos dos conteúdos que serão abordados no produto educacional, sua seleção e organização, na busca de se conhecer de forma mais

aprofundada o tema e a opinião de autores que sejam referência na temática do produto, a fim de que, assim, possamos “conhecer a fundo a matéria em questão, os conceitos que articulam, os mais importantes debates suscitados por ela, etc.” (KAPLÚN, 2003, p.48).

b) Eixo pedagógico: é “o articulador principal de um material educativo[...] é através dele que estabeleceremos um ponto de partida e um ponto de chegada, em termos de tentativa, para o destinatário do material” (KAPLÚN, 2003, p.49).

Trata-se de um itinerário pedagógico, que conta com uma sondagem inicial junto ao público-alvo, buscando, por meio de uma análise das ideias construtoras destes sobre a temática do produto, identificar seus conhecimentos prévios sobre tal temática e, assim, promover possíveis conflitos conceituais, Ou seja, “tornar problemática a concepção inicial do sujeito”, gerando uma “insatisfação conceitual” nos sujeitos, que nos possibilitará apresentar uma “nova construção ou reconstrução” desta temática, mediante um produto educacional que atenda às necessidades deste público-alvo, proporcionando-lhes, assim, a construção de novas percepções sobre este mesmo tema (KAPLÚN, 2003, p.50-51).

c) Eixo comunicacional: refere-se ao modo como a história do produto será contada, apresentada. Para tal, devemos levar em consideração as características dos sujeitos aos quais tal produto se destina, tendo “um bom banco de experiências, códigos, histórias, imagens que provêm dos próprios destinatários” (KAPLÚN, 2003, p.54).

Trata-se de um eixo desafiador, pois corre-se o risco de que, devido à complexidade do tema abordado no eixo conceitual, o produto caia no didatismo e torne-se pouco atrativo ou pouco funcional. KAPLÚN, (2003, p.54) declara que “é preciso animar-se a romper moldes para que a mensagem educativa não seja, uma vez mais, equivalente a um sermão impresso, ou a uma chatice audiovisual”.

Por fim, é importante ressaltar que tal “história tem que agradar-nos (se não, a quem agradará?), mas não estamos escrevendo (só) para nós mesmos” (KAPLÚN, 2003, p.55 – grifos do autor). Portanto, algo que nos agrada talvez não agrada ao público-alvo do produto educacional. Daí surge a importância de conhecer estes sujeitos e de moldar um produto, por meio de uma figura retórica, poética ou metafórica, que se adeque às expectativas deste público.

Após mostrar o conceito e as etapas de elaboração de um produto educacional, vejamos agora como o produto educacional, fruto desta pergunta, foi planejado e desenvolvido junto aos discentes.

5.1 APRESENTANDO O PRODUTO EDUCACIONAL

Esta pesquisa buscou superar desafios e contribuir com a formação humana, integral ou omnilateral dos discentes do Curso Integrado de Contabilidade do IFPB, *campus* João Pessoa, Paraíba, por meio da construção, desenvolvimento e aplicação de um produto educacional, que pudesse trazer, mediante o desenvolvimento de práticas educacionais de viés transformador, aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, utilizando como base conceitual temáticas ligadas ao empreendedorismo social.

Por intermédio do desenvolvimento deste produto educacional, que será descrito na sequência, buscamos fomentar o espírito empreendedor, com viés comunitário e emancipatório junto não somente aos discentes, mas a todos os demais sujeitos envolvidos neste projeto.

Este produto foi estruturado de acordo com os eixos de análise e construção dispostos por Kaplún (2003). Sendo este oriundo de um minucioso levantamento bibliográfico e documental acerca das bases teóricas que fundamentam esta pesquisa (eixo conceitual), também se fez uso de uma fundamental sondagem com os discentes do curso de contabilidade do IFPB e com a docente do mesmo curso, a fim de entender suas concepções sobre a temática, trazendo um produto que proporcionasse, mediante a observação dos conflitos e da geração de insatisfações conceituais, capacidade de ressignificação da temática apresentada, como também apresentasse uma proposta de formação humana, integral ou omnilateral.

É importante ressaltar que a sondagem junto aos discentes e à docente e a aplicação do referido produto ocorreram em plataformas virtuais de interação, devido às normas de seguridade sanitárias impostas à época, a fim de se conter o avanço da COVID-19, que assolou nosso país e o mundo.

Feita a devida apresentação do produto educacional, observaremos, nas próximas seções, o desenrolar de citados eixos de análise e construção, distribuídos dentre as etapas de elaboração, aplicação e avaliação do referido produto.

5.1.1 A elaboração – identificando os conceitos e traçando os caminhos pedagógicos

Imaginar um produto educacional que nos faça alcançar todos os objetivos propostos nesta pesquisa, pode parecer uma tarefa relativamente simples, contudo, a elaboração de um produto educacional não é algo tão elementar. Como pudemos ver anteriormente, esta ação requer de seus idealizadores um planejamento detalhado das ações a serem executadas, a fim de que, com isto, obtenha-se um produto que seja, ao mesmo tempo, funcional, aplicável e interessante.

Para alcançarmos tais objetivos, primeiro, fez-se necessário encontrar o que Kaplún (2003) chamou de *eixo conceitual* do produto educacional, realizando, inicialmente, um robusto levantamento bibliográfico e documental acerca das bases conceituais de fundamentação teórica desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico, a partir da leitura de autores que trabalhassem as temáticas desenvolvidas durante a pesquisa, tais como a História da EPT, o Empreendedorismo Social e a Educação Humana, Integral ou Omnilateral, fez-se pela leitura de livros, artigos e Leis.

Também se fez necessária a realização de uma análise detalhada nos planos de ensino dos componentes curriculares voltados ao ensino de empreendedorismo, dos cursos integrados IFPB do *campus* João Pessoa, a fim de se identificar a existência (ou não) de estratégias metodológicas, apresentadas por estes ao tratarem de temáticas ligadas ao empreendedorismo social, identificando, assim, a viabilidade para o desenvolvimento dos conceitos relacionados à temática dentro do atual currículo, sem que houvesse a necessidade de proposição de modificações dos mesmos.

A análise dos currículos também pode nos proporcionar um efeito comparativo dentre o que se tinha planejado para o componente curricular de empreendedorismo do Curso Integrado de Contabilidade com os demais cursos integrados do *campus*, além de identificar a indisponibilidade de acesso a informações referentes a tal documento em boa parte dos cursos.

Tais investigações encerraram as análises referentes ao eixo conceitual, dando início ao ponto de partida das análises desenvolvidas dentro do eixo pedagógico. Tais verificações foram realizadas, primeiramente, por meio de uma pesquisa diagnóstica junto aos discentes e, na sequência, junto à docente do componente curricular de Empreendedorismo, do Curso Integrado de Contabilidade. Estas sondagens se deram mediante entrevistas semiestruturadas, aplicadas por meio da plataforma de interação por videochamada *Google Meet*, e, de posse delas, pudemos conhecer melhor as demandas de conhecimento destes sujeitos quanto às temáticas referentes ao empreendedorismo social e à formação humana.

Conhecer as demandas dos envolvidos na pesquisa é de fundamental importância para o sucesso do produto educacional. Segundo Kaplún (2003, p.49), isto faz parte de “um trabalho de pré-alimentação da mensagem educativa a elaborar, saber o que sabem, o que querem, o que pensam, imaginam, ignoram do tema em questão, e a quais necessidades nosso material poderia responder”.

Diante deste ponto de partida inicial, sentimos a necessidade de desenvolvimento de um produto que pudesse apresentar com clareza a temática sobre empreendedorismo social, que

pudesse, ao mesmo tempo, conceituar e distinguir de outras práticas de ação comunitária junto aos discentes e que pudesse, ainda, auxiliar os docentes em trabalhos futuros.

O ponto de partida levou à percepção de que havia uma certa inconclusão das ideias de empreendedorismo comum e empreendedorismo social apresentadas por alguns participantes da pesquisa, que gerou o primeiro conflito conceitual. Também observamos conflitos conceituais envolvendo as definições de empreendedorismo social, instituições filantrópicas e cooperativas.

A partir destes conflitos conceituais, buscamos gerar, por meio do desenvolvimento do produto educacional, o que Kaplún (2003, p.50) chamou de uma “insatisfação conceitual, [desconstruindo] algumas das concepções iniciais” dos participantes, sem que, com isso, destruíssemos por completo tais concepções, pois elas seriam necessárias para a construção de uma nova base conceitual.

Para trilhar esse itinerário pedagógico, o produto educacional desta pesquisa deu-se por meio de oficinas temáticas. A ideia de ter as oficinas como ferramenta executora deste produto educacional se deve ao fato de estas serem

[...] espaços com potencial crítico de negociação de sentidos, permitindo a visibilidade de argumentos, posições, mas também deslocamentos, construção e contraste de versões e, portanto, ocasiões privilegiadas para análises sobre produção de jogos de verdade e processos de subjetivação. (SPINK; MENEGON; MEDRATO, 2014, p.32).

Além disso, as oficinas não se restringem à figura de um interlocutor explanando suas ideias para uma plateia passiva ao fundo. Estas vão além desta visão tradicional por terem um “potencial político [que] se articula a uma riqueza de procedimentos, envolvendo estratégias discursivas diversas, desde expressões artísticas, movimentos corporais e outras formas discursivas, além da própria fala” (SPINK; MENEGON; MEDRATO, 2014, p.32).

Este potencial político permite que as oficinas obtenham resultados que vão além da simples troca de conhecimentos, criando “um espaço de trocas simbólicas que potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta, gerando conflitos construtivos com vistas ao engajamento político de transformação” (SPINK; MENEGON; MEDRATO, 2014, p.32).

As oficinas constituem-se, portanto, como um produto educacional acessível, reutilizável, durável, de fácil manutenção e adaptação, podendo adequar-se aos mais diferentes espaços e situações, seja em ambientes físicos ou virtuais, nos espaços formais ou não formais de educação.

A construção das oficinas temáticas contou com o auxílio de recursos tecnológicos voltados à informação e à comunicação, tais como os sites Canva, Google e YouTube. Com a utilização de diferentes elementos gráficos atuais, buscamos sempre trazer elementos que remetessem à realidade dos participantes.

Em meio a tempos difíceis, é importante frisar que a elaboração e a aplicação das oficinas tornaram-se viáveis em todas as ocasiões, pela facilidade de adaptação destas aos mais diferentes meios, sejam estes presenciais ou virtuais, foi possível adequá-las às mais diferentes situações, não acarretando riscos aos participantes envolvidos.

Assim, surgiu o ciclo de oficinas temáticas sobre empreendedorismo social (Quadro 6), dispostas no seguinte roteiro:

Quadro 6 – Roteiro das oficinas temáticas de empreendedorismo social

Oficina 1 – Conhecendo os conceitos – O empreendedorismo
a) Trocando ideias – provocações preliminares.
b) Ponto de partida – O que é empreendedorismo?
c) Investigando o assunto – O fenômeno do empreendedorismo no Brasil e no Mundo.
d) Ampliando os horizontes – O empreendedorismo e o mundo do trabalho.
e) Fique sabendo – Números e curiosidades sobre o empreendedorismo.
f) Revendo o que aprendemos – Sugestão de atividade.
g) Indo além – textos e vídeos complementares.
Oficina 2 – Distinguindo os atores – perfil empreendedor e tipos de empreendedorismo
a) Trocando ideias – provocações preliminares e retomada do tema anterior.
b) Ponto de partida – Quais as características de um empreendedor?
c) Investigando o tema – O perfil empreendedor: da motivação às ideias inovadoras.
d) Ampliando os horizontes – Os diferentes tipos de empreendedorismo.
e) Fique sabendo – as diferenças entre um empreendedor e um administrador.
f) Revendo o que aprendemos – Sugestão de atividade.
g) Indo além – textos e vídeos complementares.
Oficina 3 – Fazendo a diferença – O empreendedorismo social: transformação social com lucratividade
a) Trocando ideias – provocações preliminares e retomada do tema anterior.
b) Ponto de partida – como ter um negócio lucrativo e transformar a sociedade ao mesmo tempo?
c) Investigando o tema – O empreendedorismo social.
d) Ampliando os horizontes – Exemplos de sucesso.
e) Fique sabendo – Passo a passo para criar um projeto social.
f) Revendo o que aprendi – Sugestão de atividade.
g) Indo além – textos e vídeos complementares.

Fonte: autoria própria, 2021.

5.1.2 A aplicação – trabalhando os conceitos pedagógicos

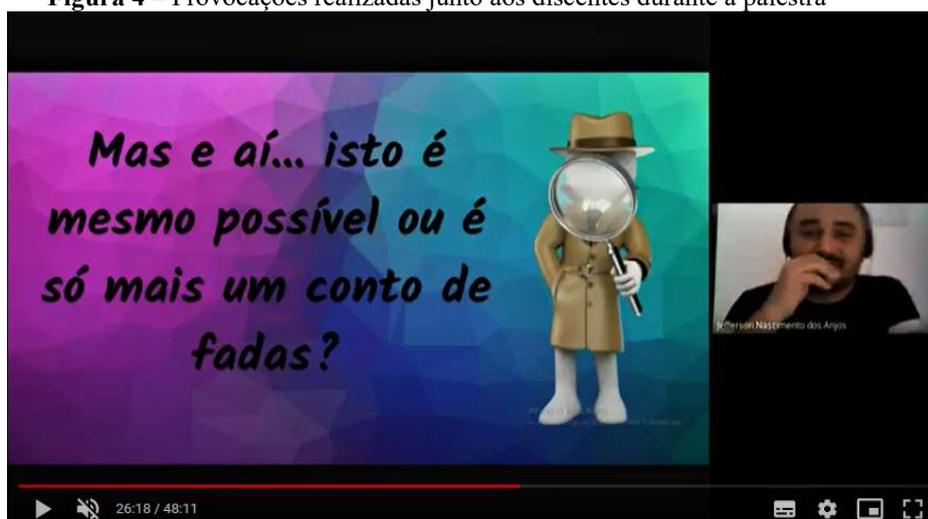
Do roteiro demonstrado acima, apenas uma oficina pode ser aplicada junto à turma, isto porque, devido às adequações metodológicas impostas pelo IFPB em conformidade com as recomendações sanitárias vigentes, parte das aulas ocorreu de forma assíncrona.

A aplicação da oficina de forma assíncrona fugiria da proposta prevista por este produto educacional, que é de ser algo dinâmico e interativo com os discentes. Sendo assim, após planejamento prévio com a docente responsável pelo componente curricular, decidimos que a segunda oficina, intitulada *Distinguindo atores – perfil empreendedor e tipos de empreendedorismo*, seria a melhor opção para ser aplicada junto à turma, visto que estaria em conformidade com o planejamento do componente curricular e nos proporcionaria alcançar o ponto de chegada do eixo pedagógico com êxito.

A oficina foi aplicada das 10 às 11 horas do dia 24 de Novembro de 2021, de forma remota e síncrona, por meio do *Google Meet*, e contou com a participação de oito dos 35 discentes matriculados no componente curricular. É importante ressaltar que a baixa participação nas atividades síncronas desta semana pode ter sido influenciada pela não exigência de participação obrigatória por parte dos discentes nos momentos síncronos (segundo a docente, a média de participação nestes momentos variava de 8 a 12 discentes), devido às restrições causadas pela pandemia e pelo fato de esta ter sido a semana de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do qual toda a turma participaria.

A aplicação da oficina se deu na forma de aula expositiva e dialogada, sendo que os discentes eram estimulados a participar o tempo todo da aula, motivados por debates, desafios relacionados à resolução de problemas, de propositura de exemplos relacionados aos temas apresentados (Figura 5).

Figura 4 – Provocações realizadas junto aos discentes durante a palestra



Fonte: Autoria própria, 2021.

No início da palestra, os discentes foram convidados a responder a uma pergunta através da plataforma *Mentimeter.com*, gerando uma nuvem de ideias que seriam debatidas ao fim da oficina.

A pergunta disposta na plataforma era: “Em poucas palavras, diga: para você, o que é empreendedorismo social?” As respostas podem ser apreciadas na imagem abaixo.

Figura 5 – Pergunta inicial realizada no início da palestra



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na busca de garantir elementos visuais mais chamativos e interativos, fizemos uso desta oficina de vídeos extraídos da plataforma *YouTube*. Assim, a oficina ficou mais dinâmica e atraente, de forma que não pudesse ser considerada como um mero discurso chato e enfadonho, alcançando, assim, o ponto de chegada do eixo conceitual, o qual se deu por meio da reconstrução dos conceitos de forma coletiva e participativa, de modo que os participantes se sentissem pertencentes ao novo conceito apresentado. Isto foi alcançado graças ao itinerário pedagógico adequado à realidade desvendada nas sondagens iniciais (KAPLÚN, 2003).

Após a apresentação interativa e participativa da oficina, realizamos um debate acerca dos conceitos abordados durante a oficina, e os discentes foram convidados a realizar uma avaliação da metodologia trazida pela oficina. Esta avaliação estará disposta no tópico abaixo.

5.1.3 A avaliação – mensurando o poder de comunicação

Como exposto anteriormente, após a realização das oficinas, fora disponibilizada uma avaliação das relações existentes entre as práticas educativas das oficinas e o processo de formação dos sujeitos envolvidos, com o intuito de identificar as contribuições efetivas na formação empreendedora social junto aos discentes envolvidos na pesquisa.

Para realizar esta avaliação, produzimos um questionário avaliativo pela plataforma *Google Formulários*, no qual trouxemos três seções avaliativas. A primeira, dedicada à apresentação da atividade. A segunda, intitulada de Avaliação do Conteúdo da Oficina, trouxe perguntas relacionadas às temáticas exploradas no decorrer da oficina e tinha o objetivo de avaliar a aprendizagem dos discentes que participaram da mesma. Já a terceira seção, intitulada de Avaliação Metodológica da Oficina, trouxe questionamentos acerca da forma como a oficina fora aplicada, buscando colher, junto aos discentes, suas impressões sobre o percurso metodológico adotado pelo aplicador da oficina.

Tal avaliação não teve natureza institucional, não sendo utilizada para fins de pontuação (avaliação institucional) da disciplina, servindo apenas para avaliar o produto educacional (a oficina) e apresentando uma amostra de sua viabilidade e aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem dos discentes. Esta informação foi disponibilizada junto aos discentes, assim como foi lhes dada a opção de contribuir ou não por meio da avaliação. Assim, apenas 4 dos 8 discentes que participaram da oficina trouxeram suas contribuições, como pode ser visto no recorte abaixo (Figura 7).

Figura 6 – Atividade de avaliação da Oficina



Perguntas Respostas 4 Configurações

Seção 1 de 3

Atividade de encerramento da oficina "O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade".

Ao fim da aula de hoje, responda às perguntas a seguir sobre a oficina denominada: O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade desenvolvida pelo professor Jefferson Nascimento dos Anjos, discente do mestrado profissional em Educação Profissional (ProfEPT/IFPB), sob a orientação do Professor Doutor Alysson Régis.

Esta avaliação não tem natureza institucional, não sendo utilizada para fins de pontuação (avaliação) da disciplina. Serve apenas para avaliar o produto educacional (a oficina), apresentando uma amostra de sua viabilidade e aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Ativa Acesso

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dentro da seção de Avaliação do Conteúdo da Oficina, trouxemos uma questão conceitual, que abordava os discentes da seguinte forma: Após a oficina "O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade", defina, em suas palavras, o que é Empreendedorismo social. O teor das respostas mostra que o objetivo de reconstruir o conceito de empreendedorismo social mediante uma insatisfação conceitual foi atingido com êxito (Quadro 7).

Quadro 7 – Novas concepções dos discentes sobre empreendedorismo social após oficina

QUESTÃO CONCEITUAL	RESPOSTAS DOS DISCENTES
Após a oficina "O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade", defina, em suas palavras, o que é Empreendedorismo social.	Discente A: Seria uma forma de negócio que busca contribuir pra sociedade pode ser sem lucratividade.
	Discente B: Seria uma forma de negócios que visa ajudar a sociedade sem pensar em meio lucrativo.
	Discente C: Empreendedorismo social se concentra na ideia de torna um bem ou serviços, de

	forma inovadora, com o objetivo de levar lucratividade para a comunidade, fazendo assim, que os mesmos busquem independência financeira, rentável, etc... por meio do projeto aplicado.
	Discente D: É a atividade que consiste em desenvolver um negócio inovador, que não vise apenas o lucro individual, mas também o desenvolvimento dos membros participantes do empreendimento e com retorno para a sociedade que o rodeia.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Também foi possível perceber que os discentes que participaram da oficina e responderam ao questionário foram capazes de ir além da compreensão do conceito de empreendedorismo social, conseguindo fazer a distinção entre tal modalidade e outras muito parecidas.

Na primeira pergunta (Gráfico 1), trouxemos o questionamento sobre afirmações acerca de empreendimentos sociais que haviam sido debatidas no decorrer da oficina. E, dentre as diversas opções, pedimos que os discentes marcassem a que não apresentava uma afirmativa correta. Todos marcaram a opção que relacionava um empreendimento social a uma instituição filantrópica, demonstrando, assim, que todos compreenderam que, mesmo tendo similaridades, trata-se de modalidades diferentes de atuação junto às comunidades.

Gráfico 1 – Respostas dos discentes quanto às finalidades de um Empreendimento Social

De acordo com o que você aprendeu hoje, qual das afirmações sobre empreendedorismo social apresentadas abaixo, você julga estar INCORRETA ?
4 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na pergunta seguinte (Gráfico 2), apresentamos algumas ações sociais e pedimos para que os discentes marcassem apenas a que continha um exemplo de empreendimento social. Mais uma vez, 100% dos participantes optaram pela alternativa correta (Sereias da Penha⁴). Isto mostra que o conceito de empreendimento social foi bem assimilado pelos discentes.

Gráfico 2 – Identificação de exemplos de empreendimentos sociais

Dos exemplos de ações listadas abaixo, qual você acredita que se enquadre melhor como uma ação empreendedora social?

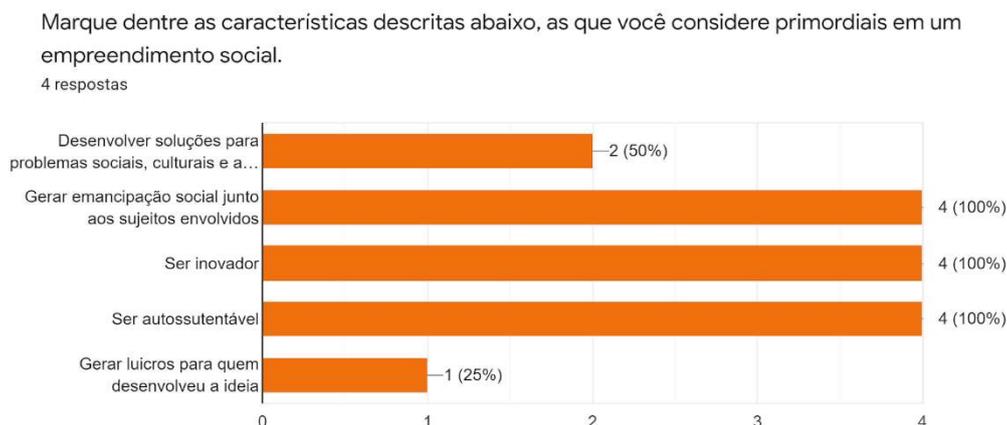
4 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Na última pergunta (Gráfico 3), buscamos estimular os discentes a pensarem sobre as características primordiais de um empreendimento social. A resposta para tal questionamento mostrou que, apesar de a maioria apontar todas as principais características que devem nortear a criação de um empreendimento social, ainda se faz necessário um maior aprimoramento do tema. Sendo assim, entendemos que alguma melhoria deveria ser feita junto ao produto para que, assim, consigamos lograr 100% de êxito na avaliação deste, visto que talvez a abordagem da temática não tenha deixado claro que uma das finalidades de um empreendimento social é, também, gerar sustento, portanto, lucro, para o empreendedor social. Além do que, a definição de empreendimento social traz consigo o caráter de buscar resolver problemas sociais, culturais e ambientais das comunidades que o cercam ou se beneficiam dele.

⁴ Fruto de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio do programa João Pessoa Artesã (JPA), com o Instituto Federal de Educação (IFPB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o projeto Sereias da Penha possibilitou a inclusão social com a apropriação da cultura local na comunidade da Praia da Penha. Disponível em: <https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/artesanato/sereias-da-penha/>

Gráfico 3 – Características de um empreendimento social

Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao fim da Avaliação do Conteúdo da Oficina, sentimos que a mesma, enquanto produto educacional, conseguiu lograr êxito na tarefa de trazer os conceitos referentes à temática que envolvem o empreendedorismo social, assim como o esforço de trazer, mesmo que de forma remota, metodologias de ensino que tivessem o discente como elemento participante de sua própria formação, provando que uma educação humana, integral ou omnilateral, que busque a formação completa dos discente, mostra-se uma estratégia eficiente dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Vejamos agora como os discentes avaliaram estas estratégias de ensino. Se estas, de fato, agradaram estes sujeitos e se eles teriam propostas que pudessem enriquecer tal experiência de ensino-aprendizagem.

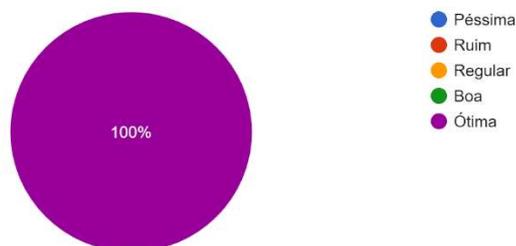
O questionário referente à seção de Avaliação Metodológica da Oficina contou com quatro perguntas que buscaram identificar a avaliação dos discentes quanto às estratégias de ensino utilizadas na aplicação da oficina.

A primeira pergunta desta seção já questionou os discentes sobre como ele avaliava a proposta pedagógica adotada pelos pesquisadores na abordagem da temática Empreendedorismo Social junto à turma, e a recepção não poderia ser melhor, pois 100% dos participantes classificaram a oficina como ótima, como podemos observar (Gráfico 4) abaixo.

Gráfico 4 – Pesquisa de satisfação referente à oficina

Qual a sua avaliação sobre a proposta pedagógica adotada pelos pesquisadores na abordagem da temática "Empreendedorismo Social" junto à turma?

4 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

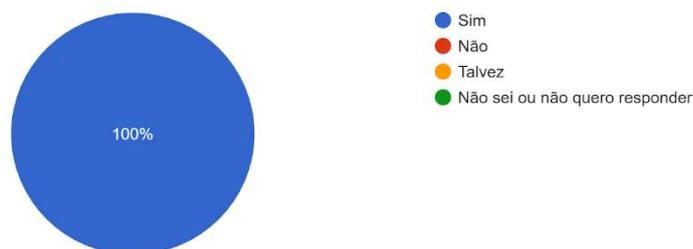
Mesmo diante de tanta aceitação, acreditamos que, dentro do processo de ensino-aprendizagem, um produto educacional nunca pode ser visto como 100% satisfatório, pois isso poderia acarretar um conformismo e uma possível estagnação do produto educacional.

Quando indagados sobre a inserção de estratégias de ensino semelhantes à trazida pelo produto educacional apresentado (Gráfico 5) e sua contribuição para a melhoria da formação dos mesmos dentro do componente curricular de empreendedorismo, estes foram unânimes ao afirmar que as oficinas temáticas otimizariam o seu processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 5 – Importância das oficinas temáticas como estratégia de ensino na visão dos discentes

Você acredita que a inserção das oficinas temáticas melhoraria o aprendizado de temáticas ligadas ao Empreendedorismo?

4 respostas



Fonte: Elaboração própria (2021).

Por último, foram realizados dois questionamentos aos discentes: o primeiro fazia referência à contribuição da temática abordada na oficina, empreendedorismo social, para a formação deles, e o segundo pedia-lhes que apontassem estratégias capazes de ajudar no aprimoramento das oficinas.

Quanto à contribuição da temática para suas formações, todos foram unânimes em dizer que esta contribuiu e muito. Dentre as justificativas apontadas por estes para justificar suas respostas, alguns apontaram para o ineditismo da proposta, e outros, para a importância de se trabalharem temáticas sociais durante suas formações.

Dentre as contribuições sugeridas pelos discentes, destacamos a ideia de se apresentar tal proposta durante um momento presencial e a sugestão de uso de uma ferramenta que melhoraria na interação entre docente e discentes durante a aplicação das oficinas. A integralidade das respostas dos discentes pode ser vista (Quadro 8) abaixo.

Quadro 8 – Últimos questionamentos acerca do produto educacional

PERGUNTAS	RESPOSTAS DOS DISCENTES
Você acredita que a temática da oficina contribuiu de forma positiva para sua formação? Justifique sua resposta.	Discente A: Sim, não sabia muito sobre empreendedorismo social com a oficina aprendi.
	Discente B: Sim, não sabia sobre essa temática agora sei.
	Discente C: Sim, entender a tema é muito importante, quanto no âmbito educacional, quanto a formação social... Atualmente, ao ligarmos com a situação atual brasileira, é fundamental pensarmos em projetos e ideias para ajudar o próximo de forma inovadora.
	Discente D: Sim, despertou um olhar social que não conhecia.
O que ajudaria a melhorar a aula de hoje?	Discente A: Acho que foi ótima os vídeos bem interessantes acho que não tenho nenhuma sugestão a mais pra melhoria.
	Discente B: Foi ótima não tenho sugestões acho que está muito bom assim.
	Discente C: Interação. Existe uma plataforma muito interessante, <i>Join a presentation</i> , você pode apresentar os slides e fazer dinâmicas ao mesmo tempo, acredito que agregará muito na interação entre o professor e estudante.
	Discente D: Ser presencial.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Ao fim da avaliação deste produto educacional, faz-se importante salientar que o ciclo de oficinas não é apenas o produto educacional oriundo desta pesquisa. Ele também é uma ferramenta de execução dela. Outras ferramentas podem e devem ser implementadas na

execução deste produto, visando a um melhor aproveitamento desta temática. Alguns exemplos são as palestras, *workshops* e sequências didáticas.

Enfatizamos, ainda, que o produto educacional gerado por esta pesquisa é híbrido, mutável e adaptável. Não se trata, portanto, de um produto finito e acabado, que possa ser visto e apalpável. Trata-se de um conjunto de práticas educativas, desenvolvido em oficinas oriundas das expectativas e contribuições dos próprios discentes e docentes. Uma modelagem, uma ferramenta metodológica, que auxilia no desenvolvimento de um trabalho com características sociais e emancipatórias, de forma dinâmica e participativa.

Mais importante do que desenvolver e aplicar estas oficinas temáticas foi promover uma educação significativa, de caráter emancipatório e com humanidade, formando cidadãos conscientes da sua situação no mundo, como também a de seus semelhantes, proporcionando-lhes ferramentas de superação das adversidades.

Buscamos aqui contribuir para a formação humana, integral ou omnilateral dos discentes, formando, assim, cidadãos críticos, lúcidos e tendo como perspectiva a ideia de que “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativa progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (FREIRE,1996, p.23). Foi o que buscou fazer este produto educacional.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa é fruto de muitas pesquisas e incansáveis debates e precisou se reinventar por diversas vezes até chegar à versão aqui apresentada. Muitas foram as adversidades encontradas no caminho, o que dignifica e traz ainda mais orgulho do que fora apresentado até então.

Buscamos apresentar aqui uma estratégia de ensino que pudesse contribuir com a formação dos discentes envolvidos em seu processo, por meio de práticas educativas, dentro de uma perspectiva de educação humana, integral e omnilateral.

Costumamos dizer que o propósito desta pesquisa nunca foi o de propor a “invenção da roda”, mas sim demonstrar um novo uso para ela, que fosse mais eficiente e acompanhasse as mudanças ocorridas na sociedade ao longo dos anos.

A roda à qual nos referimos acima consiste na educação brasileira, que luta para se libertar dos estigmas causados por sua histórica imersão num sistema de ensino dualista, caracterizado por uma dinâmica opressora, na qual a classe burguesa se apossou do sistema educacional, distinguindo a escola entre as escolas destinadas às elites, com uma educação intelectual e outra educação para as massas, destinadas ao tecnicismo.

Daí surgia o que viria a ser o problema desta pesquisa: tentar responder quais estratégias poderiam ser utilizadas na criação de uma ação educativa que nos ajudasse a iniciar esse processo de travessia entre uma educação fracionada para uma educação unitária, tendo os discentes como protagonistas desta ação.

Dentro desta busca, a trajetória trilhada por esta pesquisa trouxe um mergulho pela trajetória da EPT no Brasil, recordando sua histórias de lutas, em busca de uma educação unitária. Revisamos um pouco da histórica busca por uma educação humana, integral ou omnilateral no ensino público brasileiro, mostrando a gênese do dualismo educacional e apontando as forças que tentam impedir uma revolução na educação brasileira. Ainda apresentamos as concepções de empreendedorismo social, oferecendo uma alternativa de ação educacional que contribui na superação deste dualismo.

A experiência de ação educativa proposta nesta pesquisa, mesmo não sendo nenhuma novidade, consiste em uma ação que, quando alinhada a uma temática centrada no trabalho como princípio educativo e a uma concepção educacional que tenha os discentes como agentes ativos de sua formação, torna-se uma poderosa ferramenta de transformação social. Esta ação educativa se deu mediante as oficinas temáticas.

Tais oficinas temáticas, produtos educacionais oriundos desta pesquisa, foram construídas tendo como plano de fundo o empreendedorismo social, uma modalidade do empreendedorismo que, diferentemente da modalidade comum, relacionada ao desenvolvimento econômico individual, apresenta uma proposta de desenvolvimento coletivo, participativo e social.

A escolha das oficinas temáticas como produto educacional deu-se, primeiramente, por estas serem recursos educacionais adaptáveis ao momento sanitário que atravessávamos e por possibilitarem maior interação com os discentes durante a sua aplicação, não se restringindo a um exercício no qual um fala e o outro escuta.

A intenção esperada ao modelar as oficinas dentro da temática do empreendedorismo social era justamente o de romper com o modelo de empreendedorismo vendido, sistema capitalista neoliberal, e apresentar aos discentes uma proposta de atuação empreendedora com um viés social, que gerasse benefícios não somente ao empreendedor, mas também à comunidade à sua volta.

Por se tratar de um produto educacional que visava ser capaz de impactar na realidade dos discentes, primeiro foram realizadas sondagens junto aos mesmos e colhidas suas impressões sobre o ato de empreender. Ainda foram levadas informações didático-pedagógicas no tocante aos planos de ensino dos componentes curriculares de empreendedorismo dos cursos integrados do IFPB, como também a partir da entrevista com a docente responsável pelo componente curricular.

A análise destas concepções iniciais dos discentes, dos planos de ensino e das contribuições da docente e do referencial teórico desta pesquisa pôde proporcionar a criação de oficinas que atingissem com êxito os objetivos propostos por esta pesquisa, ao serem capazes de responder a sua problemática e proporcionar uma ação educativa dentro de uma concepção de educação humana, integral e omnilateral.

Mesmo que o produto educacional desenvolvido nesta pesquisa tenha logrado êxito dentro dos objetivos propostos, este não consiste em um produto que deve ser encarado como acabado, finito. Quando se faz referência ao aprimoramento da qualidade da educação brasileira, não é prudente que nos demos por satisfeitos com os resultados apresentados no trabalho, mesmo que estes se mostrem eficazes em sua proposta.

Um exemplo desta insatisfação pode ser encontrado nos planos de curso dos componentes curriculares de empreendedorismo dos cursos integrados do IFPB analisados nesta pesquisa. Estes se encontravam desatualizados, em desconformidade com uma educação humana, integral e omnilateral. Sem contar que, em alguns cursos, o documento nem foi

encontrado no portal eletrônico onde deveriam estar disponibilizados. Como a crítica especializada a estes documentos não faz parte dos objetivos desta pesquisa, esse comentário fica como sugestão para trabalhos futuros.

Além disso, observa-se uma realidade educacional muito heterogênea no Brasil, onde uma experiência educacional que seja exitosa em um determinado local, em determinada modalidade de ensino ou sistema educacional, não representa que a mesma experiência terá igual êxito nas demais realidades educacionais brasileiras. Por estes motivos, conclui-se que o produto oriundo desta pesquisa, mesmo tendo comprovada sua eficácia, ainda é inacabado, mutável e aberto à inserção de novas estratégias metodológicas que venham a contribuir com melhoria da qualidade de ensino deste país.

6.1 MENSAGEM DE DESPEDIDA

Chega ao fim esta pesquisa, que teve início a partir de um relato biográfico sobre o pesquisador responsável por sua execução. Por meio deste relato, pode-se perceber o quanto a educação foi e ainda é importante na vida deste jovem e orgulhoso professor de educação básica, que ousa desafiar o sistema ao se aventurar, mesmo diante de diferentes adversidades e desconfiança, no mundo, quase restrito, das pesquisas acadêmicas de pós-graduação.

Talvez seja estranho, para quem não está inserido na base do sistema educacional brasileiro, ouvir de um professor que não é fácil para ele realizar uma pesquisa científica. Mas, infelizmente, essa é uma realidade de nosso país. Diversos são os fatores que distanciam os professores da educação básica das pesquisas de pós-graduação, mas não entraremos em detalhes por aqui, afinal, o momento agora é dedicado a comemorações, os lamentos ficam como incentivo e pauta para trabalhos futuros.

Falaremos sobre os motivos que têm impulsionado este pesquisador a seguir nessa difícil caminhada de professor-pesquisador. A principal fonte de sua inspiração é a crença na educação enquanto ferramenta de emancipação dos sujeitos. A luta pela melhoria da educação deste país não pode parar e a forma como os professores de educação básica podem contribuir nesta luta é investir parte de seu tempo para aprimorar a própria formação por meio da constante pesquisa em busca de uma educação cada dia melhor.

Que esta pesquisa, fruto de muito suor, lágrimas, dor e superação, possa inspirar outros professores da base a trilharem o mesmo caminho, trazendo suas contribuições, carregadas de experiências empíricas, em busca dessa travessia entre uma educação a serviço do capital para

uma educação a serviço do sujeito, fundamentada nas bases de uma educação humana, integral e omnilateral.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Anthonie Magalhães Mateus; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. **Educação profissional e tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 719-742, jul./set. 2016.
- ALVES, Rafael Duton. Empreendedorismo e o processo de identificação de oportunidades. **Rio de Janeiro: PUC-Rio**, Rio de Janeiro, 2005.
- AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Dicionário Aurélio** eletrônico século XXI. [S.l.]: Nova Fronteira, 1999.
- BARDIN, Laurence. **Análisis de contenido**. Ediciones Akal, 1991.
- BEZERRA, Italan Carneiro. **Curso técnico integrado ao ensino médio em instrumentos musicais do IFPB: reflexões a partir dos perfis discentes e institucional**. 526 f. Tese (Doutorado em música) Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BOSE, Mônica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. 2012. 128 f. Tese (Doutorado em Administração) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02. Set. 2020.
- BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)]. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20. set. 2020.
- CAMPOS, Marcelo Conceição da Rocha; PAIXÃO, Eliana do Socorro de Brito. Educação popular: projetos pedagógicos para a emancipação. **Fronteiras & Debates**, v. 5, n. 1, p. 59-74, 2018.
- CARMONA, Viviane Celina, *et al.* Empreendedorismo social: uma perspectiva bibliométrica na área de administração e negócios. **Estudios Gerenciales**, 34(149), 399-410, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/j.estger.2018.149.2912>. Acesso em 05/11/2019.
- CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**, v. 2, p. 408-415, 2009.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.
- CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

DUARTE, Newton. Educação escolar e formação humana omnilateral na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. **Crise capitalista e educação brasileira. Uberlândia, MG: Navegando Publicações**, p. 101-122, 2016.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil**, v. 9, p. 1492-1508, 2012.

ESTEVES, Alex Gomes. Economia solidária e Empreendedorismo Social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. **O Social em Questão**. Ano XIV, n. 25/26, p. 237-260, 2011.

FONSECA, Regina Celia Veiga da. **Metodologia Do Trabalho Científico**. IESDE BRASIL SA, Curitiba, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 34ª Edição, Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro; Editora Paz e terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, p. 45-60, 2003.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Educação, cidadania e trabalho. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 25, p. 171-191, 2007.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa et al. O Perfil do Empreendedor Social e Suas Dimensões de Atuação: Seis Casos no Município de Uberlândia-MG. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, 2014.

IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. IBGE. Rio de Janeiro, 2019.

IFPB. **Portal do estudante**, 2021. Cursos técnicos. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/?nivel_formacao=TECNICO. > Acesso em: 10 de out. de 2021.

IORA, Italo Matheus Leporassi. Alienação e exploração do trabalho em Karl Marx: atualidade e contribuições à sociologia contemporânea. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 3, 2020.

JIMÉNEZ, Carla. Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis. **El País**, São Paulo, 20 de nov. de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**. São Paulo, v. 27, p.46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://iesc.pro.br/wpcontent/uploads/2017/06/ANAIS-SNIJC-2017-27-07-ok.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21-28, 1989.

LAURETT, Rozélia *et al.* Empreendedorismo social e hibridismo: iguais, similares ou Diferentes? **Revista de Administração de Roraima**, Roraima, v. 8, n. 2, p. 379-399, jul/dez, 2018. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/adminrr/> Acesso em 05 jan. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Prática educativa, pedagogia e didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 705-720, 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA Filho, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

MONITOR, GEM Global Entrepreneurship. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo. Curitiba: IBPQ. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%0c3%b3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf> Acesso em 21 de set. de 2019.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios–notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

OLIVEIRA, Beatriz Cristina de; DIAS Camila Santos. Educação não formal: instrumento de libertação e transformação?. **Revista científica da FHO**. Uniararas, v. 5, n. 2, p. 1-9, 2017.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. **Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO**, 2011.

PARENTE, Cristina *et al.* Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. **XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social**: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, 2011.

PECORA, Alexandre Reggi; MENEZES-FILHO, Naercio. O papel da oferta e da demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 44, p. 205-240, 2014.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei nº 5692/71 e o Ensino de 1º Grau: Concepções e Representações. In: **Anais do XI Congresso Nacional de Educação**. Educere. Curitiba: 2013.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. p. 151-168.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; FLACH, Simone de Fátima. Educação Integral: em defesa de uma concepção emancipatória. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 20, n. 3, p. 717-737, 2017.

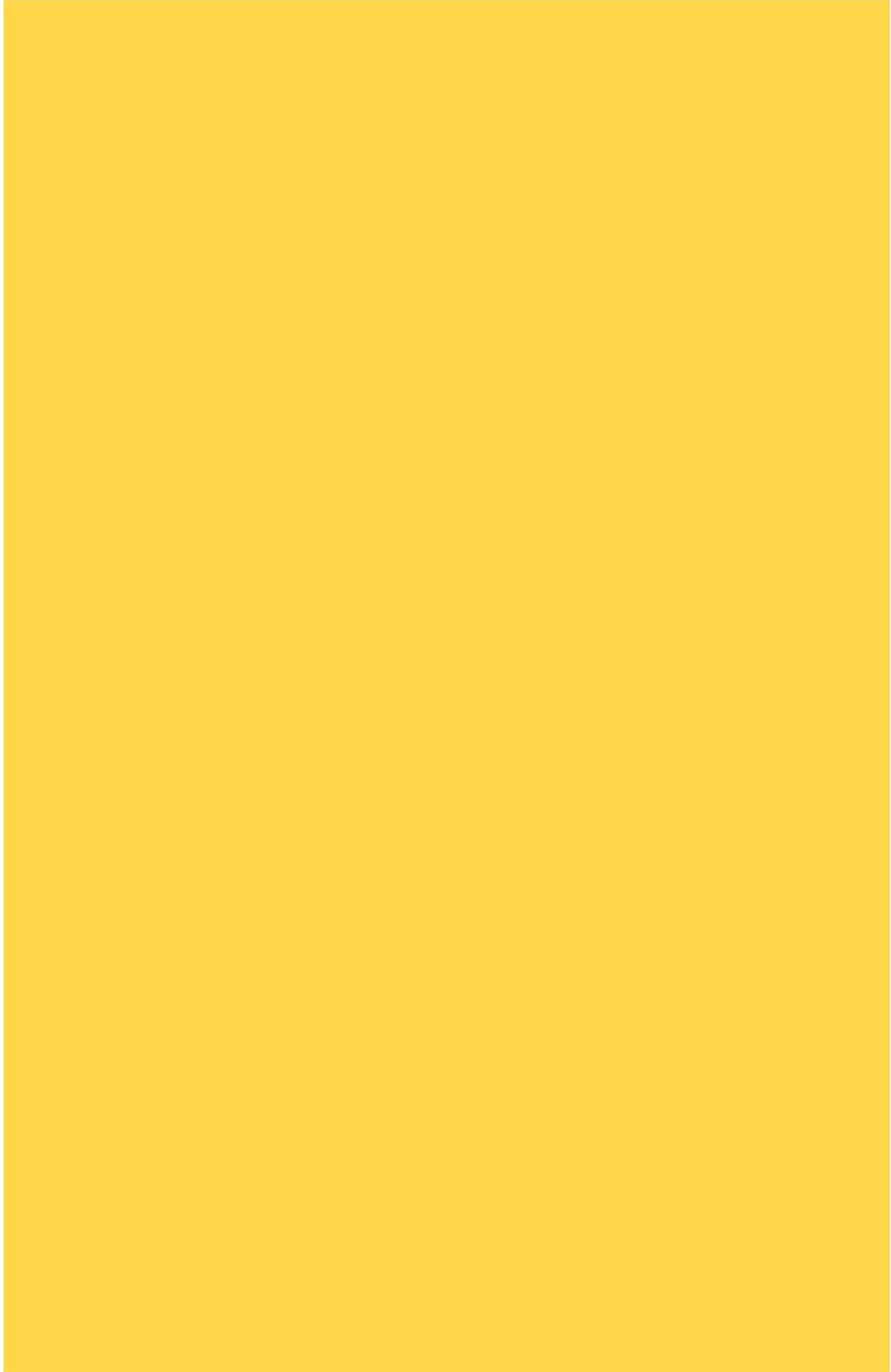
SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-42, 2009.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 32-43, 2014.

SPUDEIT, Daniela. Elaboração do plano de ensino e do plano de aula. **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**, 2014.

APÊNDICE A
PRODUTO EDUCACIONAL





PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (ProfEPT)
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)

JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS
ALYSSON ANDRÉ RÉGIS OLIVEIRA

Produto Educacional “Ciclo de Palestras: Empreendedorismo social na perspectiva da educação humana integral: proposta de ações”, como parte integrante da Dissertação “A formação empreendedora social no Ensino Técnico Integrado: práticas educativas na busca de uma formação humana, integral, politécnica ou omnilateral”, sob orientação do Professor Doutor Alysson André Régis Oliveira e apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, no Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

JOÃO PESSOA-PB
2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. OFICINA I – CONHECENDO OS CONCEITOS – O EMPREENDEDORISMO	4
1.1 Trocando ideias – provocações preliminares.	4
1.2 Ponto de partida – O que é empreendedorismo?	5
1.3 Investigando o assunto – O fenômeno do empreendedorismo no Brasil e no Mundo.	6
1.4 Ampliando os horizontes – O empreendedorismo e o mundo do trabalho.	7
1.5 Fique sabendo – Números e curiosidades sobre o empreendedorismo.	9
1.6 Revendo o que aprendemos – Sugestão de atividade.	10
1.7 Indo além – textos e vídeos complementares.	11
2. OFICINA II – DISTINGUINDO OS ATORES – PERFIL EMPREENDEDOR E TIPOS DE EMPREENDEDORISMO	12
2.1 Trocando ideias – provocações preliminares e retomada do tema anterior.	12
2.2 Ponto de partida – Quais as características de um empreendedor?	13
2.3 Investigando o tema – O perfil empreendedor: da motivação às ideias inovadoras.	14
2.4 Ampliando os horizontes – Os diferentes tipos de empreendedorismo.	15
2.5 Fique sabendo – as diferenças entre um empreendedor e um administrador.	16
2.6 Revendo o que aprendemos – Sugestão de atividade.	17
2.7 Indo além – textos e vídeos complementares.	18
3. OFICINA III – FAZENDO A DIFERENÇA – O EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL COLETIVA	19
3.1 Trocando ideias – provocações preliminares e retomada do tema anterior.	19
3.2 Ponto de partida - Como criar um empreendimento social capaz de transformar a sociedade?	20
3.3 Investigando o tema – O empreendedorismo social.	21
3.4 Ampliando os horizontes – Exemplos de sucesso.	22
3.5 Fique sabendo – Passo-a-passo para criar um projeto social	23
3.6 Revendo o que aprendi – Sugestão de atividade.	24
3.7 Indo além – textos e vídeos complementares.	25
REFERÊNCIAS	26

APRESENTAÇÃO

O Produto Educacional é um objeto que, na visão de Káplun (2003), tem o objetivo de facilitar experiências de aprendizado. Este material educativo não é apenas uma ferramenta que proporciona informações aos educandos, mas algo com sentido mais amplo, capaz de facilitar ou apoiar o desenvolvimento das experiências de aprendizado, dentro de diversos contextos sociais, desde a consolidação de conceitos e teorias, até às mudanças afetivas e atitudinais dos educandos.

Uma videoaula, uma oficina, uma cartilha ou um livro só podem ser considerados produtos educacionais se estes proporcionarem, facilitarem ou enriquecerem as experiências de aprendizagem para quem deles se servir. Um produto educacional deve proporcionar mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem, por isso, sua criação não é uma tarefa simples.

O Produto Educacional aqui apresentado buscou, por meio da elaboração e da aplicação de oficinas temáticas, satisfazer os objetivos propostos da pesquisa que originou o mesmo, dentre eles, o de criar uma experiência educacional, que, dentro de uma perspectiva de educação humana, integral ou omnilateral, pudesse contribuir com a formação empreendedora social dos discentes e docentes envolvidos na experiência.

Sendo assim, a escolha das oficinas como produto educacional desta pesquisa se deu por estas constituírem uma ferramenta educacional acessível, reutilizável, durável, de fácil manutenção e adaptação, podendo adequar-se aos mais diferentes espaços e situações, seja em ambientes físicos ou virtuais, nos espaços formais ou não formais de educação.

Oficina I

Conhecendo os conceitos - O
empreendedorismo.

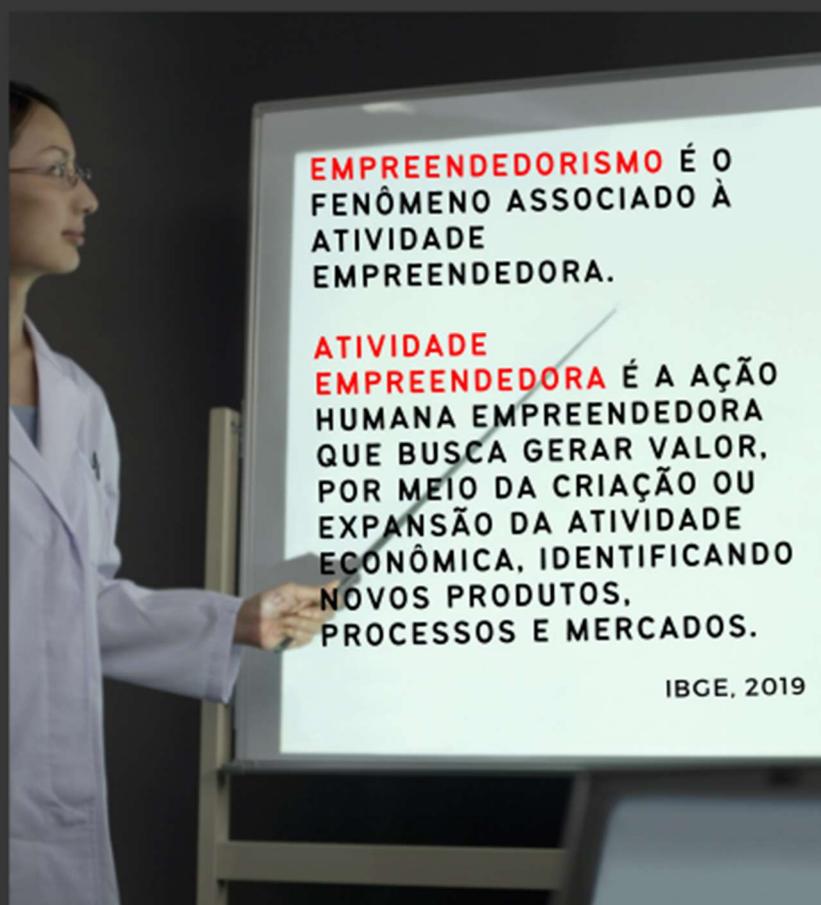
TROCANDO IDEIAS

Provocações Iniciais



PONTO DE PARTIDA

O que é empreendedorismo?



Investigando o Assunto

O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E NO MUNDO

O Brasil é um dos países que lideram o ranking de empreendedorismo no mundo. Segundo dados do relatório executivo do Global Entrepreneurship Monitor – GEM de 2019, a taxa de empreendedorismo total (TTE) no Brasil, em 2019, foi de 38,7%. O relatório da GEM (2019) indica que:

Em números absolutos, estima-se que haja 53,5 milhões de brasileiros (18-64 anos) à frente de alguma atividade empreendedora, envolvidos na criação de novo empreendimento, consolidando um novo negócio ou realizando esforços para manter um empreendimento já estabelecido (p.10).

Esses dados revelam que mais de um terço dos brasileiros adultos eram empreendedores em 2019, indicando um alto índice de pessoas que buscam, por meio do empreendedorismo, conseguir condições de sobreviver em nosso país.

Tal indicativo pode nos revelar reflexos do momento social e econômico brasileiro, com uma alta taxa de desemprego nos meios formais e crescimento exponencial da pobreza, acarretando incertezas sobre a capacidade e a qualidade de geração de renda nos indivíduos e alimentando a ideia, romantizada pelo neoliberalismo econômico, sobre o individualismo como forma de superação das intempéries da vida, na forma de empreendedorismo.

Ampliando os horizontes

O empreendedorismo e o mundo do trabalho

Dentro de uma sociedade neoliberal como o Brasil, o sujeito opressor quase sempre é o próprio capital e suas contradições. A educação torna-se, então, uma ferramenta de busca de luta contra esta situação de opressão e de superação das desigualdades.

É a escola, “com base no princípio educativo do trabalho, onde está o germe do ensino, que poderá elevar a educação da classe operária [oprimidos] bastante acima do nível das classes superior e média [opressores]” (MOURA; LIMA; SILVA, 2015, p. 1070, grifos nossos).

E o trabalho enquanto princípio educativo “remete à relação entre trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2009, p. 408).

Isto consiste em aproximar o trabalhador de seu próprio fazer, levando este a um estado de consciência sobre o que produz e qual o valor social do produto do seu trabalho. De posse dessa consciência, o trabalhador liberta-se de seu estado de alienação frente ao seu opressor, o que possibilita a busca por uma troca mais justa entre o valor do produto e o valor do trabalho, visto que, “nas sociedades capitalistas, a transformação do produto do trabalho de valor de uso para valor de troca, apropriado pelo dono dos meios de produção, conduziu à formação de uma classe trabalhadora expropriada dos benefícios da riqueza social e dos saberes que desenvolve” (CIAVATTA, 2009, p. 415).



Muitos indivíduos veem na atividade empreendedora a chave para a libertação deste sistema opressor gerado pelo capitalismo. Isto se dá devido aos reflexos do momento social e econômico brasileiro, com uma alta taxa de desemprego nos meios formais e crescimento exponencial da pobreza, acarretando incertezas sobre a capacidade e a qualidade de geração de renda nos indivíduos e alimentando a ideia, romantizada pelo neoliberalismo econômico, sobre o individualismo como forma de superação das intempéries da vida, na forma de empreendedorismo.

Os sujeitos que foram, de alguma maneira, atingidos pelos problemas econômicos e sociais impostos pelo sistema capitalista, veem-se convidados a buscar outras formas de gerar sua própria renda por meio do empreendedorismo. Pois “o conceito de empreendedorismo na contemporaneidade da sociedade de mercado é exatamente esta associação entre ação empreendedora e uma adaptação do trabalhador à nova ordem do capital” (ESTEVEZ, 2011, p.242), o que só contribui para o crescente número de empreendedores individuais existentes no Brasil. Estes dados são mais bem expostos na sessão seguinte.

Fique sabendo

Números e curiosidades sobre o empreendedorismo



Ao observar o perfil dos quase 54 milhões de brasileiros empreendedores em 2019, de acordo com a faixa de renda, constatamos que a maioria se encontra dentre as “duas [menores] faixas de renda, até 2 salários mínimos, [...] um contingente de quase 14 milhões de pessoas envolvidas com atividades relacionadas à criação ou estruturação de novos negócios (empreendedorismo inicial)” (GEM, 2019, p.16).

Isto reflete que, mesmo o Brasil sendo um dos países com maior taxa de empreendedores no mundo, “essas ações mobilizam-se entre as classes menos favorecidas, dado o alto percentual de desemprego e a frágil proteção social” (ESTEVES, 2014, p. 242).

REVENDO O QUE APRENDI

ATIVIDADE

O momento é agora. Seja sua melhor versão!

1 - Empreendedorismo - situação-problema

Materiais necessários: Acesso à internet, lápis, canetas e papel.

Condições necessárias para realização da atividade: possibilidade de reunir grupos (presencialmente ou a distância).

Desenvolvimento: Reunir a turma em grupos; solicitar que os discentes pesquisem nos smartphones as características sociais de algum bairro ou localidade da cidade. Em seguida, propor que os grupos desenvolvam uma ideia inovadora de negócio que pudesse ser bem-sucedido naquele local. As ideias deverão ser apresentadas na aula seguinte para os demais colegas da turma, acompanhadas de justificativas que sustentem o sucesso (ou não) do novo negócio. Os próprios discentes ouvintes deverão avaliar se a ideia é passível de sucesso ou não.



INDO ALÉM

*TEXTOS E VÍDEOS
COMPLEMENTARES*

Brasil, o país dos empreendedores



Disponível em: <https://youtu.be/4QTfOfFATR4>

Oficina II

DISTINGUINDO OS ATORES – PERFIL
EMPREENDEDOR E TIPOS DE
EMPREENDEDORISMO

TROCANDO IDEIAS
Provocações iniciais

Perfil Empreendedor



PONTO DE PARTIDA

Quais as características de um empreendedor?

Um empreendedor comum tem habilidades, competências e postura arrojadas, como ter iniciativa, ser participativo, criativo, focado, habilidoso, saber interagir com diversos setores da sociedade, ser profissional, engajado, determinado, entre outros (OLIVEIRA, 2004).

Trata-se de um sujeito individualista, que visa tão somente à expansão de determinada atividade econômica, explorando novos produtos, na busca desenfreada pelo lucro para sua subsistência e o de seu empreendimento.

Contudo, os empreendedores nem sempre têm os mesmos objetivos, relacionados ao lucro individual, iguais aos empreendedores comuns. O empreendedor social é um sujeito que almeja, por meio da produção de bens e serviços, beneficiar não somente a si, mas também a comunidade de forma geral, trazendo desenvolvimento coletivo e emancipação dos sujeitos.

Estes têm características semelhantes aos empreendedores comuns, sendo igualmente habilidosos, competentes, participativos, determinados, engajados e dotados de ideias inovadoras que visam transformar o mundo à sua volta.

Investigando o Assunto

O PERFIL EMPREENDEDOR: DA MOTIVAÇÃO ÀS IDEIAS INOVADORAS

Partindo de uma ampla base de pesquisa acerca do perfil empreendedor encontrada na literatura, Schmidt; Bohnenberger (2009) elaboraram uma tabela contendo as principais características atitudinais que sugerem quais seriam as características do empreendedor, como visto abaixo.

Quadro 1 - características atitudinais dos empreendedores

CARACTERÍSTICAS ATITUDINAIS	PERFIL DETALHADO
Auto eficaz	Tem autocontrole de suas emoções e ações cognitivas.
Assume riscos calculados	Capacidade de variáveis e assumir responsabilidades sobre seus atos em busca de seus objetivos.
Planejador	Preparado para o futuro.
Detecta oportunidades	Atento às mudanças e às informações abstratas do mercado.
Persistente	Determinado, intenso, focado.
Sociável	Sabe interagir com as pessoas, seja presencialmente ou pelas redes sócias.
Inovador	Atento às necessidades e demandas do mercado.
Líder	Influencia pessoas a aderirem às suas ideias.

Fonte: Schmidt; Bohnenberger, 2009.

Ampliando os horizontes

Os diferentes tipos de empreendedorismo

Por mais que os perfis dos empreendedores comuns e empreendedores sociais sejam bastante parecidos, diferindo em seus objetivos e motivações, é importante ressaltar as diferenças existentes dentre as esferas de atuação destes indivíduos. Abaixo, temos um quadro comparativo dentre os tipos de empreendedorismo encontrados.

Quadro 2 – Recorte das diferenças entre empreendedores comuns e sociais

<p>Empreendedorismo empresarial</p> <ol style="list-style-type: none">1- É individual;2- Produz bens e serviços;3- Tem o foco no mercado;4- Sua medida de desempenho é o lucro;5- Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.
<p>Empreendedorismo social</p> <ol style="list-style-type: none">1- Coletivo;2- Produz bens e serviços à comunidade;3- Tem o foco na busca de soluções para problemas sociais;4- Sua medida de desempenho é o impacto social;5- Visa respeitar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Fonte: Oliveira, 2004.

Fique sabendo

As diferenças entre um empreendedor e um administrador



Um das principais diferenças entre administradores e empreendedores é o caráter visionário encontrado nos empreendedores. Apesar da similaridade das funções, um administrador não é regido por seus instintos e preza sempre pela previsibilidade e segurança, enquanto os empreendedores ousam na busca por inovações que impactem o mercado.

Segundo Dornelas (2008), as diferenças entre administradores e empreendedores estão ancoradas em cinco distintas dimensões do negócio, que são a orientação estratégica, a análise das oportunidades, o comprometimento e o controle dos recursos e a estrutura de gerência do negócio. Em todas estas dimensões, o empreendedor bem-sucedido tem maior liberdade de atuação, enquanto o administrador apresenta maior controle sobre as possíveis instabilidades que possam ser encontradas.

REVENDO O QUE APRENDI

ATIVIDADE

A vida é passageira. Faça o máximo!

2 - Perfil empreendedor - Desenvolvimento de projeto

Materiais necessários: Dispositivo móvel com acesso à internet (smartphone, tablet ou notebook), lápis, canetas e papel.

Condições necessárias para realização da atividade: possibilidade de reunir grupos (presencialmente ou a distância).

Desenvolvimento:

Disponibilizar para os discentes um quiz sobre perfil empreendedor (sugestão: <https://gshow.globo.com/realities/o-plano-e-esse/quiz/qual-seria-o-seu-perfil-de-empendedor-faca-o-teste-e-descubra.ghtml>) e solicitar que estes respondam às questões. Após a realização do quiz, pedir que os discentes leiam em voz alta e de forma ordenada o perfil empreendedor obtido por meio da realização do quiz e ir formando grupos de acordo com as características de cada um (esses grupos não devem ultrapassar o número máximo de 5 integrantes; se existirem mais de 5 discentes com mesmo perfil, fazer mais de um grupo). A partir disto, sugerir que os grupos desenvolvam uma nova ideia de negócio inovador, mas que agora leve em consideração o perfil empreendedor predominante do grupo. Outro desafio que pode ser feito é sugerir que esta ideia tenha um potencial de transformação social. As ideias deverão ser amadurecidas durante a semana e finalizadas na aula seguinte.



INDO ALÉM

*TEXTOS E VÍDEOS
COMPLEMENTARES*

Perfil empreendedor



Disponível em: <https://youtu.be/ARYqzdvicQ0>

Oficina III

FAZENDO A DIFERENÇA – O
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA
PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
COLETIVA

TROCANDO IDEIAS

Provocações iniciais



PONTO DE PARTIDA

Como criar um empreendimento social capaz de transformar a sociedade?

A resposta para tal problemática está relacionada com o advento do empreendedorismo social, surgido “como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento, que inclua os aspectos humano, social e econômico, e que seja, portanto, sustentável” (ESTEVES, 2011, p.244).

O empreendedorismo social emerge da necessidade coletiva por meio da figura do empreendedor social, uma “liderança capaz de reunir recursos individuais, privados e coletivos para viabilizar o desenvolvimento e a implantação de soluções aos problemas sociais crônicos” (BOSE, 2012, p.35).

Sendo assim, o empreendedorismo social torna-se uma ferramenta capaz de despertar a emancipação dos sujeitos, como também se revela uma forma de enfrentamento da pobreza e dos problemas sociais no contexto do mundo capitalista.



Investigando o Assunto

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O Empreendedorismo Social caracteriza-se por poder se organizar como uma instituição sem fins lucrativos, visando atender às demandas da sociedade, com semelhanças e diferenças das organizações sem fins lucrativos, pois, embora os empreendimentos sociais não visem ao lucro como finalidade, podem, sim, gerar lucros e revertê-los para o seu funcionamento (LAURETT et al 2018).

O empreendedor social mantém semelhanças com um empreendedor comum, pois ambos são sujeitos que têm habilidades, competências e posturas semelhantes, tais como ter iniciativa, ser participativo, criativo, focado, habilidoso, saber interagir com diversos setores da sociedade, ser profissional, engajado, determinado, entre outros (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, há diferenças no modo de produção, no foco e na finalidade de seus empreendimentos, que são extremamente opostos. Para entender melhor estas diferenças, segue um quadro contendo as principais diferenças existentes entre o empreendedor comum e o empreendedor social, retirado da obra de Oliveira (2004, p.13).

Ampliando os horizontes

Exemplos de sucesso

São muitos os exemplos de sucesso relacionados ao implemento e à gestão de empreendimentos sociais. Dentre estes, destaca-se o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, o GRAAC, fundado em 1991. Trata-se de uma iniciativa do oncologista pediátrico Antonio Sérgio Petrilli, que tem desempenhado importante papel na luta contra o câncer infantil no Brasil. O Empreendimento Social já tratou mais de 5 mil crianças e adolescentes, apresentando uma taxa de cura que fica em torno de 70%, funcionando com base em um rigoroso sistema de gestão e atendimento que envolve pesquisadores de universidades, iniciativa privada e sociedade.

Veja o vídeo abaixo e conheça outros empreendimentos sociais de sucesso no Brasil e no Mundo.

Exemplos de Empreendimentos Sociais de sucesso



Disponível em: <https://youtu.be/8ZuNpm6Yl8U>

Fique sabendo

Passo a passo para criar um projeto social



Criar um projeto que gere um empreendimento social de sucesso não é uma tarefa das mais fáceis. Além de ter um perfil empreendedor, os candidatos a seguir essa jornada precisam ficar atentos para não cair nas armadilhas do capitalismo neoliberal. Para melhor compreender as etapas da criação de um projeto social, fiquem atentos ao vídeo abaixo.

Disponível em: <https://youtu.be/FcpztqeQXSM>

REVENDO O QUE APRENDI

ATIVIDADE

A vida é passageira. Faça a diferença na vida de alguém!

3 - Empreendedorismo social - desenvolvimento de projeto - plano de negócios com viés social

Materiais necessários: Dispositivo móvel com acesso à internet (smartphone, tablet ou notebook), lápis, canetas e papel.

Condições necessárias para realização da atividade: possibilidade de reunir grupos (presencialmente ou a distância).

Desenvolvimento:

De posse das ideias inovadoras com potencial de transformação social elaboradas na última aula e após o debate de ideias acerca do empreendedorismo social, sugerir que os discentes elaborem um plano de negócios de um empreendimento social. Os grupos podem apresentar este plano no mesmo dia ou elaborá-lo com mais tempo e apresentar na aula seguinte. O processo de avaliação será por meio de debate de ideias entre os próprios discentes.



INDO ALÉM

TEXTOS E VÍDEOS COMPLEMENTARES

O que é empreendedorismo social?



Disponível em: <https://youtu.be/Hky6MM9yH44>

Referências

BOSE, Mônica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. 2012. 128 f. Tese (Doutorado em Administração) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**, v. 2, p. 408-415, 2009.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Elsevier Brasil, 2008.

ESTEVES, Alex Gomes. Economia solidária e Empreendedorismo Social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. **O Social em Questão**. Ano XIV, n. 25/26, p. 237-260, 2011.

IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo**. IBGE. Rio de Janeiro, 2019.

KAPLÚN, Gabriel. Material Educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**. São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://iesc.pro.br/wpcontent/uploads/2017/06/ANAIS-SNIJC-2017-27-07-ok.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

LAURETT, Rozélia et al. Empreendedorismo social e hibridismo: iguais, similares ou Diferentes? **Revista de Administração de Roraima**, Roraima, v. 8, n. 2, p. 379-399, jul/dez, 2018. Disponível em: <http://revista.ufrb.br/index.php/adminrrr/> Acesso em 05 jan. 2020.

MOURA, Dante Henrique. A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 875-894, 2010.

MONITOR, GEM Global Entrepreneurship. **Empreendedorismo no Brasil**: relatório executivo. Curitiba: IBPQ. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%3%b3rio%20Executivo%20Empreendedoris%20no%20Brasil%202019.pdf> Acesso em 21 de set. de 2019.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios—notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

SCHMIDT, Serje; BOHNENBERGER, Maria Cristina. Perfil empreendedor e desempenho organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 450-467, 2009.

APÊNDICE B
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - DISCENTES

GUIA DE ENTREVISTA

Nome da Pesquisa: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL.

Pesquisadora responsável: Jefferson Nascimento dos Anjos

1 – O EMPREENDEDORISMO	
1 – Qual é a sua concepção sobre empreendedorismo?	
2 – Você já estudou sobre empreendedorismo em algum lugar?	
3 – Na sua opinião, qual é a finalidade de um empreendimento?	
2 – O EMPREENDEDORISMO E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	
4 – Você sabe o que é educação humana integral?	
5 – Como você acha que o estudo sobre empreendedorismo pode contribuir com a sua formação?	
6 – Você acha que o que você viu até aqui dentro da disciplina de empreendedorismo é suficientemente capaz de promover uma educação humana integral?	
3 – O EMPREENDEDORISMO SOCIAL	
7 – Você acha possível haver um empreendimento que não vise lucros?	
8 – Como seria, na sua concepção, o funcionamento de um empreendimento que não gerasse lucros?	

9 – Você abriria um empreendimento sem fins lucrativo? Justifique sua resposta.	
---	--

APÊNDICE C
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - DOCENTE

GUIA DE ENTREVISTA 2

Nome da Pesquisa: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL.

Pesquisadora responsável: Jefferson Nascimento dos Anjos

1 - O EMPREENDEDORISMO E FORMAÇÃO ACADÊMICA	
1 – Qual é a sua formação acadêmica? Durante sua formação acadêmica, você estudou sobre empreendedorismo?	
2 – Que relações sua formação tem com o empreendedorismo?	
3 – Na sua opinião, qual é a finalidade de um empreendimento?	
2 – O EMPREENDEDORISMO E A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	
4 – Você conhece educação humana integral?	
5 – Como você acha que o estudo sobre empreendedorismo pode contribuir com a formação humana integral dos discentes?	
6 – Você acha que os objetivos, o conteúdo e a metodologia do plano de curso referente ao componente curricular de empreendedorismo em contabilidade do IFPB, contribuem para uma formação humana integral dos sujeitos envolvidos?	
3 – O EMPREENDEDORISMO SOCIAL	
7 – Você conhece, trabalha ou pretende trabalhar o conceito de empreendedorismo social dentro do componente curricular de empreendedorismo?	

8 – Se sim, como este conceito é disposto dentro do plano de ensino do componente curricular?	
9 – Quais as estratégias de ensino você utiliza para abordar os conceitos de empreendedorismo e empreendedorismo social durante as aulas?	
10 – Você teria alguma sugestão para aprimorar as estratégias de ensino em empreendedorismo, se utilizando dos conceitos de empreendedorismo social?	

APÊNDICE D
RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Atividade de encerramento da oficina "O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade".

4 respostas

[Publicar análise](#)

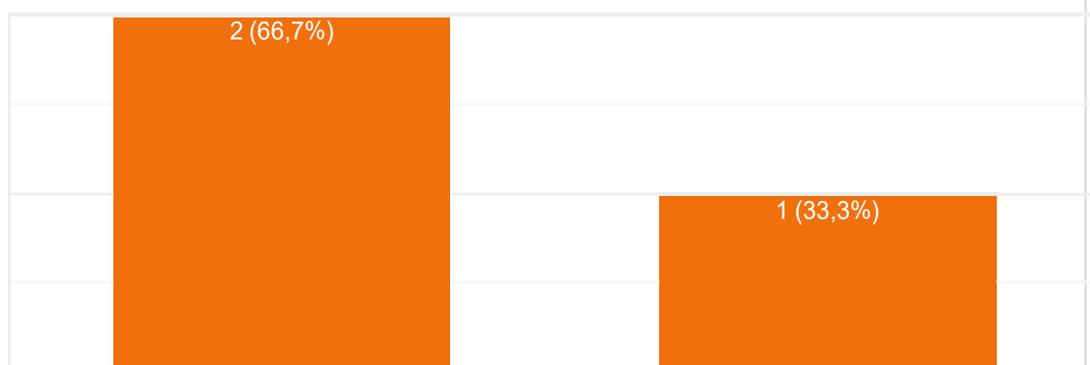
Nome (opcional)

3 respostas

2

1

0



Avaliação do conteúdo da oficina

Após a oficina "O empreendedorismo social: transformação e emancipação social com lucratividade", defina, em suas palavras, o que é Empreendedorismo social?

4 respostas

Seria uma forma de negócios que visa ajudar a sociedade sem pensar em meio lucrativo

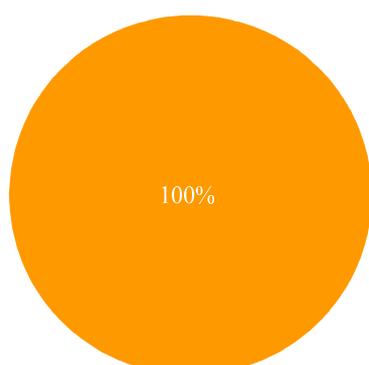
Empreendedorismo social se concentra na ideia de torna um bem ou serviços, de forma inovadora, com o objetivo de levar lucratividade para a comunidade, fazendo assim, queos mesmos busquem independência financeira, rentável, etc... por meio do projeto aplicado.

Seria uma forma de negócio que busca contribuir pra sociedade pode ser sem lucratividade.

É a atividade que consiste em desenvolver um negócio inovador, que não vise apenas olucro individual, mas também o desenvolvimento dos membros participantes do empreendimento e com retorno par aa sociedade que o rodeia.

De acordo com o que você aprendeu hoje, qual das afirmações sobre empreendedorismo social apresentadas abaixo, você julga estar INCORRETA?

4 respostas

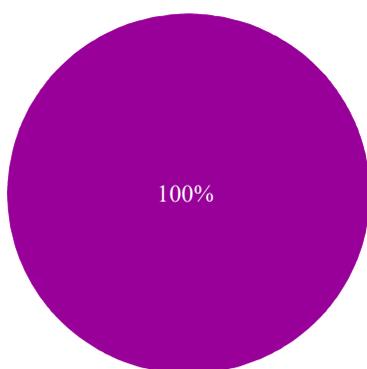


- Todo empreendimento social deve gerar impacto social
- Empreendimentos sociais podem gerar lucros
- Empreendimentos sociais são o mesmo que instituições filantr...
- Os empreendimentos sociais precisam ser autossustentáveis
- Os empreendimentos sociais devem ser inovadores



Dos exemplos de ações listadas abaixo, qual você acredita que se enquadre melhor como uma ação empreendedora social?

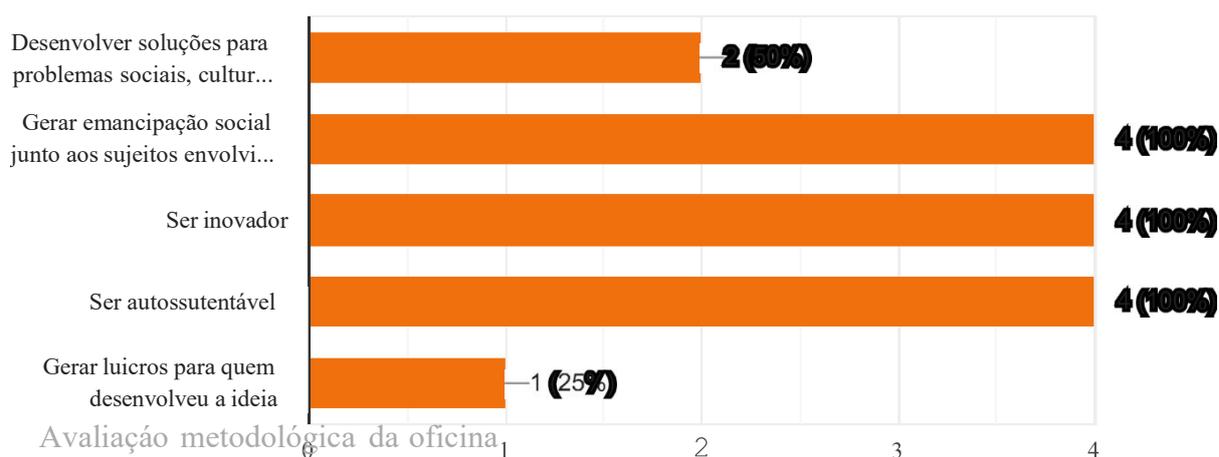
4 respostas



- @ Campanha de distribuição de cobertores no inverno
- @ Campanha Natal Solidário @ Criança Esperança
- @ Bolsa família
- @ Sereias da Penha

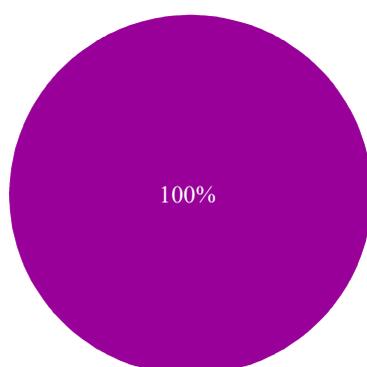
Marque dentre as características descritas abaixo, as que você considere primordiais em um empreendimento social.

4 respostas



Qual a sua avaliação sobre a proposta pedagógica adotada pelos pesquisadores na abordagem da temática "Empreendedorismo Social" junto à turma?

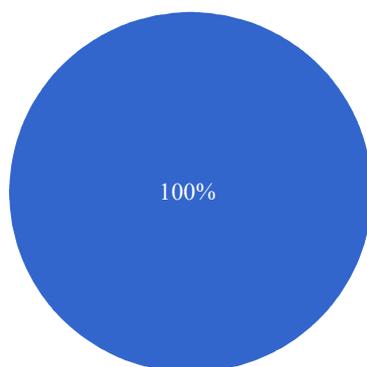
4 respostas



- @ Péssima
- @ Ruim
- Regular
- @ Boa
- @ Ótima

Você acredita que a inserção das oficinas temáticas melhoraria o aprendizado de temáticas ligadas ao Empreendedorismo?

4 respostas



- @ Sim
- Não
- Talvez
- @ Não sei ou não quero responder

Você acredita que a temática da oficina contribuiu de forma positiva para sua formação? Justifique sua resposta.

4 respostas

Sim, nao sabia sobre essa temática agora sei

Sim, entender a tema é muito importante, quanto no âmbito educacional, quanto a formação social... Atualmente, ao ligarmos com a situação atual brasileira, é fundamental pensarmos em projetos e ideias para ajudar o próximo de forma inovadora.

Sim, não sabia muito sobre empreendedorismo social com a oficina aprendi.

Sim, despertou um olhar social que não conhecia.

O que ajudaria a melhorar a aula de hoje?

4 respostas

Foi ótima não tenho sugestões acho que está muito bom assim.

Interação.Existe uma plataforma muito interessante, Join a presentation, você pode apresentar os slides e fazer dinâmicas ao mesmo tempo, acredito que agregará muito na interação entre o professor e estudante.

Acho que foi ótima os vídeos bem interessantes acho que não tenho nenhuma sugestão a mais pra melhoria

Ser presencial

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)



APÊNDICE E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: _____

Título do Projeto: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL.

Este termo de consentimento pode conter palavras que o senhor (a) não entenda peça ao entrevistador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL e será desenvolvido por Jefferson Nascimento dos Anjos, discente do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT sob orientação do Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira, docente efetivo do Instituto Federal da Paraíba.

O principal objetivo desta pesquisa é de implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, visando uma formação empreendedora de caráter social.

Quanto aos benefícios com a pesquisa, esta poderá contribuir, através do incentivo à outras ações futuras e com a elevação do debate teórico à cerca dos empreendimentos sociais, com a disseminação de práticas educativas, que tenham enfoque na formação humana integral, politécnica ou omnilateral dos sujeitos, através do desenvolvimento de ações empreendedoras sociais; gerar conhecimento sobre os desafios encontrados para desenvolver novas práticas educativas; permitir o desenvolvimento de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas educativas de caráter humano integral a partir da realidade evidenciada na pesquisa; subsidiar discussões sobre o nível de trabalho desenvolvido; e extrapolar os resultados para outros *campus* da Paraíba detectando possíveis diferenças entre subgrupos.

Com a concordância na participação deste estudo haverá a necessidade do adolescente sob sua responsabilidade preencher o formulário com as questões que compõem a pesquisa.

De acordo com a resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados, desta forma identificamos como riscos com os fatores de origem psicológica, intelectual e emocional, tais como:

- a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- b. Desconforto devido a invasão de privacidade por responder a questões sensíveis;

- c. Medo e perda do autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- d. Vergonha de ser discriminação e estigmatizado a partir do conteúdo revelado;
- e. Estresse;
- f. Receio de quebra de sigilo e divulgação de dados confidenciais;

No entanto, caso venham a ocorrer para minimizar os danos os pesquisadores irão tomar as seguintes medidas e providências:

- Assumir o compromisso de comunicar aos setores médicos sobre a ocorrência de desconforto.
- Garantir que os pesquisadores são habilitados ao método de coleta dos dados;
- Garantir a divulgação pública dos resultados e o acesso aos resultados individuais e coletivos (protegendo a identificação dos participantes);
- Garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados, exclusivamente, para a finalidade prevista no seu protocolo e conforme acordado no TCLE;
- Garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, vias, rasuras);
- Minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões que julgar constrangedoras;
- Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro;
- Assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa devidamente comprovado, os pesquisadores garantem indenizá-lo com recursos próprios, mediante depósito em conta-corrente por todo e qualquer gasto ou prejuízo em decorrência da pesquisa.

Tendo em vista os riscos de contaminação da COVID-19, iremos adotar o seguinte protocolo na coleta dos dados:

O questionário será aplicado de forma digital e o pesquisador irá entrar em contato com os envolvidos para agendar data e horário para a realização da entrevista através da plataforma google meet, onde além do tema gerador (Formação empreendedora social) serão explicados a importância desse tema, os procedimentos para a realização da pesquisa, bem como os benefícios pós a realização do levantamento dos dados. Por se tratar de uma pesquisa de forma remota solicitamos a autorização para a gravação da mesma e informamos que a mesma será excluída após a transcrição das informações.

Os documentos necessários para a autorização para participação na pesquisa TALE - Termo de Assentimento e o TCLE - Termo de Consentimento Livre e esclarecido serão enviados devidamente assinados pelo pesquisador responsável para os participantes através de email, onde os mesmos terão o livre arbítrio em concordar ou não com a participação nesta pesquisa. No caso de aceite os participantes deverão responder ao email com o documento devidamente assinado; Na impossibilidade da assinatura o retorno do documento através do email deverá vir com o texto informando que o participante concorda com a participação na pesquisa e registra o nome completo e o número de um documento pessoal (RG) ou (CPF).

Solicitamos ainda sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação, publicando-os em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome do adolescente será mantido em sigilo.

Esclarecemos que a participação do adolescente no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) ou o adolescente não receberá nenhuma compensação financeira por essa participação. Caso decida não autorizar a participação do adolescente nesse estudo, ou o mesmo resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não haverá nenhum prejuízo a vossa senhoria. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esclarecemos que esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), e será realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas na resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB: Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Localizada na Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe - João Pessoa/PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: segunda à sexta, das 12h às 18h.

Em caso de dúvidas, favor encaminhar para eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para a participação do adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do participante

Assinatura da Testemunha



Impressão Datiloscópica

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira

Telefone: (83) 98693-9443.– Email: alyssonandreregis@hotmail.com

Atenciosamente,

Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira - Pesquisador Responsável
Observação: Como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta-se em mais de uma lauda, as demais serão rubricadas pelo pesquisador responsável do estudo.

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: _____

Título do Projeto: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL.

Este termo de consentimento pode conter palavras que o senhor (a) não entenda peça ao entrevistador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL e será desenvolvido por Jefferson Nascimento dos Anjos, discente do curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT sob orientação do Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira, docente efetivo do Instituto Federal da Paraíba.

O principal objetivo desta pesquisa é de implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, visando uma formação empreendedora de caráter social.

Quanto aos benefícios com a pesquisa, esta poderá contribuir, através do incentivo à outras ações futuras e com a elevação do debate teórico à cerca dos empreendimentos sociais, com a disseminação de práticas educativas, que tenham enfoque na formação humana integral, politécnica ou omnilateral dos sujeitos, através do desenvolvimento de ações empreendedoras sociais; gerar conhecimento sobre os desafios encontrados para desenvolver novas práticas educativas; permitir o desenvolvimento de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas educativas de caráter humano integral a partir da realidade evidenciada na pesquisa; subsidiar discussões sobre o nível de trabalho desenvolvido; e extrapolar os resultados para outros *campus* da Paraíba detectando possíveis diferenças entre subgrupos.

Com a concordância na participação deste estudo haverá a necessidade do adolescente sob sua responsabilidade preencher o formulário com as questões que compõem a pesquisa.

De acordo com a resolução N° 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados, desta forma identificamos como riscos com os fatores de origem psicológica, intelectual e emocional, tais como:

- a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- b. Desconforto devido a invasão de privacidade por responder a questões sensíveis;

- c. Medo e perda do autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- d. Vergonha de ser discriminação e estigmatizado a partir do conteúdo revelado;
- e. Estresse;
- f. Receio de quebra de sigilo e divulgação de dados confidenciais;

No entanto, caso venham a ocorrer para minimizar os danos os pesquisadores irão tomar as seguintes medidas e providências:

- Assumir o compromisso de comunicar aos setores médicos sobre a ocorrência de desconforto.
- Garantir que os pesquisadores são habilitados ao método de coleta dos dados;
- Garantir a divulgação pública dos resultados e o acesso aos resultados individuais e coletivos (protegendo a identificação dos participantes);
- Garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados, exclusivamente, para a finalidade prevista no seu protocolo e conforme acordado no TCLE;
- Garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, vias, rasuras);
- Minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões que julgar constrangedoras;
- Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro;
- Assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa devidamente comprovado, os pesquisadores garantem indenizá-lo com recursos próprios, mediante depósito em conta-corrente por todo e qualquer gasto ou prejuízo em decorrência da pesquisa.

Tendo em vista os riscos de contaminação da COVID-19, iremos adotar o seguinte protocolo na coleta dos dados:

O questionário será aplicado de forma digital e o pesquisador irá entrar em contato com os envolvidos para agendar data e horário para a realização da entrevista através da plataforma google meet, onde além do tema gerador (Formação empreendedora social) serão explicados a importância desse tema, os procedimentos para a realização da pesquisa, bem como os benefícios pós a realização do levantamento dos dados. Por se tratar de uma pesquisa de forma remota solicitamos a autorização para a gravação da mesma e informamos que a mesma será excluída após a transcrição das informações.

Os documentos necessários para a autorização para participação na pesquisa TALE - Termo de Assentimento e o TCLE - Termo de Consentimento Livre e esclarecido serão enviados devidamente assinados pelo pesquisador responsável para os participantes através de email, onde os mesmos terão o livre arbítrio em concordar ou não com a participação nesta pesquisa. No caso de aceite os participantes deverão responder ao email com o documento devidamente assinado; Na impossibilidade da assinatura o retorno do documento através do email deverá vir com o texto informando que o participante concorda com a participação na pesquisa e registra o nome completo e o número de um documento pessoal (RG) ou (CPF).

Solicitamos ainda sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação, publicando-os em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome do adolescente será mantido em sigilo.

Esclarecemos que a participação do adolescente no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) ou o adolescente não receberá nenhuma compensação financeira por essa participação. Caso decida não autorizar a participação do adolescente nesse estudo, ou o mesmo resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não haverá nenhum prejuízo a vossa senhoria. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Esclarecemos que esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), e será realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas na resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB: Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Localizada na Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe - João Pessoa/PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: segunda à sexta, das 12h às 18h.

Em caso de dúvidas, favor encaminhar para eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para a participação do adolescente sob minha responsabilidade na pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do participante

Assinatura da Testemunha



Impressão Datiloscópica

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira

Telefone: (83) 98693-9443.– Email: alyssonandreregis@hotmail.com

Atenciosamente,

Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira - Pesquisador Responsável
Observação: Como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresenta-se em mais de uma lauda, as demais serão rubricadas pelo pesquisador responsável do estudo.

APÊNDICE G

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM BUSCA DE UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, POLITÉCNICA OU OMNILATERAL.

Pesquisador: Jefferson Nascimento dos Anjos, sob orientação do Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira.

Local da Pesquisa: Instituto Federal da Paraíba

O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, de ambos os gêneros, com idade entre 14-18 anos, para participar de um projeto de pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações necessárias.

Este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO pode ser que contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Informações ao Participante da pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é de implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, visando uma formação empreendedora de caráter social, ou seja, criar ações que visem melhorar as aulas, tornando estas mais participativas e dinâmicas, implantando a estas aulas, iniciativas de caráter social ao conteúdos das aulas de empreendedorismo.

Dentro os objetivos específicos serão traçados: a) revisar o contexto histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil e a busca por uma educação humana integral, politécnica ou omnilateral, ou seja, ler e discutir textos que tratem do tema; b) analisar o plano de ensino da disciplina (empreendedorismo ou formação empreendedora), ressaltando o que há na abordagem sobre o empreendedorismo social, em outras palavras, analisar o que foi pensado pelos professores para a disciplina de empreendedorismo; c) comparar os conceitos de empreendedorismo comum e empreendedorismo social, confrontando-os com as concepções trazidas pelos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, nesta parte, confrontaremos o que se sabe sobre as modalidades de empreendedorismo com a visão trazida pelos estudantes durante as entrevistas; d) formatar um ciclo de oficinas, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, sobre a formação empreendedora social, aqui criaremos oficinas, ou seja, aulas temáticas sobre empreendedorismo social; e) aplicar oficinas educativas sobre a temática do empreendedorismo social junto aos discentes do curso integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, as oficinas criadas a partir das necessidades observadas nas entrevistas, serão agora aplicadas durante as aulas de empreendedorismo para a turma; f) identificar as relações existentes entre as práticas educativas das oficinas e o processo de formação dos sujeitos envolvidos, por fim, o pesquisador irá avaliar como foi o desenvolvimento das oficinas e se estas alcançaram os objetivos da pesquisa.

Informamos ainda que nessa pesquisa identificamos como riscos com os fatores de origem psicológica, intelectual; emocional, tais como:

- a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, você pode se sentir incomodado com alguma pergunta;
- b. Desconforto devido a invasão de privacidade por responder a questões sensíveis, alguns temas podem tocar em temas delicados;
- c. Medo e perda do autocontrole ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, você pode falar algo sem pensar e com isso ter um descontrole de pensamentos;
- d. Vergonha de ser discriminado e estigmatizado a partir do conteúdo revelado, ou seja, você pode sentir-se envergonhado com o teor das suas respostas a determinadas perguntas;
- e. Estresse, a entrevista pode se tornar cansativa;
- f. Receio de quebra de sigilo e divulgação de dados confidenciais, tais como nome, idade e documentos pessoais;

No entanto, caso venham a ocorrer algum dos riscos citados acima, para minimizar os danos os pesquisadores irão tomar as seguintes medidas e providências:

- Assumir o compromisso de comunicar aos setores médicos do IFPB sobre a ocorrência de desconforto.
- Garantir que os pesquisadores são habilitados ao método de coleta dos dados, ou seja, estamos preparados para coletar os dados, sem que haja quebra de sigilo.
- Garantir a divulgação pública dos resultados e o acesso aos resultados individuais e coletivos (protegendo a identificação dos participantes), isto significa que, apenas os resultados (o conteúdo das entrevistas) serão divulgados ao público, sem a identificação de nenhum dado pessoal, tais como nome, idade ou documentos, dos participantes da pesquisa.
- Garantir a não violação e a integridade dos documentos, todos os arquivos pessoais decorrentes da pesquisa serão arquivados em dispositivo móvel (HD externo) evitando assim acesso de hackers e ainda estarão sob segurança de aplicativo de criptografia com senha, evitando assim acesso de terceiros ao conteúdo da pesquisa.
- Minimizar desconfortos, garantindo liberdade para não responder questões que julgar constrangedoras, sendo assim, a qualquer momento a entrevista poderá ser interrompida, se assim o entrevistado solicitar.

Caso o participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa devidamente comprovado, tais como gastos desnecessários e qualquer tipo de acidente ocasionado pela participação desta pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo com recursos próprios, mediante depósito em conta-corrente por todo e qualquer gasto ou prejuízo em decorrência da pesquisa.

A sua participação é voluntária e caso você escolha por não participar da pesquisa não terá nenhum prejuízo no seu atendimento e/ou tratamento, sendo assim, mesmo que assine este documento, você não é obrigado a participar da pesquisa, caso se arrependa, como também, não sofrerá qualquer punição se resolver não participar.

Contato para dúvidas

Se você ou os responsáveis por você tiver (em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar o pesquisador responsável, Professor Dr. Alysson André Régis Oliveira, por meio do celular (83) 98693-9443.

Esclarecemos que esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), e será realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas na resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato

com o CEP-IFPB: Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Localizada na Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe - João Pessoa/PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: segunda à sexta, das 12h às 18h.

Em caso de dúvidas, favor encaminhar para eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO.

Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento DE ASSENTIMENTO INFORMADO, cujo projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.

NOME DO SUJEITO DA PESQUISA

ASSINATURA

DATA

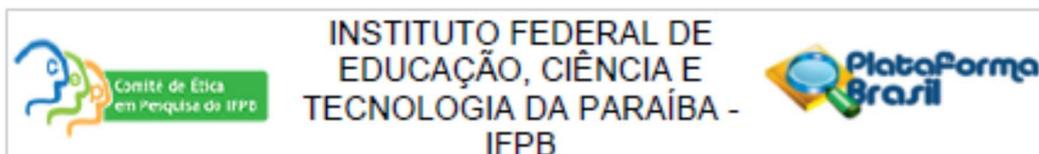
Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira

Pesquisador Responsável

Observação: Como o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido apresenta-se em mais de uma lauda, as demais serão rubricadas pelo pesquisador responsável do estudo.

APÊNDICE H

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A FORMAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: práticas educativas em busca de uma formação humana integral, politécnica ou omnilateral

Pesquisador: JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52535721.7.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.127.159

Apresentação do Projeto:

Vivemos em uma sociedade refém do modelo de produção capitalista, que desde o seu surgimento é criticado devido a sua capacidade de gerar desigualdades dentre as estratificações sociais. Acreditamos que a educação é a única arma de combate eficaz na luta contra essa desigualdade social, contudo, os interesses do capital acabaram por tomar essa ferramenta de luta para si, fazendo da educação um instrumento de reprodução do próprio capital. Visto isso, o objetivo deste trabalho é implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB, visando uma formação empreendedora de caráter social, por meio de oficinas temáticas educativas. Para alcançar o objetivo proposto acima, algumas conjecturas precisam ser adotadas. Neste trabalho realizaremos um breve resgate histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, partindo de sua a gênese até os seus dias atuais, discutindo seus conceitos, princípios, fundamentos e finalidade. Na sequência ponderaremos sobre as práticas educativas pautadas sobre os conceitos de formação humana integral, politécnica ou omnilateral. Finalmente, nos debruçaremos sobre as características do empreendedorismo social, o conceituando e diferenciando do empreendedorismo comum ou empresarial e discutindo como tal modalidade pode influenciar na formação humana integral dos indivíduos. As discussões

Endereço: Avenida João da Mata, 256

Bairro: Jaguaribe

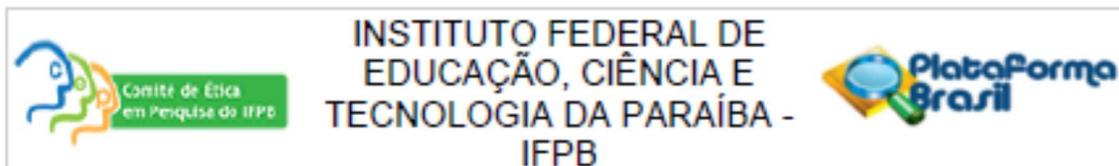
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

teóricas fomentadas acima, servirão de base para a elaboração de um produto educacional que, aplicado junto aos discentes do curso integrado de contabilidade do IFPB, buscará levar a estes uma prática educativa baseada numa formação humana integrada, politécnica ou omnilateral.

Objetivo da Pesquisa:

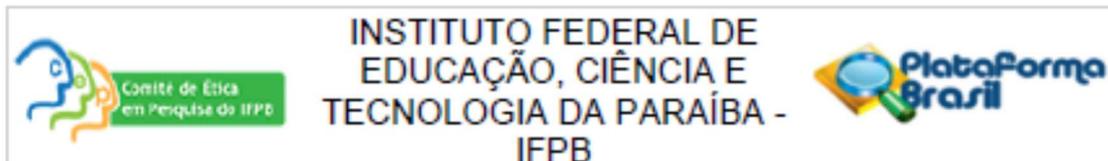
Objetivo Primário:

Implantar ações educativas, dentro uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, junto aos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João PessoaPB, visando uma formação empreendedora de caráter social.

Objetivos Secundários:

- a) revisar o contexto histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil e a busca por uma educação humana integral, politécnica ou omnilateral;
- b) analisar o plano de ensino da disciplina (empreendedorismo ou formação empreendedora), ressaltando o que há na abordagem sobre o empreendedorismo social;
- c) comparar os conceitos de empreendedorismo comum e empreendedorismo social, confortando-os com as concepções trazidas pelos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB;
- d) formatar um ciclo de oficinas, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, sobre a formação empreendedora social;
- e) aplicar oficinas educativas sobre a temática do empreendedorismo social junto aos discentes do curso integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB;
- f) identificar as relações existentes entre as práticas educativas das oficinas e o processo de formação dos sujeitos envolvidos.

Endereço: Avenida João da Mata, 256
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

***Riscos:**

Os riscos com a participação nesse processo de pesquisa podem ser aqueles referentes a divulgação de informações equivocadas devido a inconsistência das respostas do instrumento de coleta de dados, a segurança das informações, o constrangimento do participante no caso de não se sentir a vontade para responder o guia de entrevista, como também expor seus reais conhecimentos sobre as práticas empreendedoras sociais. Como medidas a serem tomadas na pesquisa para prevenir e/ou minimizar tais riscos destacam-se: Garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; Garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, vias, rasuras); Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; Garantir que os dados obtidos na pesquisa serão utilizados, exclusivamente, para a finalidade prevista no seu protocolo e conforme acordado no TCLE; e Assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

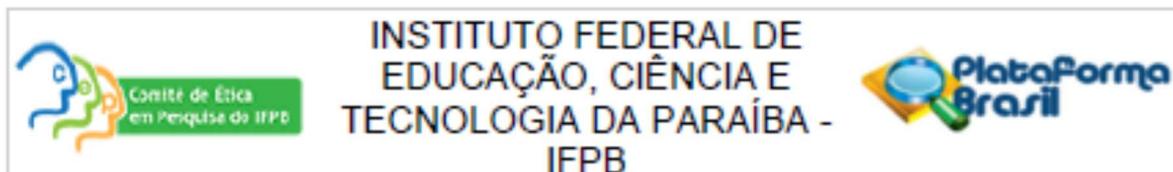
***Benefícios:**

Quanto aos benefícios com a pesquisa, esta poderá contribuir, através do incentivo à outras ações futuras e com a elevação do debate teórico acerca dos empreendimentos sociais, com a disseminação de práticas educativas, que tenham enfoque na formação humana integral, politécnica ou omnilateral dos sujeitos, através do desenvolvimento de ações empreendedoras sociais; gerar conhecimento sobre os desafios encontrados para desenvolver novas práticas educativas; permitir o desenvolvimento de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas educativas de caráter humano integral a partir da realidade evidenciada na pesquisa; subsidiar discussões sobre o nível de trabalho desenvolvido; e extrapolar os resultados para outros campi da Paraíba detectando possíveis diferenças entre subgrupos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1- Este projeto é composto por dois momentos distintos, o primeiro será o levantamento das percepções dos discentes sobre a temática a ser abordada nas oficinas (empreendedorismo social), para isto estimamos uma amostra de 10 discentes. Contudo, é apenas uma estimativa, visto que o

Endereço: Avenida João da Mata, 256	CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

recorte se dará de acordo com as respostas obtidas em cada entrevistas, ou seja, se houver uma saturação das respostas (respostas muito parecidas nas primeiras entrevistas), poderão estas serem cessadas com uma amostra menor do que a estimada na plataforma (10 discentes). O segundo momento consiste na aplicação do produto, moldado em consonância com as respostas obtidas nas entrevistas. Neste momento entram os demais indivíduos envolvidos no universo da pesquisa, que são o(a) docente com a sessão da aula e no planejamento da ação e todos os discentes matriculados no componente curricular de empreendedorismo, que ocorre no 4º ano, do curso integrado de contabilidade. Esta amostra também não pode ser estimada, pois depende do número de discentes que estarão participando das aulas de empreendedorismo no momento da aplicação do produto educacional.

2- Pretende-se com o presente estudo analisar uma amostra não probabilística, intencional, por acessibilidade e conveniência dos sujeitos presentes dentro deste universo.

3- Para realizar a coleta de dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos discentes do curso integrado de contabilidade do IFPB.

4- Será analisado o plano de ensino da disciplina (empreendedorismo ou formação empreendedora), ressaltando o que há na abordagem sobre o empreendedorismo social, comparando os conceitos de empreendedorismo comum e empreendedorismo social, confrontando-os com as concepções trazidas pelos discentes do curso técnico integrado de contabilidade do IFPB, campus João Pessoa-PB. Será realizado um ciclo de oficinas, dentro de uma perspectiva de educação humana integral, politécnica ou omnilateral, sobre a formação empreendedora social, aplicando oficinas educativas sobre a temática do empreendedorismo social junto aos discentes do curso integrado de contabilidade;

5- A estratégia que será utilizada para a apreciação dos dados coleta dos é de análise de conteúdo, segundo Bardin.

6- A pesquisa contribuirá, através do incentivo à outras ações futuras e com a elevação do debate teórico acerca dos empreendimentos sociais, com a disseminação de práticas educativas, que tenham enfoque na formação humana integral, politécnica ou omnilateral dos sujeitos, através do desenvolvimento de ações empreendedoras sociais, gerando conhecimento sobre os desafios

Endereço: Avenida João da Mata, 256

Bairro: Jaguaribe

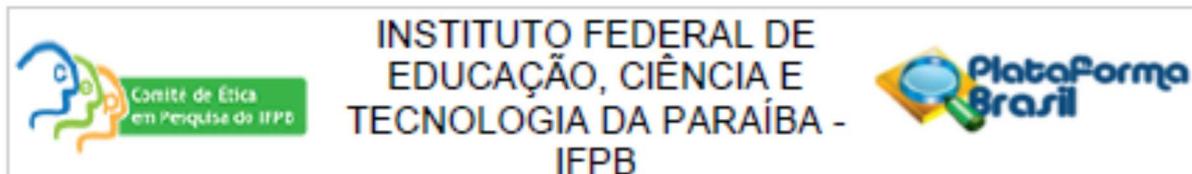
CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

encontrados para desenvolver novas práticas educativas, permitindo o desenvolvimento de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas educativas de caráter humano integral a partir da realidade evidenciada na pesquisa, subsidiando discussões sobre o nível de trabalho desenvolvido e extrapolando os resultados para outros campi da

Paraíba detectando possíveis diferenças entre subgrupos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Sobre os termos apresentados:

- 1- Informações Básicas do Projeto na Plataforma Brasil - APRESENTADA;
- 2- Projeto completo - APRESENTADO COM AS DEVIDAS CORREÇÕES;
- 3- Folha de Rosto Assinada - APRESENTADA;
- 4- Cronograma - APRESENTADO;
- 5- Orçamento - APRESENTADO;
- 6- TCLE - APRESENTADO COM AS DEVIDAS CORREÇÕES;
- 7- TALE - APRESENTADO COM AS DEVIDAS CORREÇÕES;
- 8- Instrumento de Pesquisa / Roteiro de Entrevista - APRESENTADO;
- 9- Carta Resposta - APRESENTADA.

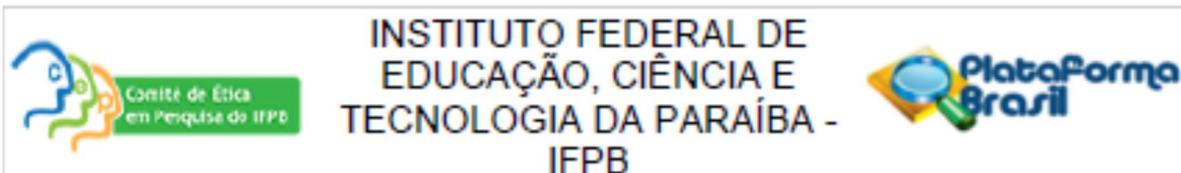
Recomendações:

*No TALE substituir o termo "LAUDO" por "VIA".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 466/2012 do

Endereço: Avenida João da Mata, 256	CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/2012 - Item IV.3.d).

2- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente (Res. CNS 466/2012 - Item IV.5.d) e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

3- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou (Res. CNS 466/2012 - Item III.2.u), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.4) que requeiram ação imediata.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/2012 Item V.5).

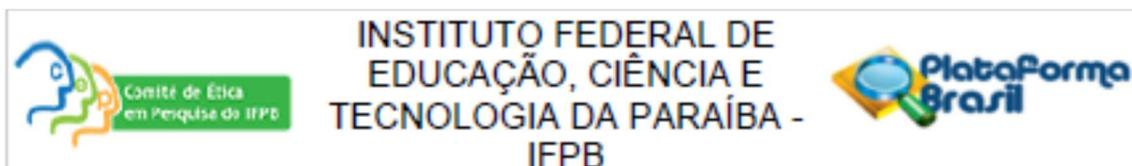
5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado ao CEP relatório final até 31/01/2022

Considerações Finais a critério do CEP:

Observar as orientações constantes nas conclusões e nas recomendações do parecer

Endereço: Avenida João da Mata, 256	CEP: 58.015-020
Bairro: Jaguaribe	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725	E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.127.159

consubstanciado de aprovação

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1823409.pdf	28/10/2021 23:24:37		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	28/10/2021 23:24:10	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	28/10/2021 23:23:42	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
Outros	TALE.pdf	28/10/2021 23:23:07	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/10/2021 23:22:36	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	13/10/2021 09:58:17	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	14/09/2021 21:50:35	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	14/09/2021 21:44:45	JEFFERSON NASCIMENTO DOS ANJOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Novembro de 2021

Assinado por:
Cecília Danielle Bezerra Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



Continuação do Parecer: 5.127.159

Endereço: Avenida João da Mata, 255

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

ANEXO A
PLANOS DE ENSINO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS IFPB
DISPONÍVEIS NO PORTAL DO ESTUDANTE

PLANO DA DISCIPLINA
NOME DO COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo
CURSO: Técnico Integrado em Eletrônica
PERÍODO: Quarto Ano (Semestral)
CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (33h) – 2 ha/semana
DOCENTE RESPONSÁVEL:
EMENTA
<p>A essência do empreendedorismo está na percepção para estudar e destacar o papel dos homens de negócios na sociedade e suas contribuições para o desenvolvimento econômico, quer seja iniciando um negócio, fruto de conhecimentos adquiridos na capacitação e descoberta de uma oportunidade onde envidará esforços para materializar um empreendimento próprio, que além de construir seu ambiente privado de trabalho, abre as portas para geração de empregos e contributos tributários.</p> <p>O ambiente de construção do conhecimento empreendedor começa com a composição do Plano de Negócios, onde podemos aprender como selecionar parceiros empresariais, a importância organizacional da empresa, as oscilações presentes no mercado, a importância de utilizar o agregado de valor trazido por outras áreas do conhecimento científico como a administração, economia, matemática, estatística, contabilidade, língua portuguesa, etc., além da relação com o marketing, vendas e finanças.</p>
OBJETIVOS
<p>1,1 Geral</p> <p>Orientar o aluno em relação ao poder e importância presentes nos conhecimentos geradores no ambiente de laboratório, o que embasará sua percepção sobre características suas que afloram, e nesta descoberta, podemos compreender a melhor forma de obter melhores resultados em nossa proposta para o mercado ocupacional.</p>

1.2 Específicos

- Como e porque elaborar um Plano de Negócio;
- Como utilizar as ferramentas de gerenciamento;
- Descrição da empresa;
- O significado da competitividade;
- A importância de produzir em conformidade com os anseios do mercado consumidor;
- Estudo de mercado e análise estratégica;
- Como apresentar uma proposta de financiamento coerente com a necessidade do negócio;
- A importância de construir bom relacionamento com fornecedores, parceiros estratégicos e colaboradores;
- O relacionamento com a Assessoria Jurídica e Contábil;
- Entender a forma como é aplicada a carga tributária nas microempresas e empresas de pequeno porte;
- A importância do Planejamento como parâmetro de decisões mercadológicas;
- A diferença entre ser um empreendedor ou apenas um comerciante;
- O orçamento, como fotografia precisa das flutuações ocorridas durante o exercício contábil;
- O significado de assumir riscos calculados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**Unidade 1 – O Plano de Negócio (8 horas)**

- 1.1. Importância
- 1.2. O passo a passo da montagem
- 1.3. A descoberta do Estudo de Mercado
- 1.4. Quem são os concorrentes
- 1.5. Qual é o nosso público-alvo
- 1.6. Estudos de casos
- 1.7. Composição do banco de dados sobre o mercado

Unidade 2 – A Organização do Negócio (8 horas)

- 2.1. O que produzir
- 2.2. Para quem produzir
- 2.3. Como selecionar colaboradores
- 2.4. A importância da inovação
- 2.5. A rede de suprimento de matéria-prima
- 2.6. Manutenção permanente do maquinário
- 2.7. Como substituir produtos ou processos

Unidade 3 – Planejamento e Controle (8 horas)

- 3.1. Como funciona o planejamento
- 3.2. O processo de planejamento
- 3.3. Benefícios do planejamento
- 3.4. Planos estratégicos e planos operacionais
- 3.5. Cronogramas e orçamento de projetos
- 3.6. O processo de tomada de decisão
- 3.7. Previsão
- 3.8. Participação e envolvimento

Unidade 4 – Motivação e Modelagem do Trabalho (5 horas)

- 4.1. Necessidades humanas
- 4.2. Teoria das necessidades adquiridas
- 4.3. Teoria de processo para a motivação
- 4.4. Teoria da equidade
- 4.5. Estratégia de esforços positivos
- 4.6. Alternativas de modelagens do trabalho
- 4.7. Arranjos alternativos de trabalho

Unidade 5 – Equipes e Trabalho em Equipe (4 horas)

- 5.1. Equipes nas organizações
- 5.2. Comitês e forças-tarefa
- 5.3. Equipe de trabalho autogerenciadas
- 5.4. Diversidade da equipe
- 5.5. Tarefas e necessidades ligadas à manutenção
- 5.6. Redes de comunicação,

METODOLOGIA DE ENSINO (Como se pretende ensinar?)

Para o alcance dos objetivos serão utilizadas aulas expositivas teóricas e dialogadas, empregando-se como ferramenta auxiliar recursos audiovisuais.

Com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos estudantes, serão utilizados exemplos do cotidiano dos próprios alunos, e/ou dos meios de comunicação voltados para as ocorrências presentes no mundo dos negócios e no mercado de trabalho.

Serão utilizados como atividades facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem, trabalhos individuais e/ou em grupo.

Pesquisas de biblioteca física e digital, estudos de caso, exercícios de compreensão, projeto de Plano Negócio e defesa.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- As avaliações da aprendizagem ocorrerá através de provas (na unidade 2 e na unidade 4);
- Apresentação e defesa individual do Plano de Negócios;
- Estudos de caso;
- Importantes temas referentes ao contexto da disciplina serão pesquisados, gerando resenhas e apresentando a linha de compreensão e os benefícios de sua aplicabilidade e do seu caráter prático.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- Sala de aula com quadro branco e pincel atômico;
- Computador interligado à rede internet;
- Equipamento de projeção com recursos audiovisuais;
- Vídeos explicativos de empreendedores de sucesso;
- Filmes com sequenciamento da ideia empreendedora da realidade mercadológica;
- Apresentação de entrevistas proferidas por profissionais gabaritados na área empreendedora;
- Levantamento comparativo de atividades de laboratório e sua aplicabilidade no mercado demandante.

BIBLIOGRAFIA**BÁSICA****1 – EMPREENDEDORISMO – Transformando Ideias em Negócios**

Autor: José Carlos Assis Dornelas

Editora Campus – Rio de Janeiro – 2001

2 – Treinamento e Desenvolvimento na Capacitação Profissional

Autor: Antônio Walter

Editora Qualitymark – Rio de Janeiro – 2006

3 – Formação Empreendedora na Educação Profissional

Autor: Luiz Fernando Garcia

Editora Campus – São Paulo - 2000

COMPLEMENTAR**4 – Lei Geral das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Lei Complementar nº 123/2006**

Autoria da compilação – SEBRAE/SP

Textos de vários autores, natureza e procedência.

5 – Como Abrir um Novo Negócio

Autor: Idalberto Chiavenato

Editora Campus – Rio de Janeiro – 1995

6 – Oficina do Empreendedor

Autor: Fernando Dolabela

Editora Cultura – São Paulo - 1999

7 – Inovação e Espírito Empreendedor

Autor: Peter Ferdinand Drucker

Editora Campus – Rio de Janeiro – 1987

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Empreendedorismo	
Curso: Técnico em Contabilidade (Integrado)	
Período: 4º Ano	
Carga Horária: 33 h.r	
Docente Responsável: Alysson André Régis Oliveira	

Ementa
Conceitos básicos de Empreendedorismo; Planejamento empresarial; Dinâmica empresarial; Perfil de Empreendedor; Instituições de fomento e apoio; Noções de oportunidades de negócios; Metodologias de desenvolvimento de criatividade e de aprendizagem pró-ativa; Qualidade Total; Tributos, Incentivos governamentais, Marcas e Patentes; Noções de Plano de Negócios e Estrutura de Pequenos Negócios.

Objetivos
<p>Geral</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de novos empreendedores, sintonizados com as novas tendências mundiais, avaliando a situação do emprego e identificando oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa, gerando empreendimentos de alta importância e relevância para a sociedade.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> o Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na área de conhecimento. o Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos. o Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios. o Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de estratégias inovadoras, para a aplicação dos conhecimentos no campo econômico, político e/ou social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>5. Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> o Conceitos e definições; o A revolução do empreendedorismo; o O empreendedorismo no Brasil; o Como surge o empreendimento.
<p>6. O Perfil Empreendedor</p> <ul style="list-style-type: none"> o Características do Empreendedor; o Espírito Empreendedor Desenvolvimento da Idéia.
<p>7. Características Empreendedoras</p> <ul style="list-style-type: none"> o Administrador versus Empreendedor; o O processo empreendedor; o Diferenciando idéias de oportunidades; o Fontes de novas idéias.
<p>8. Noções de Plano de Negócios</p>

- Conceitos e definições;
- Estrutura do Plano de Negócios;
- Desenvolvimento do Plano de Negócios;
 - Plano Estratégico;
 - Plano de Produtos e Serviços;
 - Pesquisa de Marketing;
 - Plano de Marketing;
 - Plano de Recursos Humanos;
 - Plano Operacional;
 - Plano Financeiro

Metodologia de Ensino/Integração

Os procedimentos a serem utilizados centram-se na atividade reflexiva e interativa do educando, resgatando suas concepções (saberes, representações, vivências, experiências) sobre o objetivo do conhecimento.

Técnicas de Aprendizagem estão relacionadas ao aproveitamento dos recursos didáticos na exposição e discussão dos assuntos da disciplina.

Assim, as atividades da disciplina serão desenvolvidas a partir de: aulas teórico-expositivas, debates, trabalhos individuais, estudos de caso, leituras e análises de textos, técnica de dinâmicas de grupo, apresentação de vídeos, pesquisas de campo e seminários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário estabelecido pela instituição.

O processo avaliativo será contínuo, por meio de observação na participação nas atividades de aprendizagem, como: trabalhos individuais e coletivos, apresentação e discussão de textos, avaliação escrita e casos de ensinos.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O acompanhamento para a recuperação da aprendizagem ocorrerá por meio de atividades que possibilitem ao estudante a apreensão efetiva dos conteúdos. Essas atividades serão desenvolvidas por meio de exercícios de revisão, análises críticas de cases e estudos dirigidos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

“Quadro”, pincel, TV/DVD, data-show, microcomputador, textos de apoio e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Flávio de . **Ser empreendedor de sucesso** – Como fazer sua estrela brilhar. São Paulo: Leitura, 2001
- BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003
- BRITTO, Francisco. **Empreendedorismo Brasileiro** - Vivendo e aprendendo com grandes nomes. 4ª ed. São Paulo: Campus, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Sextante, 2008
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Corporativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- TOSCANO JÚNIOR, LUÍS Carlos. **Guia de referência para o mercado financeiro**. SP: El. Edições inteligentes, 2004.

Obs: Conforme necessidade, outros textos e artigos de leitura obrigatória sobre os tópicos apresentados serão fornecidos durante o decorrer da disciplina.

DADOS DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina: Empreendedorismo	
Curso: Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio	
Período: 4º Ano	
Carga Horária: 2 a/s - 40 h/a – 33 h/r	
Docente Responsável: Alysson André Régis Oliveira	

Ementa
Conceitos básicos de Empreendedorismo; Planejamento empresarial; Dinâmica empresarial; Perfil de Empreendedor; Instituições de fomento e apoio; Noções de oportunidades de negócios; Metodologias de desenvolvimento de criatividade e de aprendizagem pró-ativa; Qualidade Total; Tributos, Incentivos governamentais, Marcas e Patentes; Noções de Plano de Negócios e Estrutura de Pequenos Negócios.

Objetivos
<p>Geral</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de novos empreendedores, sintonizados com as novas tendências mundiais, avaliando a situação do emprego e identificando oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa, gerando empreendimentos de alta importância e relevância para a sociedade.</p> <p>Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> o Instrumentalizar os alunos para a identificação de oportunidades de novos empreendimentos na área de conhecimento. o Fornecer conhecimentos e ferramentas auxiliares à gestão desses empreendimentos. o Orientar o desenvolvimento de competências em gestão de negócios. o Desenvolver o senso crítico, a percepção e identificação de estratégias inovadoras, para a aplicação dos conhecimentos no campo econômico, político e/ou social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>5. Empreendedorismo</p> <ul style="list-style-type: none"> o Conceitos e definições; o A revolução do empreendedorismo; o O empreendedorismo no Brasil; o Como surge o empreendimento.
<p>6. O Perfil Empreendedor</p> <ul style="list-style-type: none"> o Características do Empreendedor; o Espírito Empreendedor Desenvolvimento da Idéia.
<p>7. Características Empreendedoras</p> <ul style="list-style-type: none"> o Administrador versus Empreendedor; o O processo empreendedor; o Diferenciando idéias de oportunidades; o Fontes de novas idéias.
<p>8. Noções de Plano de Negócios</p>

- Conceitos e definições;
- Estrutura do Plano de Negócios;
- Desenvolvimento do Plano de Negócios;
 - Plano Estratégico;
 - Plano de Produtos e Serviços;
 - Pesquisa de Marketing;
 - Plano de Marketing;
 - Plano de Recursos Humanos;
 - Plano Operacional;
 - Plano Financeiro

Metodologia de Ensino/Integração

Os procedimentos a serem utilizados centram-se na atividade reflexiva e interativa do educando, resgatando suas concepções (saberes, representações, vivências, experiências) sobre o objetivo do conhecimento.

Técnicas de Aprendizagem estão relacionadas ao aproveitamento dos recursos didáticos na exposição e discussão dos assuntos da disciplina.

Assim, as atividades da disciplina serão desenvolvidas a partir de: aulas teórico-expositivas, debates, trabalhos individuais, estudos de caso, leituras e análises de textos, técnica de dinâmicas de grupo, apresentação de vídeos, pesquisas de campo e seminários.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

As avaliações serão realizadas de acordo com o calendário estabelecido pela instituição.

O processo avaliativo será contínuo, por meio de observação na participação nas atividades de aprendizagem, como: trabalhos individuais e coletivos, apresentação e discussão de textos, avaliação escrita e casos de ensinos.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O acompanhamento para a recuperação da aprendizagem ocorrerá por meio de atividades que possibilitem ao estudante a apreensão efetiva dos conteúdos. Essas atividades serão desenvolvidas por meio de exercícios de revisão, análises críticas de cases e estudos dirigidos.

RECURSOS NECESSÁRIOS

“Quadro”, pincel, TV/DVD, data-show, microcomputador, textos de apoio e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Flávio de . **Ser empreendedor de sucesso** – Como fazer sua estrela brilhar. São Paulo: Leitura, 2001
- BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de empreendedorismo e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003
- BRITTO, Francisco. **Empreendedorismo Brasileiro** - Vivendo e aprendendo com grandes nomes. 4ª ed. São Paulo: Campus, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor**. São Paulo: Sextante, 2008
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo Corporativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
- TOSCANO JÚNIOR, LUÍS Carlos. **Guia de referência para o mercado financeiro**. SP: El. Edições inteligentes, 2004.

Obs: Conforme necessidade, outros textos e artigos de leitura obrigatória sobre os tópicos apresentados serão fornecidos durante o decorrer da disciplina.

3.2. EMPREENDEDORISMO

PLANO DE ENSINO	
IDENTIFICAÇÃO	
CURSO: Médio Integrado Técnico em Informática	
NOME DA UNIDADE ACADÊMICA: UA-II	
COMPONENTE CURRICULAR: Empreendedorismo	ANO/SÉRIE: 3
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 33 horas	CARGA HORÁRIA TOTAL: 2 horas
DOCENTE RESPONSÁVEL:	

EMENTA
O fenômeno empreendedorismo e seu impacto social. O empreendedor: capacidades e habilidades psicológicas. Os Tipos de empreendedorismo. A identificação de oportunidades. Noções de Plano de Carreira e Plano de Negócios.

OBJETIVOS

Geral

Mostrar a importância do fenômeno empreendedorismo nos dias atuais e como ele se tornou imprescindível na sociedade moderna.

Específicos

- Reconhecer o empreendedorismo considerando distintas abordagens e perfis empreendedores;
- Apresentar os diferentes tipos de empreendedorismo;
- Explorar o conteúdo da personalidade empreendedora e das capacidades cognitivas do empreendedor, com identificação de ideias e oportunidades;
- Elaborar plano de carreira e de negócios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1	O fenômeno empreendedorismo e seu impacto social O contexto do empreendedorismo no mundo e no Brasil Importância do empreendedorismo no campo econômico e social Definições de empreendedorismo e empreendedor O processo empreendedor A dinâmica do mundo do trabalho	10 h
2	O Empreendedor: capacidades e habilidades psicológicas A personalidade empreendedora Aspectos cognitivos do empreendedor Motivação e conduta empreendedora Inovação e conduta empreendedora	10 h
3	Os tipos de empreendedorismo O intra-empreendedorismo Tipos de empreendedorismo	10 h
4	A Identificação de oportunidades Como descobrir e avaliar uma oportunidade- Plano de Carreira/Vida Conceito e propósitos de um plano de para a carre negócios O Plano de Negócios Conceito e propósitos de um plano de negócios (PN) Formato, Estilo e elaboração do PN A criação do modelo do negócio e da estratégia	10 h

AÇÕES INTEGRADORAS

- Integração de projetos com a disciplina inglês e sistemas através de elaboração de perfis empreendedores em outro idioma para a área de informática.

- Visitas técnicas em parcerias com as disciplinas de sistemas com foco no empreendedorismo em tecnologia.
- Realização de Mostras de negócios na área de informática com criação de negócios.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas. Debates. Estudos de casos. Criação de planos de vida e negócios.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Textos (livros, artigos, estudos de caso, etc.);
- Quadro branco;
- Televisão, DVD player, vídeos, softwares.
- Computador
- Projetor multimídia.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Atividades avaliativas individuais e em grupo;
- Desenvolvimento de um plano de carreira e de negócios;
- Participação.
-

• BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012. 315 p.

DORNELAS, J.; SPINELLI, S.; ADAMS, R. **Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. 458 p.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2014. 456 p.

Bibliografia Complementar:

DEGEN, R. J. **O Empreendedor: Empreender como opção de carreira**. São Paulo: Ed. Pearson, 2011.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo para visionários: desenvolvendo negócios inovadores para um mundo em transformação**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 245 p.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 378 p.

OBSERVAÇÕES